



OBSERVATÓRIO DE ECONOMIA DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Olhares sobre educação,
indústria e sustentabilidade
no Brasil e no mundo

Andreza Daniela Pontes Lucas
Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

ORGANIZAÇÃO

extensão

Realização



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

Edital nº 08/2024
Incentivo à publicação
de livros digitais (*e-books*)
com temáticas de extensão

extensão

OBSERVATÓRIO DE ECONOMIA DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Olhares sobre educação,
indústria e sustentabilidade
no Brasil e no mundo

Andreza Daniela Pontes Lucas
Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

ORGANIZAÇÃO



RECIFE
2026

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIn)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Katharine Raquel Pereira dos Santos (CAV)

Marília de Azambuja R. Machel (CFCH)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (CE)

Projeto gráfico

Pedro Henrique Gomes

Diagramação

Lucas Gabriel Xavier de Aguiar

Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Reitora: Maria da Conceição dos Reis

Coordenação de Comunicação e Informação

Coordenadora: Nara Cavalcanti Maranhão de Albuquerque

Bureau Editorial

Assistentes: Artur Villaça Franco

Demócrito José Rodrigues da Silva

Preparação de originais: Ana Clara A. da Silva Lima

Laura Bezerra dos Santos

José Carlos Ferreira de Freitas

Revisão de texto: João Gabriel Pereira da Silveira

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

- O14 Observatório de economia do agreste pernambucano [recurso eletrônico] : olhares sobre educação, indústria e sustentabilidade no Brasil e no mundo / organização : Andreza Daniela Pontes Lucas, Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa. – Recife : Ed. UFPE, 2026.**
1 recurso eletrônico (195 p. : il.). – (Série Extensão)

Vários autores

Inclui referências

ISBN 978-65-5962-339-6 (online)

1. Economia – Pernambuco. 2. Desenvolvimento econômico – Efeito da educação. 3. Educação – Políticas públicas – Aspectos econômicos. 4. Indústria e educação. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Extensão universitária. I. Lucas, Andreza Daniela Pontes (Org.). II. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Org.). III. Título da série.

330.98134

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2026-015)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional.



Pareceristas *ad hoc*

Aislan Vieira de Melo

Instituto Federal do Paraná

Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aline Luiza de Carvalho

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Ana Maria Bezerra Lucas

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

André Duarte Lucena

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

André Leal

Universidade Federal do Rio de Janeiro

André Felipe Vieira da Cunha

Universidade Federal de Pernambuco

Barbara Costa Paulino

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bernadete Perez Coêlho

Universidade Federal de Pernambuco

Caio Augusto Martins Aires

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Camilla Christine de Souza Cherol

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Carlos Luan Alves Passos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Carolina Laurenti

Universidade Estadual de Maringá

Christian Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristiane Mesquita da Silva Gorgonio

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Edmundo Fonseca Machado Junior

Universidade Federal da Bahia

Eliana Perez Gonçalves de Moura

Universidade Feevale

Ellen Priscila Nunes de Souza

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Fernanda Ribeiro Rubini

Instituto Federal do Paraná

Fernando da Silva Cardoso

Universidade de Pernambuco

Flávia de Ávila

Universidade Federal de Sergipe

Gisele Carignani

Centro Universitário de Várzea Grande

Gustavo Simões Teixeira

Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Iany Elizabeth da Costa

Universidade Federal da Paraíba

Janice Santos Viana

Universidade Federal do ABC

João Paulo Moreira de Carvalho Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana

Larissa Naiara Souza de Almeida

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Lethicia Barreto Brandão

Universidade Federal do Amapá

Levy Félix Ribeiro

Universidade Federal de Alagoas

Lorena Maria Laskoski

Universidade Federal do Paraná

Lucas Freitas de Souza

Universidade de Évora

Luciane Porto Frazão de Sousa

Logos University

Luciano Gobo Saraiva Leite

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Luiz Carlos Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Tocantins

Luiz Claudio Gonçalves Gomes

Instituto Federal Fluminense

Marcelo Carlucci

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Márcia Valéria Paixão

Instituto Federal do Paraná

Maria Daniele Cruz dos Santos

Universidade Federal do Cariri

María del Pilar Anto Rubio

Universidade de San Ignacio de Loyola

Maurício Wiering Pinto Telles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Márcia de Assunção Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mércia Cardoso de Souza

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Nathalia Cristina de Freitas Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orlando de Cavalcanti Villar Filho

Universidade Federal da Paraíba

Renata Borchetta Fernandes Fonseca

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rosângela Silva Oliveira

Universidade Estadual do Maranhão

Talita Barbosa Domingos

Universidade Estácio de Sá

Tiago Feitosa de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco

Vera Lúcia Bogeia Borges

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Wagner Silveira Feloniuk

Universidade Federal do Rio Grande

Wellington Ribeiro Justo

Universidade Regional do Cariri

Sumário

Prefácio 12

Apresentação 15

Introdução 18

PARTE 1 | Educação

1 Entre o acesso e a qualidade 24

Desafios da equidade
no sistema educacional brasileiro

2 Economia dos Cuidados 44

Uma discussão a partir da pandemia da Covid-19
e da rotina de estudos dos candidatos ao Enem 2022

3 O que motiva a escolha pelo curso de Economia? 61

Uma análise dos dados do Enade 2022

PARTE 2 | Tecnologia e produção

**4 Crescimento econômico do Brasil a partir
da visão do setor industrial** 78

5	Os polos têxtil e de confecções dos estados do Ceará e Pernambuco e suas inserções no mercado internacional	92
6	Dificuldades de criação de uma cultura exportadora no setor têxtil e de confecções do estado de Pernambuco	106
7	O desenvolvimento do Vale do Submédio São Francisco sob a ótica da produção de vinhos e do enoturismo	119

PARTE 3 | Outros desafios contemporâneos

8	É possível uma economia regenerativa?	136
	Um olhar sobre a situação do tratamento dos resíduos no Brasil	
9	A evolução do emprego de 2011 a 2022	152
	Uma breve análise dos impactos da pandemia da covid-19	
10	Até que ponto corrupção e democracia afetam o crescimento e desenvolvimento econômico dos países?	169

SOBRE AS ORGANIZADORAS 188

SOBRE OS AUTORES 189



Prefácio

Universidade, sociedade e transformação: caminhos da extensão

Na caminhada pela democratização do conhecimento, o fortalecimento da extensão como um dos eixos estruturantes da vida acadêmica aparece como uma política de crucial importância. Nesse sentido, a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Edital nº 8/2024 de Incentivo à Publicação de Livros Digitais com Temáticas de Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão, apoiou a produção de obras que resultam de experiências que extrapolam a sala de aula e se consolidam na interação direta com a sociedade, evidenciando o papel transformador da universidade pública brasileira.

Ao articular ensino e pesquisa às demandas concretas da população, a extensão possibilita a construção de conhecimentos socialmente referenciados, comprometidos com a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. Esse processo se fortalece quando se apoia na observação sistemática da realidade, na análise de dados e na reflexão crítica sobre fenômenos sociais, econômicos e culturais, ampliando as possibilidades de compreensão e intervenção no mundo.

Os livros produzidos no âmbito deste edital representam não apenas resultados acadêmicos, mas também registros de práticas que impactam territórios, comunidades e sujeitos diversos. Muitas dessas experiências se desenvolvem em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, nos quais a atuação extensionista se configura também como exercício

de escuta, cuidado e compromisso ético-político com a dignidade humana. Ao promover espaços de participação e processos formativos baseados na construção coletiva do conhecimento e no debate público, essas ações contribuem para a formação de sujeitos críticos e para o fortalecimento da autonomia intelectual e cidadã.

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e regionais, iniciativas que ampliam a circulação de saberes e o acesso à informação assumem papel estratégico. A publicação de livros digitais, especialmente aqueles vinculados à extensão, amplia o alcance do conhecimento produzido nas universidades públicas, permitindo que ele chegue a públicos diversos por meio de múltiplas plataformas. Esse movimento dialoga com as transformações contemporâneas da comunicação científica e reforça o compromisso com uma ciência mais aberta e acessível.

A produção editorial decorrente dessas experiências também evidencia o protagonismo de estudantes, docentes e técnicos na construção coletiva do conhecimento. Ao participarem dessas ações, seus integrantes vivenciam processos formativos que vão além da dimensão técnica, incorporando valores como responsabilidade social, ética e compromisso com o bem comum. A articulação entre estudo, reflexão e socialização do conhecimento – em diferentes formatos e voltada a públicos variados – reforça o caráter formativo, democrático e inclusivo dessas iniciativas, além de contribuir para a redução de barreiras geográficas e econômicas no acesso ao saber.

Ao incentivar a publicação de obras resultantes dessas ações, a Universidade Federal de Pernambuco reafirma sua missão pública e sua responsabilidade social, consolidando-se como espaço de produção de conhecimento crítico, inclusivo e transformador, em permanente articulação com a sociedade.

Que estas obras possam inspirar novas iniciativas, fomentar o diálogo entre diferentes saberes e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Maria da Conceição dos Reis

Pró-Reitora de Extensão

Apresentação

Foi com muita honra e alegria que recebi o convite das queridas organizadoras para fazer a apresentação deste livro intitulado *Observatório de Economia do Agreste Pernambucano: múltiplos olhares sobre a educação, a indústria, o meio ambiente e outros temas*. Apresentar, de algum modo, os estudos do Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada e Gestão Sustentável (GPEADS), é, resumidamente, contar a história exitosa das políticas públicas de interiorização dos *campi* universitários e do protagonismo feminino científico.

Afirmo que a interiorização é uma política pública bem-sucedida, pois este livro é fruto das pesquisas oriundas de um *campus* cuja localização se insere em Caruaru, região agrestina e interiorana de Pernambuco. Da mesma forma, ressalto a importância de esta ser uma obra organizada por mulheres, visto que ainda há uma falta de visibilidade no fazer científico feminino; de algum modo, a interiorização também contribuiu para diminuir essa desigualdade de gênero na Ciência.

As pesquisas aqui realizadas trazem um olhar do desenvolvimento econômico não apenas voltado para o município de Caruaru, mas também para outras cidades, estados e para o ambiente internacional. Isso pode ser notado no decorrer dos capítulos que compõem a obra, os quais discutem temas que contribuem para o entendimento das transformações e dos impactos que ocorrem em nossa sociedade, disseminando-o para além das fronteiras acadêmicas a

partir de uma troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade.

Fruto de um projeto extensionista, neste livro o(a) leitor(a) terá a oportunidade de conhecer os estudos realizados pelo Observatório de Economia do Agreste Pernambucano empreendidos por meio das pesquisas realizadas por quatro professoras, 14 estudantes da graduação e uma estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGEcon) do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), percebendo, assim, como a pesquisa, o ensino e a extensão representam um tripé indissociável. Com o intuito de integrar o curso de Economia à sociedade por meio da discussão de textos e da elaboração de *podcasts*, esta obra surge como um registro dessas ações, ampliando o acesso às pesquisas realizadas pelo GPEADS, estimulando a integração discente e docente com a sociedade e colaborando para a transmissão de conhecimentos.

O livro está dividido em três partes cujos temas são *Educação; Tecnologia e produção; e Outros desafios contemporâneos*. A primeira parte — *Educação* — contempla três capítulos: 1) “Entre o acesso e a qualidade: desafios da equidade no sistema educacional brasileiro”; 2) “Economia dos Cuidados: uma discussão a partir da pandemia da Covid-19 e da rotina de estudos dos candidatos ao ENEM 2022”; e 3) “O que motiva a escolha pelo curso de Economia? uma análise dos dados do Enade 2022”.

Na segunda parte — *Tecnologia e produção* —, o(a) leitor terá contato com mais quatro capítulos: 4) “Crescimento econômico do Brasil a partir da visão do setor industrial”; 5) “Os polos têxtil e de confecções dos estados do Ceará e Pernambuco e suas inserções no mercado internacional”; 6) “Dificuldades de criação de uma cultura exportadora no setor têxtil e de confecções do estado de Pernambuco”; e 7) “O

desenvolvimento do Vale do Submédio São Francisco sob a ótica da produção de vinhos e do enoturismo”.

Por fim, a terceira parte — *Outros desafios contemporâneos* — é composta pelos três últimos capítulos da obra: 8) “É possível uma economia regenerativa? Um olhar sobre a situação do tratamento dos resíduos no Brasil”; 9) “A evolução do emprego de 2011 a 2022: uma breve análise dos impactos da pandemia da Covid-19”; e 10) “Até que ponto corrupção e democracia afetam o crescimento e desenvolvimento econômico dos países?”

Diante do exposto, percebe-se a valorosa contribuição que o GPEADS, por meio do Observatório de Economia do Agreste Pernambucano, oferece à sociedade. Desejo, assim, que o(a) leitor(a) aproveite o conteúdo deste livro e que mais obras como esta possam surgir no futuro.

Profa. Dra. Myrna Lorêto

Coordenadora do Grupo Vivências do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

Introdução

Um observatório é um espaço dedicado à observação, coleta e análise de dados sobre um determinado tema. O Observatório de Economia do Agreste Pernambucano surge como um projeto de extensão do GPEADS, do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), no qual discentes e docentes, a partir das lentes da Economia, lançam múltiplos olhares sobre as relações sociais e econômicas da contemporaneidade no Brasil e no mundo.

O projeto é dividido em ciclos, com quatro meses de duração cada. Ao início de cada ciclo, em reuniões de planejamento, as docentes do GPEADS disponibilizam temas a serem abordados a cada mês, deixando os discentes escolherem, por via democrática, sobre qual tema irão se aprofundar. A partir dos estudos e reflexões, surge um texto para discussão. Para amplificar a difusão dos conteúdos produzidos, os discentes do GPEADS também produzem um *podcast*, que sintetiza o conteúdo do texto discutido e convida o ouvinte a aprofundá-lo. Desde o início do projeto (setembro de 2023) até o momento em que este livro foi escrito, 16 discentes¹ de graduação e uma discente de pós-graduação passaram pelo Observatório. Os *podcasts* são disponibilizados no canal do GPEADS na plataforma de áudio Spotify².

1 Dos quais 14 são coautores dos capítulos desta obra.

2 O canal do GPEADS no Spotify pode ser consultado por meio do seguinte *link* de acesso: <https://open.spotify.com/show/4KhQkPIRJuCx3PiA99xYoN?si=qX3uucABRzKrlhjaSOo2Jg>.

A partir disso, este material se coloca como uma possibilidade para que leitores dos mais diversos âmbitos da sociedade possam olhar para os temas escolhidos a partir das lentes da Economia, e, por meio dessas leituras, tenham a oportunidade de enriquecer seus conhecimentos. Dessa forma, tomadores de decisão das esferas pública e privada, assim como membros da sociedade civil como um todo, poderão entender melhor alguns fenômenos, e, a partir do aprendizado adquirido, poderão tomar decisões de forma assertiva. Deste modo, o Observatório se coloca como um espaço de integração do curso de Economia com a sociedade e sua consequente disseminação de conhecimento.

Esta obra reúne os dez primeiros textos para discussão produzidos pelo Observatório de Economia do Agreste Pernambucano. Devido à grande heterogeneidade apresentada nos capítulos, é possível encontrar discussões teóricas e empíricas, análises regionais, nacionais e internacionais, temas de grande tradição na teoria acadêmica e temas surgidos na contemporaneidade. Os trabalhos estão organizados em três partes, as quais serão apresentadas a seguir.

A primeira delas é dedicada à *Educação*, um elemento de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade. A busca por equidade passa pelo sistema educacional e pela compreensão sobre como esse sistema se organiza para que a educação chegue a todos, sendo esse o objeto de análise do capítulo 1. Para aprofundar ainda mais essa discussão, o capítulo 2 se concentra na pauta a Economia dos Cuidados e seu reflexo sobre os estudantes do Ensino Médio. Trata-se de um tema que tem ganhado cada vez mais relevância e discute como as atividades de cuidado, essenciais ao desenvolvimento das demais atividades econômicas, se apresentam de diferentes maneiras em mulheres e homens, pessoas de grupos étnico-raciais distintos e pessoas com diferentes níveis de renda. Já o

capítulo 3, o último da primeira parte, discute o que motivou os estudantes a escolherem o curso de Economia. Em um momento em que muitos jovens se deslumbram pelo sucesso meteórico obtido por alguns influenciadores sociais e perdem o interesse pelo Ensino Superior, a compreensão dos fatores que têm atraído os estudantes para essa e outras carreiras é de grande relevância para que se possa ter uma universidade cada vez mais alinhada às demandas da sociedade.

A parte 2 desta obra é dedicada aos desafios da *tecnologia e produção* através do setor industrial. No capítulo 4, objetiva-se captar e demonstrar a importância e a potência agregadora da indústria para o crescimento econômico do país. Em seguida, a discussão se concentra em algumas indústrias específicas, investigando a trajetória de crescimento econômico nos aspectos inter-regional e intrarregional. No capítulo 5, destaca-se a relação comercial com o mercado internacional no setor têxtil e de confecções, dando ênfase para os polos dos estados do Ceará e de Pernambuco. Já o capítulo 6 discute as dificuldades de criação de uma cultura exportadora no setor têxtil de Pernambuco, que é alçado como um dos obstáculos na promoção do dinamismo econômico do estado. Finalizando a parte 2, o capítulo 7 busca transitar em uma das atividades econômicas contemporâneas mais exploradas no mercado de bebidas: o mercado da vinicultura. O texto se concentra no caso do Vale do Submédio São Francisco e destaca os impactos do referido mercado, que, para além da produção e venda de vinhos, envolve outras atividades econômicas associadas à bebida, a exemplo do enoturismo.

A terceira e última parte da obra se dirige a *outros desafios da contemporaneidade*, a exemplo da sustentabilidade, do desemprego e da corrupção. O capítulo 8 apresenta a economia regenerativa, uma visão que vai além da sustentabilidade.

Diante de todo o dano que foi causado ao meio ambiente ao longo dos anos e das consequências que esses danos têm trazido à vida humana e de outras espécies através de enchentes, secas, severas mudanças de temperatura, poluição do ar e outros fenômenos, preservar o meio ambiente torna-se insuficiente; é preciso incentivar o desenvolvimento de sistemas produtivos que contribuam para regenerar os sistemas naturais. Em relação à sustentabilidade na esfera social, um outro tema que traz preocupação é a questão do emprego. As mudanças tecnológicas afetam fortemente a oferta de emprego e as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho e a pandemia da Covid-19 aceleraram esse processo. Sobre esse ponto, o capítulo 9 busca analisar a evolução do emprego de 2011 a 2022, período que engloba a pandemia. Por fim, o capítulo 10 destaca um tema que pode representar uma barreira ao alcance da sustentabilidade socioeconômica: a corrupção, uma vez que esta pode levar a alocações ineficientes de recursos. O tema central desse capítulo é a relação entre a corrupção e o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Essa breve passagem pelos capítulos da obra nos apresenta uma forte conexão entre os temas discutidos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As discussões aqui apresentadas estão relacionadas com: a erradicação da pobreza (ODS 1); educação de qualidade (ODS 4); igualdade de gênero (ODS 5); trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); redução das desigualdades (ODS 10); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); consumo e produção responsáveis (ODS 12); ação contra a mudança global do clima (ODS 13); e paz, justiça e instituições eficazes (ODS 17). Pela relevância dos temas aqui abordados, desejamos que as discussões se expandam muito além dos limites da academia e que os leitores que

entrarem em contato com este trabalho tenham sua visão de mundo amplificada.

Boa leitura!

Andreza Daniela Pontes Lucas
Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

PARTE 1

Educação



Entre o acesso e a qualidade

Desafios da equidade no sistema educacional brasileiro

Ramon William Ferreira de Melo¹

Maria Estefany da Silva²

Sonia Rebouças da Silva Melo³

Introdução

Muito se discute sobre a importância da formação educacional para o desenvolvimento econômico, social e humano, e diversos estudos demonstram que a renda tem relação direta com o nível de escolaridade. Nesse sentido, a educação influencia a qualidade de vida das pessoas, promovendo mudanças positivas no modo de vida das famílias e na organização das instituições públicas e privadas. Além disso, sabe-se que maiores investimentos no setor viabilizam ganhos de produtividade, decorrentes de transformações nos processos e nas estruturas produtivas dos diversos setores econômicos e, conseqüentemente, favorecem melhores indicadores sociais e econômicos do país (Pilatti; Schmitz, 2017).

1 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Departamento de Economia Aplicada da Universidade Federal do Ceará (DEA-UFC).

Os benefícios individuais e sociais da educação podem ser observados por indicadores e são diversos, tais como: o acesso a diversos bens e serviços, a exemplo do acesso à saúde; a melhoria no acesso à infraestrutura básica; a redução das desigualdades sociais e da pobreza a partir da distribuição equitativa da renda etc. Considerando tais benefícios, o debate sobre um acesso mais igualitário à educação tem norteado as discussões acadêmicas e políticas em diversos países.

Rambla, Pereira e Espluga (2013) afirmam que, nas últimas décadas, o desenvolvimento educacional equitativo tornou-se um dos principais pontos de debate nas agendas políticas internacionais. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e o Programa Educação para Todos, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), destacam a multiplicidade de políticas públicas que afetam o setor. Assim, as métricas estabelecidas para garantir condições mínimas de acesso, previstas em programas globais — como os ODM e o Programa Educação para Todos —, avaliam seus efeitos por meio da análise do acesso, da qualidade e do desempenho dos alunos.

López (2005) indica quatro princípios básicos que direcionam as ações educacionais e as políticas públicas em educação que buscam a equidade: (i) igualdade no acesso; (ii) igualdade nas condições ou meios de aprendizagem; (iii) igualdades dos êxitos ou resultados; e (iv) igualdade na realização social dos êxitos. Além disso, o estudo conduzido por Bolívar (2005) aponta princípios semelhantes de equidade na educação, que são: (i) igualdade de oportunidades; (ii) igualdade de ensino; (iii) igualdade de conhecimento e êxito escolar; e (iv) igualdade de resultados.

A partir disso, o objetivo do presente trabalho é fazer uma análise exploratória dos fatores que implicam a qualidade, igualdade e, conseqüentemente, a equidade na educação

brasileira. Portanto, a investigação avalia a equidade educacional no país a partir de dados estatísticos e indicadores oficiais, considerando aspectos como acesso, permanência, infraestrutura, formação docente e resultados de aprendizagem. Aqui, serão analisados, especificamente, os indicadores de acesso à educação, os indicadores ligados à qualidade do ensino — os quais englobam a qualificação dos professores, a adequação dos professores à matéria ensinada e os meios de aprendizagem — e os indicadores referentes ao êxito escolar. Além disso, neste capítulo, objetiva-se destacar algumas políticas públicas educacionais adotadas no Brasil nos últimos anos.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza quantitativa, com abordagem descritiva e exploratória classificada como aplicada, uma vez que a investigação aqui apresentada busca compreender e propor caminhos para superar desigualdades no sistema educacional brasileiro. Os dados utilizados foram obtidos por meio de fontes secundárias oficiais reconhecidas no campo da Educação. Entre essas fontes, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2023 (IBGE, 2023); o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do Censo Escolar e dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Inep, 2024, 2025); o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), com dados sobre infraestrutura digital nas escolas (Millan *et al.*, 2024); e relatórios técnicos e publicações de organizações nacionais e internacionais, a exemplo da Unesco. Além disso, foram aplicadas análises comparativas de séries temporais, abrangendo o período de 2016 a 2023, com o intuito de identificar tendências e mudanças nos indicadores ao longo do tempo.

Contexto geral da Educação no Brasil

De acordo com os dados da Pnad Contínua de 2023, a Educação Básica no Brasil contava com 2.354.194 professores em 2023, dos quais 1.419.918 (60,3%) atuavam no Ensino Fundamental. (IBGE, 2024). Entre 2021 e 2023, o número de docentes da Educação Infantil cresceu 15%. Em contrapartida, entre 2022 e 2023, observou-se uma redução de 1,3% no total de professores do Ensino Médio (BRASIL, 2024).

Já no contexto do analfabetismo, observa-se uma concentração entre as pessoas mais idosas. Analisando os dados da Tabela 1, nota-se uma trajetória de queda na taxa de analfabetismo no período de 2016 a 2023; porém, ainda é possível observar a permanência de alguns aspectos de desigualdades estruturais. De modo geral, a queda desse indicador foi significativa — em torno de 24,88% —, já que, em 2016, era de 20,5%, e, em 2023, passou a ser de 15,4%. Apesar da redução, o quantitativo de analfabetos é relevante. Em 2023, dos 32,1 milhões de idosos, cerca de 5,2 milhões (15,4%) não sabia ler nem escrever um bilhete simples. Essas pessoas não foram alfabetizadas na infância e juventude ou tiveram um aprendizado muito precário, o que pode levar a uma situação de vulnerabilidade econômica e social na vida adulta (IBGE, 2023).

TABELA 1. Taxa de analfabetismo segundo grupos de idade e cor ou raça (%), Brasil, de 2016 a 2023

FAIXA ETÁRIA	COR OU RAÇA	2016	2017	2018	2019	2022	2023
60 anos ou mais	Preta ou parda	30,7	28,9	27,6	27,2	23,3	22,7
	Branca	11,8	10,9	10,4	9,5	9,3	8,6
	Total	20,5	19,4	18,8	18,1	16,0	15,4



FAIXA ETÁRIA	COR OU RAÇA	2016	2017	2018	2019	2022	2023
15 anos ou mais	Preta ou parda	9,1	8,7	8,4	8,2	7,4	7,1
	Branca	3,8	3,8	3,6	3,3	3,4	3,2
	Total	6,7	6,5	6,3	6,1	5,6	5,4

Fonte: IBGE (2023).

Os dados na Tabela 1 indicam uma predominância esperada da população jovem no grupo com maior acesso à educação. No que se refere à redução do analfabetismo no período analisado, observa-se que, entre o grupo de 15 anos ou mais de idade, ela foi menos acelerada, uma vez que a taxa caiu 1,3 ponto percentual, passando de 6,7% em 2016 para 5,4% em 2023, enquanto entre os indivíduos de 60 anos ou mais a redução foi de 5,1 pontos percentuais.

Em 2023, a taxa de analfabetismo do grupo entre 15 anos ou mais foi inferior à taxa dos idosos. Entretanto, essa inferioridade não implica dizer que se trata de um número inexpressivo, pois equivale a 9,3 milhões de brasileiros em situação de analfabetismo. Em termos de gênero, a taxa de analfabetismo verificada entre as mulheres do grupo 15 anos ou mais foi de 5,2%, enquanto a dos homens foi de 5,7%, indicando uma pequena diferença no ano de 2023 (IBGE, 2023).

Quando observamos os dados por cor ou raça, nota-se que, independentemente da faixa etária, as pessoas de cor preta e parda apresentaram uma grande diferença em relação às taxas das pessoas brancas. Em 2023, as pessoas pretas ou pardas dentro da faixa etária de 15 anos ou mais apresentaram uma taxa maior de analfabetismo (7,1%) que a observada entre as pessoas brancas da mesma categoria (3,2%). Esse indicador fica ainda mais expressivo quando a comparação é

feita dentro da faixa etária dos idosos: nesse caso, a taxa de analfabetismo dos negros (22,7%) é quase três vezes maior que a dos brancos (8,6%) (IBGE, 2023).

Os dados de 2023 demonstram que há uma concentração de analfabetos na região Nordeste do país. A taxa de analfabetismo do Nordeste é de 11,2%, o que equivale a 5,1 milhões de pessoas com 15 anos de idade ou mais que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. A região Sul, por sua vez, tem a menor taxa de analfabetismo (2,8%), seguida das regiões Sudeste (2,9%), Centro-Oeste (3,7%) e Norte (6,4%) (IBGE, 2023).

Outro indicador importante a ser analisado é o de analfabetismo funcional. Soares (2018 *apud* Correia *et al.*, 2023) define o analfabetismo funcional como a “[...] habilidade insuficiente de compreender e utilizar a leitura e a escrita de forma adequada em diferentes situações e contextos, limitando a participação plena na sociedade”. Além disso, Oliveira e Pereira (2020 *apud* Correia *et al.*, 2023) afirmam que “[...] o analfabetismo funcional está relacionado com a falta de habilidades de leitura e escrita que vão além da mera decodificação de palavras”. Correia *et al.* (2023) indicam alguns fatores que podem afetar o indicador: a dificuldade no acesso à educação de qualidade; a desigualdade social; e o baixo estímulo à leitura.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)⁴, índice desenvolvido pela organização não governamental (ONG) Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro para medir os níveis de alfabetismo da população brasileira, considera como analfabeta funcional a pessoa que conta com uma alfabetização rudimentar, ou seja, a pessoa que consegue ler e escrever números usuais e realizar operações matemáticas simples, mas que é incapaz de realizar tarefas mais difíceis,

4 Ver Inaf (2025).

como interpretar textos mais extensos e informativos. O Inaf calculado para o ano de 2018 revelou que quase um terço (29%) da população brasileira de 15 a 64 anos de idade era considerada analfabeta funcional (INAF, 2025). Esse indicador é bem diferente da taxa de analfabetismo para a faixa de 15 anos ou mais, que, no mesmo ano, foi de 6,3% (INAF, 2025). Sendo assim, o Inaf (2025) demonstra que a realidade do analfabetismo no país é bem mais complexa do que pode ser observado em algumas taxas.

Correia *et al.* (2023) indicam algumas das principais causas do analfabetismo funcional. No que se refere à oferta, observa-se certa inadequação da educação de qualidade; desigualdade no investimento por área entre as regiões do país; necessidade de capacitação de professores; deficiência na infraestrutura; e desigualdade social e econômica. Os autores afirmam que “[...] pessoas de baixa renda têm menos oportunidades de ter acesso à educação de qualidade, o que acaba perpetuando o ciclo de pobreza e analfabetismo funcional” (Correia *et al.*, 2023).

O relatório técnico preliminar do Censo Escolar da Educação Básica de 2023, do Inep (2024), aponta uma elevação do percentual de matrículas com distorção idade-série em classes não exclusivas de alunos portadores de necessidades especiais. Em 2023, observa-se uma distorção de 17,0%, iniciando a partir do 2º ano até o 8º ano do Ensino Fundamental, e, depois, têm-se uma distorção de 19,5% na 1ª série do Ensino Médio (Inep, 2024). O relatório ressalta que, em todas as séries do Ensino Básico, a proporção de defasagem de idade dos estudantes do gênero masculino é maior do que a apresentada pelas estudantes do gênero feminino (Inep, 2024). A maior diferença na distorção idade-série entre homens e mulheres se observa na 1ª série do Ensino Médio, uma vez que a taxa de distorção idade-série é de 26,4% para o gênero masculino e de 18,3% para o feminino. Esse dado

indica que o atraso escolar é maior entre os homens matriculados no Ensino Médio (Inep, 2024).

De acordo com o mesmo relatório, a taxa de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) impacta o atraso escolar medido pela taxa de distorção idade-série (Inep, 2024). Considerando as taxas de aprovação no período de 2018 a 2022, nota-se uma elevação do indicador nos anos iniciais e finais, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No período supracitado, a taxa de aprovação dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental era de 94,2%, e, em 2022, aumentou para 96,0%. Já sobre os anos finais do Ensino Fundamental, houve uma taxa de aprovação de 88,1% em 2018, e, em 2022, houve um aumento, passando para 92,1%. Em relação ao Ensino Médio, a taxa era de 83,4% em 2018 e aumentou para 86,6% no ano de 2022. Nos anos de 2021 e 2022, obteve-se uma redução da taxa devido aos ajustes realizados pelas escolas no período da pandemia da Covid-19 (Inep, 2024).

Além disso, vale salientar que, em 2022 e 2023, houve uma queda de 0,2% do total de pessoas matriculadas no país e essa redução pode ser interpretada como uma relativa estabilidade no número de matrículas. Acerca disso, o Censo Escolar registrou, em 2022, um total de 47.382.074 estudantes matriculados, número este que, em 2023, foi reduzido para 47.304.632 estudantes (Inep, 2024).

Segundo os dados da Pnad de 2023, 9 milhões de estudantes não conseguiram terminar o Ensino Médio no Brasil, dentre os quais 58,1% são homens e 41,9% são mulheres (IBGE, 2023). Se considerarmos a questão de cor ou raça, nota-se uma discrepância ainda maior, pois 71,6% dos alunos que desistiram de estudar são pretos ou pardos e apenas 27,4% são brancos. Em termos regionais, o Nordeste apresenta o pior indicador, uma vez que apenas 45,6% dos estudantes completaram o Ensino Médio no ano de 2023 (IBGE, 2023).

Outro indicador, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁵, do Inep, tem o objetivo de mensurar a qualidade da Educação Básica, considerando o fluxo escolar e as médias de desempenho dos alunos nas avaliações (Inep, 2025). O Ideb é calculado a partir das bases de dados sobre aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ambas do Inep.

Segundo o Ministério da Educação, o Ideb é uma ferramenta de acompanhamento das metas de qualidade da Educação Básica. Como meta para o ano de 2022, foi estabelecido “[...] alcançar média 6, valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos” (Inep, 2025). Os banco de dados abertos do Ideb estão disponíveis para os anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2019 e 2021. Analisando o desempenho dos alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental, percebe-se que as regiões Sul e Sudeste atingiram a meta — de média 6 no Ideb — desde o ano de 2015. Em 2021, as regiões Sul e Sudeste ultrapassaram a meta, alcançando, respectivamente, 6,2 e 6,1. Nesse mesmo ano, o Ideb das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte foram 5,8, 5,3 e 5,0, respectivamente (Inep, 2025).

Em relação aos níveis do Ensino Básico, os últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio foram os que apresentaram piores desempenhos. O Ideb dos últimos anos do Ensino Fundamental da região Sul e Sudeste foi

5 O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará, igualmente, a necessidade de melhoria do sistema. O índice também é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação (Inep, 2025).

de 5,3. A região Centro-Oeste apresentou um Ideb de 5,2 e as regiões Nordeste e Norte, por sua vez, apresentaram 4,8 e 4,6, respectivamente (Inep, 2025). Ao analisar o Ensino Médio, percebe-se que o índice é menor do que no Ensino Fundamental em todas as regiões do país. As regiões Sul e Sudeste apresentaram um índice de 4,4, a Centro-Oeste apresentou 4,1, o Nordeste teve um índice de 3,9 e o Norte teve o menor índice, com 3,5.

De modo geral, a média do Ideb do Brasil foi de 5,8 considerando os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,1 para os anos finais do Ensino Fundamental e 4,2 para os alunos do Ensino Médio. Com base nos dados do Ideb, pode-se dizer que o Brasil, sobretudo nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, precisa alcançar melhores resultados em termos de ensino e aprendizagem (Inep, 2025).

Analisando os dados de 2023 sobre a qualificação do corpo docente, o percentual de professores da rede pública no Brasil com formação superior era de 80,7% (79,5% em grau superior de licenciatura e 1,2% de bacharelado) na Educação Infantil; 87,3% (85,8% em grau superior de licenciatura e 1,5% de bacharelado) no Ensino Fundamental; e 96,0% (91,7% em grau superior de licenciatura e 4,3% de bacharelado) no Ensino Médio. Em relação ao ano de 2022, o percentual de professores com Ensino Superior no Brasil mostrou uma elevação de 1,2 pontos percentuais na Educação Infantil (79,5%) e uma redução de 0,1 pontos percentuais no Ensino Médio (96,1%) (Inep, 2025).

A disciplina de Língua Estrangeira apresenta a pior adequação na formação docente para os anos iniciais do Ensino Fundamental, pois apenas 36,3% das turmas têm aulas ministradas por professores com formação superior em licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina. Por outro lado, a disciplina de Educação Física apresenta o melhor indicador, já que 84,2% das turmas são atendidas por docentes

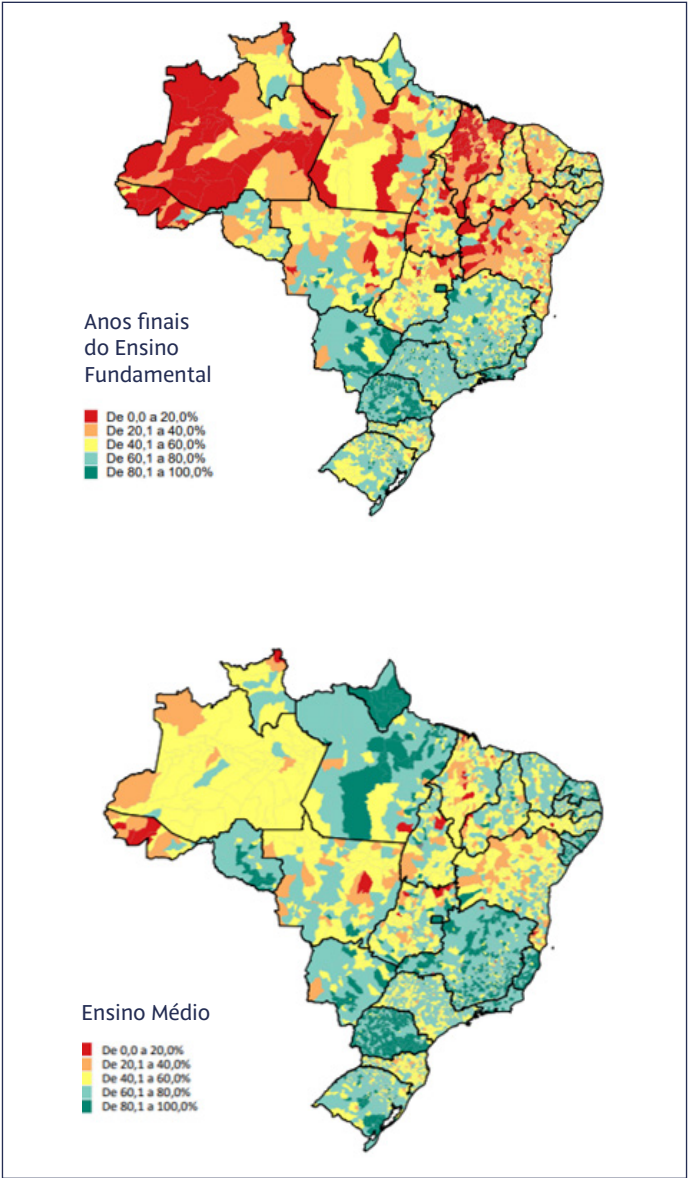
qualificados na área da disciplina. As disciplinas de Língua Portuguesa, Artes, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso apresentaram, em média, uma adequação de 75,84% (Inep, 2025).

O mesmo cenário de adequação pode ser visto nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo que o indicador de adequação da formação docente da disciplina de Língua Estrangeira é de apenas 45,3% e o da disciplina de Educação Física é de 76,6%. As demais disciplinas contam, em média, com um indicador de 64,78% (Inep, 2025).

No Ensino Médio, a disciplina de Sociologia tem a pior adequação da formação docente, que é de apenas 36,9%, e, novamente, a disciplina de Educação Física apresenta a melhor adequação, com 87,4%. As disciplinas de Língua Portuguesa (83,7%), História (81,1%), Biologia (80,7%), Matemática (79,0%) e Geografia (77,7%) apresentaram adequação superior a 75%. A disciplina de Química apresentou um percentual de 70,2% e as disciplinas de Artes, Física, Filosofia e Língua Estrangeira apresentaram um percentual inferior a 60%, com 56,8%, 55,8%, 51,2% e 44,3%, respectivamente (Inep, 2025).

Avaliando o percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada nos anos finais do Ensino Fundamental (lado esquerdo da Figura 1), nota-se que as regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual. Porém, ao observar o mesmo indicador para o Ensino Médio, não é possível apontar um padrão claro nas regiões do país (lado direito da Figura 1). Os dados do relatório indicam que os cinco maiores percentuais de disciplinas ministradas por professores com formação adequada para o Ensino Médio são observados no Distrito Federal (86,3%), Amapá (84,8%), Espírito Santo (84,1%), Paraná (83,3%) e Rio Grande do Norte (79,9%), estados representativos das cinco grandes regiões do país (Inep, 2024).

FIGURA 1. Percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada por município, Brasil, 2023.



Fonte: Inep (2024).

Outro fator importante a ser analisado no contexto escolar é o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), que têm se tornado essenciais no processo de ensino e aprendizagem. Assim, analisando o acesso à *internet* e às plataformas de ensino, Millan *et al.* (2024) afirmam que, em 2022, cerca de 56% das escolas (77.197 de um total de 137.651 escolas) contavam com *internet* para fomentar a aprendizagem. Esse percentual aumentou para 62% em 2023 — de 77.197 para 85.039 escolas. Ou seja, em 2023, “[...] de um total de 5.570 municípios brasileiros, 1.833 possuíam entre 90 e 100% de suas instituições educacionais com disponibilidade de Internet para aprendizagem” (Millan *et al.*, 2024, p. 15). Porém, das 32.379 escolas com mais de 50 estudantes no maior turno, apenas 3.640 (11%) contam com uma velocidade adequada de conexão com a *internet* (Millan *et al.*, 2024).

O estudo de Millan *et al.* (2024) indica que, apesar do avanço da qualidade da *internet* nas escolas públicas brasileiras nos últimos anos, o uso desse instrumento pedagógico em sala de aula ainda é insuficiente. Das 137.208 escolas estaduais e municipais monitoradas, apenas 89% delas estão conectadas à rede, 62% afirmam usar a *internet* para o processo de ensino e aprendizagem e 29% dizem ter computadores, *notebooks* ou *tablets* para acesso às redes pelos alunos (Millan *et al.*, 2024). Entretanto, as escolas que possuem algum equipamento contam, em média, com apenas 1 dispositivo para cada 10 estudantes no maior turno escolar (Millan *et al.*, 2024).

O trabalho de Millan *et al.* (2024) também destaca a desigualdade no acesso à *internet* entre e dentro das regiões do país, o que demonstra que existe uma lacuna entre a disponibilidade de *internet* e o uso efetivo para fins educacionais. As regiões Norte e Nordeste apresentam menor cobertura e qualidade de conexão, mas algumas de suas áreas, especialmente as capitais ou grandes regiões metropolitanas, têm

qualidade comparável àquelas de outras regiões brasileiras (Millan *et al.*, 2024). As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste demonstram maior cobertura, abrangendo quase todas as escolas conectadas à *internet* (Millan *et al.*, 2024).

Políticas públicas educacionais no Brasil

Conforme já foi mencionado anteriormente, a busca por uma educação equânime e de qualidade não se limita somente ao Brasil. Essa pauta é uma das principais preocupações dos gestores de importantes órgãos que buscam incentivar e estabelecer metas para que sistemas educacionais de qualidade para todos sejam construídos e implementados.

A exemplo disso, em 2007, o Governo Federal elaborou um Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (Brasil, 2007). O Plano, por meio de avaliações de aprendizagem e diagnósticos de leitura, destaca os problemas existentes nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Mediante tais avaliações, o PDE criou diversas ações voltadas para a educação. Em relação à criação e manutenção de políticas, destacam-se: o Programa para Educação de Jovens e Adultos (EJA); o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Programa Universidade para Todos (ProUni); o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); o Sistema de Seleção Unificada (Sisu); e o programa Educação em Prisões (Brasil, 2007).

A política de reinserção à educação, aplicada por meio do EJA, tem se mostrado significativa no processo de ensino desse público, que, por algum motivo, teve a educação formal descontinuada. O PBA, por sua vez, se configura como o programa mais eficaz das políticas voltadas para a educação, pois, desde 2003, tem reduzido os índices de analfabetismo no país em pessoas com mais de 15 anos. Já o Pronatec visa promover uma educação acompanhada de qualificação

profissional para aumentar a inserção no mercado de trabalho. Em relação à Educação Superior, programas como ProUni, Fies e Sisu têm mostrado eficácia para o público que deseja ingressar e dar continuidade ao Ensino Superior, seja em uma instituição pública ou privada. Por fim, o programa Educação em Prisões visa garantir o direito à educação ao público privado de liberdade, garantindo o acesso da população carcerária a uma educação de qualidade.

Considerações finais

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, garante o direito de todos ao acesso à educação de qualidade (Brasil 1988). Porém, na realidade, há um contraste entre o que está estabelecido por lei e o dia a dia nas escolas do país. Apesar dos avanços na universalização do acesso à educação, o país ainda enfrenta desafios significativos no que se refere à qualidade e equidade nessa área, especialmente quando se observa a distribuição dos recursos educacionais, a qualificação dos profissionais, a infraestrutura escolar e os resultados de aprendizagem. No Brasil, fatores socioeconômicos, a exemplo da renda e do local de residência, influenciam no nível e na qualidade do ensino, demonstrando que as pessoas menos favorecidas economicamente enfrentam diversos desafios no acesso à educação.

Algumas das consequências das dificuldades encontradas em relação ao acesso à educação são o analfabetismo, o abandono e a evasão escolar. No Brasil, esses indicadores do insucesso escolar estão, em geral, concentrados na região Nordeste, principalmente entre a população de pretos e pardos, acometendo também a população idosa. Tal resultado se deve a questões estruturais e históricas de desigualdade no acesso à educação no país. A leitura, por exemplo, é um dos problemas enfrentados na região, sendo esse impasse

consequência da baixa capacidade da escola em proporcionar um ensino eficaz e da ausência, por parte dos gestores, de implementação de políticas públicas focadas na educação e associadas ao objetivo de promover um ambiente multidisciplinar favorável e capaz de desenvolver as habilidades necessárias para o aprendizado. Caso essas políticas públicas educacionais fossem implementadas, decerto as chances de um aluno passar pelo sistema educacional sem conseguir desenvolver suas habilidades de interpretação, análise de textos e inferência dos conteúdos condizentes a cada nível da Educação Básica seriam drasticamente reduzidas.

Outro tema importante para o processo de ensino e aprendizagem é a formação dos professores. Nesse ponto, é necessário chamar a atenção para a adequação da formação docente em cada etapa do ensino e disciplina ministrada bem como para a necessidade de prover o suporte ao professor, o qual tem direito a acessar uma *internet* adequada e dispor de computadores, uma vez que os indicadores de desempenho, como o Ideb, também expõem as desigualdades regionais existentes no país em relação à infraestrutura. O Nordeste e o Norte do país, vale ressaltar, permanecem apresentando os piores indicadores entre as regiões brasileiras. Esses fatores nos levam a crer que a desigualdade persiste e que a lógica da igualdade formal não é suficiente para enfrentar as desigualdades estruturais da educação brasileira; em outras palavras, deve-se observar as necessidades específicas de cada uma das regiões para que haja uma melhora significativa na eficiência e na efetividade das políticas públicas educacionais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento igualitário e equitativo do sistema educacional do brasileiro.

Compreender as discussões sobre equidade educacional significa estar atento às diferentes necessidades das pessoas, principalmente daquelas que possuem menos recursos

e estão em situações de maior vulnerabilidade social e econômica. Essas pessoas são as que mais carecem de atenção, e, por isso, não conseguem alcançar um desenvolvimento efetivo. Sendo assim, é preciso investir em políticas públicas que promovam a equidade como princípio orientador, assegurando que todas as pessoas tenham acesso diferenciado a recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos que viabilizem sua permanência na escola. Isso inclui ações como a valorização e formação continuada dos professores, a ampliação da infraestrutura escolar com foco em conectividade e tecnologia e o fortalecimento da gestão democrática e territorializada da educação.

Para López (2005), a educação igualitária entrou em crise a partir do momento em que as sociedades foram se tornando cada vez mais heterogêneas e a distribuição da riqueza passou a ocorrer de forma desigual. Ou seja, em um contexto de grande desigualdade social, a oferta de uma educação homogênea gera trajetórias e resultados distintos, uma vez que os menos favorecidos social e economicamente e os indivíduos que apresentam menor capacidade cognitiva tendem a alcançar um desenvolvimento aquém de sua capacidade plena em virtude da ausência de políticas públicas que busquem mitigar tais questões.

Popkewetz e Lindblad (2001) asseguram que, apesar dos esforços e resultados das políticas educacionais brasileiras, alguns pesquisadores apontam falhas na proposição e na implementação de políticas, uma vez que essas políticas focam, de maneira geral, na eficiência, e não necessariamente, na universalização ou nas causas da exclusão e da evasão escolar. Acerca disso, os autores afirmam que, muitas vezes, a busca pela universalização da educação está mais voltada para a capacitação da força de trabalho do que propriamente para a educação enquanto direito de todos, como garantido na constituição (Popkewetz; Lindblad, 2001).

Assim sendo, é importante destacar que a superação das desigualdades educacionais no Brasil exige mais do que igualdade de acesso; ela requer o enfrentamento às desigualdades de percurso e depende de resultados por meio de ações concretas voltadas à equidade. Diante dessa realidade, Correia *et al.* (2023) dizem que é fundamental a criação de políticas públicas integradas e articuladas entre as diferentes áreas governamentais. Isso, claro, exige uma visão abrangente e estratégica que englobe desde a Educação Básica até a promoção da igualdade social e o acesso da população das diferentes regiões a oportunidades. Assim, é necessário que haja a implementação de políticas públicas efetivas e eficazes que valorizem a formação dos professores, garantam o acesso à educação de qualidade, promovam a inclusão — incluindo a inclusão digital — e combatam as desigualdades socioeconômicas. Segundo Gomes e Melo (2021), as políticas públicas, elaboradas de forma estratégica, podem ser bastante significativas para a ampliação da inclusão, a permanência do aluno na escola e a qualidade do ensino, e somente através delas será possível melhorar os indicadores da educação brasileira.

Referências

BOLÍVAR, A. Equidad educativa y teorías de la justicia. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 42-69, 2005. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/5555>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo Escolar 2023 aponta crescimento de docentes na educação infantil*. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em:

<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/09/pesquisa-semesp-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CORREIA, J. L. P. *et al.* Analfabetismo funcional no Brasil. *Revista ft*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 129, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/analfabetismo-funcional-no-brasil/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

GOMES, S.; MELO, F. Y. M. Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/y4pScPn3NtcrCFXQmTFGsjz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (INAF). Resultados Inaf: alfabetismo no Brasil. *Inaf*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: Educação* 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102068>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica* 2023. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). *Inep*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 13 abr. 2026.

LÓPEZ, N. Desigualdades sociales y educación. In: LÓPEZ, N. (ed.). *Equidad educativa y desigualdade social: desafios de la educación em el nuevo escenario latinoamericano*. Buenos Aires: IPE-Unesco, 2005. p. 51-80. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142599>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MILLAN, C. H. *et al.* *Panorama da qualidade da internet nas escolas públicas brasileiras*. Brasília: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/4/20240523180719/Publicacao-internet-escolas-2024.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

PILATTI, I. M. E SCHMITZ, L. L. *Educação, economia e desenvolvimento regional sustentável: um diálogo possível*. [S. l.]: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/In+%C2%ACs-Marmitt-Pilatti.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

POPKEWETZ, T.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão/exclusão sociais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 75, p. 111-148, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/es/a/LJzT67Z4cQL9J8tzkfCzfYn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2026.

RAMBLA, X.; PEREIRA, R. S.; ESPLUGA, J. L. La articulación de las políticas públicas a favor del desarrollo educativo: el margen de maniobra en América Latina. In: FAHEL, M. et al. (org.). *Desigualdades educacionais & pobreza*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 31-48.

Economia dos Cuidados

Uma discussão a partir da pandemia da Covid-19 e da rotina de estudos dos candidatos ao Enem 2022

José Felipe dos Santos de Andrade¹

Estêvão de Moraes Santos²

Ramon William Ferreira de Melo³

Andreza Daniela Pontes Lucas⁴

Introdução

Imagine uma família que tem uma filha e um filho, gêmeos, bastante estudiosos. Imagine também que, no período da pandemia da Covid-19, eles se preparavam para ingressar em uma faculdade. Nesse cenário, a família dispunha de toda infraestrutura necessária para que seus filhos acompanhassem as aulas na modalidade *on-line*. No caso, o filho ficou mais focado, tendo até melhorado suas notas. A jovem, por

1 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pela Università Cattolica Del Sacro Cuore de Milão e docente do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGEcon) e do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE).

outro lado, teve uma queda no seu rendimento escolar ao precisar dividir sua rotina entre os estudos e os cuidados com a avó, uma vez que a família precisou dispensar a cuidadora para garantir o isolamento social. Esse é um exemplo hipotético, mas, de fato, as atividades que envolvem cuidados parentais são, no geral, divididas de maneira assimétrica dentro de muitas famílias, afetando seus membros de diferentes formas.

A Economia dos Cuidados é um campo de estudo dedicado à avaliação, quantificação e análise do cuidado nas interações sociais e econômicas. Nesse sentido, busca articular abordagens analíticas e conceituais, colocando os setores responsáveis pela provisão de cuidados no centro das análises econômicas, ao mesmo tempo em que questiona o funcionamento do sistema e as interpretações que lhe são atribuídas, com ênfase no ambiente familiar e no papel de seus membros. A partir dessa perspectiva, investiga desigualdades e propõe alternativas para seu enfrentamento. Além disso, abrange tanto atividades remuneradas quanto não remuneradas, ao adotar uma compreensão mais ampla das relações de troca entre indivíduos, para além do *mainstream* econômico (Pereira, 2016).

A pandemia da Covid-19 intensificou as atividades de cuidado no âmbito doméstico devido à necessidade de cuidado com a saúde ter levado as pessoas a se recolherem nos seus lares (Saraiva, 2022). Essa realidade fez com que os candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) fossem prejudicados pelas mudanças nas dinâmicas familiar e escolar (Barbosa; Anjos; Azoni, 2022).

Este capítulo visa discutir a Economia dos Cuidados e como a intensificação das atividades que envolvem cuidados no âmbito familiar afetou a rotina de estudos dos candidatos ao Enem durante a pandemia. Para isso, serão analisados dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep) referentes ao Enem de 2022, ano em que os estudantes foram convidados a preencher um questionário sobre suas condições de estudo durante a pandemia.

As próximas seções deste capítulo estão divididas do seguinte modo: a primeira traz o referencial teórico; a segunda apresenta o método utilizado; a terceira apresenta e discute os resultados encontrados; e a última é dedicada às considerações finais.

Referencial teórico

Construir uma definição que englobe todos os aspectos do cuidado não é fácil, uma vez que esse conceito faz intercessões em vários ramos do conhecimento e traz, consigo, diferentes aspectos, podendo ser visto sob diferentes ângulos. Diante disso, não há um consenso na literatura acerca de uma definição única de cuidado; trata-se de um conceito pluridisciplinar, que percorre e adentra a academia em diferentes áreas. Diante de sua importância e pluralidade, o cuidado é um conceito que impõe desafios para ser abordado (Fontoura, 2023). Além disso, a abordagem pode ser realizada de diversas formas: pode-se partir da existência de uma remuneração ou não, da dependência ou autonomia da pessoa que recebe o cuidado, do vínculo entre quem cuida e quem recebe o cuidado etc. (Pereira, 2016).

De acordo com Marcondes (2021), os cuidados são práticas sociais que articulam trabalho, emoções e padrões éticos e que se materializam na interação direta entre quem cuida e quem é cuidado. O objetivo, portanto, é atender a necessidades humanas (objetivas e subjetivas), contribuindo para garantir a integridade ou mesmo a vida da pessoa que apresenta, temporária ou continuamente, necessidade de apoio. Apesar de ser uma definição importante, ela se concentra no

aspecto da dependência, e, nessa perspectiva, seu conteúdo congrega as práticas e habilidades adequadas a cada necessidade (Duffy, 2005).

Dentro das perspectivas da dependência, Tronto (2009) mostra as diferenças entre cuidado necessário e serviços pessoais. De acordo com o autor, o primeiro conceito diz respeito ao que é feito àqueles que não têm capacidade de cumprir suas próprias demandas, como crianças e idosos. Nesses casos, há a necessidade de outro indivíduo no ambiente para sanar suas demandas (Tronto, 2009). O segundo conceito, por sua vez, diz respeito ao cuidado com pessoas que podem suprir suas necessidades por si próprias, mas que não o fazem, a exemplo das pessoas que não sofrem de nenhuma enfermidade ou necessidade especial e não são crianças ou idosas, mas atribuem suas tarefas para outrem (Tronto, 2009). Nesse contexto, é possível adentrar em pontos muito importantes para distinguir “cuidados” e “serviços domésticos”: o primeiro trata de esclarecer, por exemplo, que se os homens podem satisfazer suas necessidades e não o fazem, deixando suas tarefas domésticas a cargo exclusivamente das mulheres, temos, em primeiro lugar, a disparidade em relação ao sexo, em que o trabalho doméstico é atribuído às mulheres (Aguirre, 2007), sendo inclusive configurado como um fator de dupla jornada, depois da inserção de mulheres no mercado de trabalho. Já o segundo ponto refere-se ao trabalho reprodutivo e ao de bem-estar social como parte de outra perspectiva dos cuidados que vai além da questão da dependência; em outras palavras, nesse segundo ponto, há contato direto ou até vínculos emocionais, prevendo serviços de limpeza e preparo de refeições (Benería, 2006).

Consequentemente, nessa perspectiva, o vínculo relacional, inerente a certas atividades de cuidado, é substituído por um trabalho voltado para a manutenção e reprodução da força de trabalho (Duffy, 2005). Nesse sentido, o

trabalho reprodutivo passa a englobar tanto o trabalho doméstico quanto as atividades de cuidado remuneradas (Duffy, 2005).

Além disso, é possível associar o cuidado destinado aos dependentes e ao trabalho reprodutivo, que, em sua maioria, é exercido por mulheres. Esse tipo de cuidado está intimamente ligado à questão de gênero e às dinâmicas sociais relacionadas à divisão sexual do trabalho. Ademais, o cuidado torna-se evidente nas atividades desempenhadas pelas empregadas domésticas e/ou diaristas, que não beneficiam apenas os membros da casa, mas também outras pessoas que elas sequer conhecem. Nesse contexto, é importante destacar a questão racial, uma vez que mulheres de diferentes origens étnicas podem enfrentar tratamentos desiguais, a depender da cor da pele. As mulheres negras, em especial, frequentemente se encontram em situações de maior precariedade, evidenciando as desigualdades estruturais que persistem na sociedade (Pereira, 2016).

A partir do exposto, percebe-se que a Economia dos Cuidados pode ser analisada sob diferentes óticas, permitindo, assim, sua exploração a partir de diferentes aspectos e compreensões, já que a área apresenta certa pluralidade e interseccionalidade em vários outros ramos do conhecimento. Consequentemente, abre-se espaço para diversas possibilidades de exploração, pois, como mencionado anteriormente, não é possível trazer uma definição única para o cuidado, dada a sua complexidade e abrangência.

A pandemia da Covid-19 fez surgir um *trade off* entre intervenção para a redução de impactos do vírus nas condições de saúde e bem-estar e os efeitos na economia, especialmente nos meios de subsistência das famílias. Diante de um cenário de perdas individuais e sociais, o isolamento provocou mudanças na dinâmica econômica (Alvarez; Argente; Lippi, 2020; Bethune; Korinek, 2020; Lee, 2022).

Um dos impactos mais notáveis concentra-se nas atividades de cuidado entre familiares, uma vez que tarefas que antes eram realizadas por indivíduos fora do núcleo familiar passaram a ser exercidas por seus membros. Para além das atividades domésticas voltadas para o mantimento do bem-estar familiar, têm-se impactos da pandemia da Covid-19 sobre os estudantes, que, limitados ao contexto doméstico, tiveram que contribuir com as atividades do lar e dedicar tempo para atividades para além de sua formação acadêmica e profissional, já que, devido ao isolamento social, tornou-se inviável recorrer a alguma ajuda externa para apoiar demandas familiares (Barbosa; Anjos; Azoni, 2022; Grossi; Minoda; Fonseca, 2020; Senhoras, 2020; Stefanovic, 2023).

Além disso, pode-se considerar os impactos na saúde psicológica dos estudantes e da interrupção de suas agendas pedagógicas, em virtude das incertezas quanto à duração do isolamento social, da dupla jornada envolvendo a ajuda doméstica e estudo, e, em alguns casos, até de uma tripla jornada, ao envolver, também, o trabalho fora de casa. Assim, compreende-se que os impactos da pandemia na educação se manifestaram de forma multifacetada, abrangendo questões acadêmicas, sociais e econômicas (Ferreira *et al.*, 2021). Sobre isso, de acordo com Nicácio e Nicácio (2022), destacam-se impactos não apenas no campo econômico, mas também nos campos estrutural e psicossocial. Outro fator importante apontado na literatura é o uso de ferramentas tecnológicas para o ensino, o que levou, segundo Rocha e Lima (2021), à mudança nos incentivos dentro da lógica educacional, além de ter suscitado preocupações quanto à continuidade do modelo de educação adotado no Brasil e sobre os impactos na qualidade do ensino.

Outra questão relevante é que, antes da pandemia, muitas famílias contavam com serviços de creches, escolas em período integral e cuidadores profissionais para auxiliar no

cuidado de crianças e idosos, além de empregados domésticos. No entanto, com o fechamento de escolas e a hesitação em permitir a entrada de pessoas externas no domicílio devido ao risco de transmissão do vírus, o ônus dos cuidados recaiu mais intensamente sobre os membros da família — especialmente sobre as mães e, em alguns casos, os jovens estudantes. Eles tiveram que assumir responsabilidades de cuidado adicionais, o que, muitas vezes, resultou em uma carga de trabalho mais pesada e em menos tempo disponível para seus estudos e seu desenvolvimento pessoal. Dessa forma, existem impactos da carga de cuidados e trabalho não somente sobre as mulheres, mas também sobre os jovens (Bansak; Grossbard; Wong, 2022; Croda; Grossbard, 2021).

Sendo assim, a intensificação do cuidado familiar também apresenta impacto direto sobre o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal dos pais, uma vez que muitos deles tiveram que ajustar seus horários de trabalho ou até mesmo se afastar do mercado de trabalho para se dedicar aos cuidados, o que trouxe implicações financeiras significativas para suas famílias. À medida que as famílias se depararam com desafios econômicos decorrentes da pandemia, houve uma necessidade crescente de buscar fontes adicionais de renda, o que, muitas vezes, levou os jovens estudantes a se envolverem no mercado de trabalho, seja para ajudar a sustentar suas famílias, seja para custear suas próprias despesas, mesmo com forte redução de despesas familiares (Baker *et al.*, 2020). Dessa forma, entende-se que a busca por renda adicionou certa pressão sobre os estudantes, já que equilibrar as demandas acadêmicas com um emprego e/ou com os cuidados familiares é bastante desafiador.

Em suma, observa-se que a pandemia da Covid-19 trouxe mudanças profundas nas dinâmicas familiares e econômicas, afetando de forma significativa os jovens estudantes e as atividades de cuidados. A intensificação do cuidado familiar

e a necessidade de buscar renda adicional tiveram impactos complexos, o que implica desafios consideráveis em relação ao equilíbrio entre estudos, responsabilidades de cuidado e questões financeiras.

O Enem foi criado em 1998, com o intuito de avaliar aqueles que concluíram o Ensino Básico. Com o passar dos anos, ele se consolidou como um processo seletivo para o ingresso no Ensino Superior de diversas formas. Hoje, as notas obtidas no exame representam o principal meio de acesso para a graduação. O processo de seleção ocorre por meio de três principais programas, tendo eles diferentes funções: (i) o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), responsável pelo ingresso dos participantes em universidades públicas, sendo elas federais ou estaduais; (ii) o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas parciais ou integrais em universidades particulares também por meio das notas obtidas; e (iii) o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que pode disponibilizar crédito para estudantes matriculados no Ensino Superior privado.

No entanto, a pandemia afetou esses programas de forma significativa e o isolamento social prejudicou a realização dos exames, causando uma severa redução nos índices de inscrição e presença no exame durante o período pandêmico. Acerca disso, é válido lembrar que o número de inscritos no Enem foi de aproximadamente 5 milhões no ano de 2019, cerca de 5,8 milhões em 2020, 3,3 milhões em 2021 e 3,4 milhões em 2022 (Inep, 2023). Vale salientar que, em 2020, durante o período de inscrições, esperava-se que a pandemia tivesse terminado no período de realização do exame, o que não se concretizou. No ano de 2022, inclusive, foi realizada a pesquisa intitulada *Hábitos de estudo na pandemia* com os candidatos, a qual será abordada nas próximas seções deste capítulo.

Metodologia

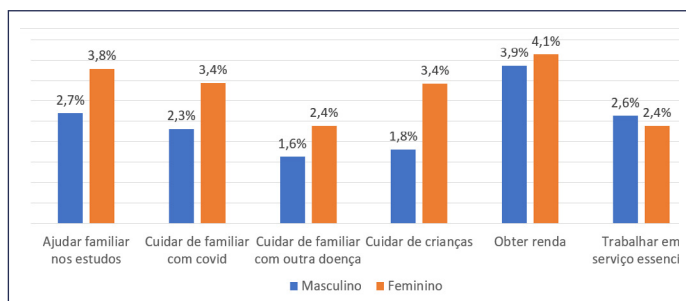
Os candidatos inscritos no Enem 2022 foram convidados a responder um questionário para compartilhar informações sobre sua rotina de estudos durante a pandemia da Covid-19. Dos 3.476.108 candidatos inscritos no exame, 928.547 responderam a essa parte específica do formulário (Inep, 2023). No questionário, foi perguntado se os candidatos tiveram seu estudo negativamente afetado pela necessidade de ajudar algum familiar no estudo, cuidar de algum familiar com Covid-19, cuidar de algum familiar com outra doença, cuidar das crianças enquanto os pais trabalham, obter renda ou trabalhar em serviço essencial. A partir disso, levando em conta diferentes recortes de gênero, raça/cor e renda, será analisado o percentual de estudantes de cada grupo cujos estudos foram impactados por cada um destes fatores.

Resultados e discussão

Dos 928.547 candidatos que responderam ao questionário, 307.898 são do sexo masculino e 620.649 do sexo feminino (Inep, 2023). Em relação à raça/cor, 362.755 se autodeclararam brancos, 114.912 pretos, 411.580 pardos, 18.364 amarelos e 5.599 indígenas (Inep, 2023). Já em relação à renda familiar, 61.967 declararam não possuir nenhuma renda, 565.657 declararam ter até dois salários-mínimos, 203.282 mais de dois e até cinco salários-mínimos, 63.473 mais de cinco e até 10 salários-mínimos e 34.169 mais de 10 salários-mínimos (Inep, 2023).

O Gráfico 1 divide os indivíduos a partir do sexo. Nesse sentido, percebe-se que as tarefas com relação aos cuidados em âmbito familiar ao longo da pandemia foram destinadas majoritariamente às mulheres, convergindo com o que foi exposto por Aguirre (2007). Percebe-se que 3,8% das mulheres

GRÁFICO 1. Fatores que dificultaram o estudo por sexo.



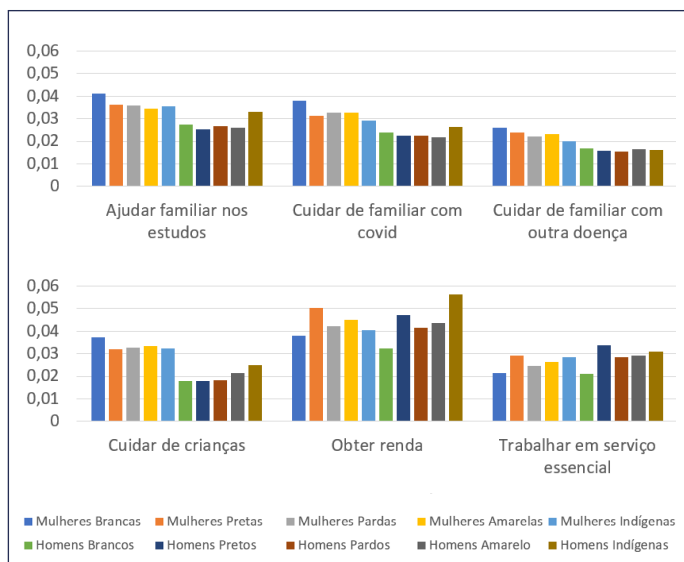
Fonte: Os autores (2025), adaptado de Inep (2023).

afirmaram ter o estudo dificultado para ajudar algum familiar nos estudos; 3,4% para cuidar de algum familiar com Covid-19; 2,4% para cuidar de familiar com outra doença; e 3,4% para cuidar das crianças, enquanto os pais trabalham (Inep, 2023). Para os homens, esses números foram, respectivamente, 2,7%, 2,3%, 1,6% e 1,8% (Inep, 2023).

As mulheres também foram as que mais tiveram seus estudos prejudicados pela necessidade de contribuir com a renda familiar. Segundo os dados, 4,1% das mulheres e 3,9% dos homens se enquadram nessa situação (Inep, 2023). Entre as variáveis analisadas, a única em que o percentual de homens que consideram que seus estudos foram prejudicados é maior que o percentual de mulheres é na variável que questiona a necessidade de trabalhar em serviços essenciais, sendo 2,6% o percentual de homens e 2,4% o de mulheres (Inep, 2023).

O Gráfico 2 traz informações sobre as mesmas variáveis do Gráfico 1, porém, desagrega os indivíduos por raça/cor simultaneamente. Ao fazer essa separação, percebe-se que o grupo que mais afirmou ter seus estudos prejudicados pela necessidade de se dedicar às atividades de cuidado no âmbito familiar (isto é, ajudar algum familiar no estudo, cuidar de alguém doente ou cuidar das crianças) foi o das mulheres

GRÁFICO 2. Fatores que dificultaram o estudo por sexo e raça/cor.

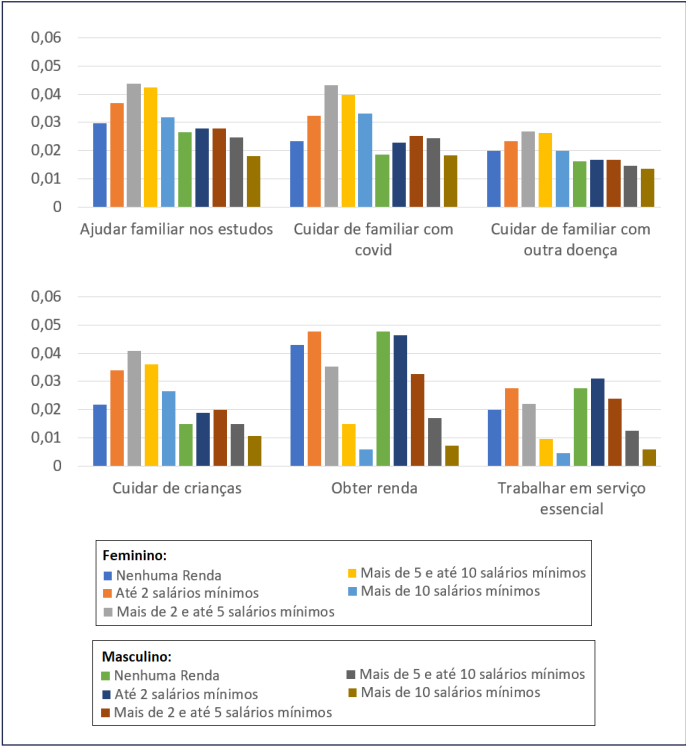


Fonte: Os autores (2025), adaptado de Inep (2023).

brancas. A proporção de mulheres pretas, pardas, amarelas e indígenas que se enquadram nessas situações é inferior à proporção das mulheres brancas e superior às mesmas proporções para os homens de todos os grupos. Vale destacar que, independentemente do grupo de raça/cor do indivíduo, a proporção de mulheres que afirmaram ter seus estudos prejudicados pela necessidade de se dedicar a atividades de cuidado no âmbito familiar durante a pandemia é sempre superior à dos homens.

Comparando as mulheres brancas com as mulheres dos outros grupos étnico-raciais, percebe-se que elas foram as que menos precisaram buscar por renda ou trabalhar em serviços essenciais e esse fator parece estar associado ao fato das mulheres brancas terem tido a oportunidade de ficar em casa com mais frequência do que as mulheres pertencentes aos

GRÁFICO 3. Fatores que dificultaram o estudo por renda



Fonte: Os autores (2025), adaptado de Inep (2023).

outros grupos analisados. Entre os homens, os brancos também representaram o grupo que menos precisou obter renda ou trabalhar em serviços essenciais durante a pandemia.

O Gráfico 3 apresenta as mesmas variáveis para diferentes grupos de sexo e renda familiar. Nele, observa-se que, tanto entre homens quanto entre mulheres, os que mais afirmaram precisar se dedicar a atividades de cuidado em detrimento de estudar foram as pessoas de renda média, ou seja, com renda maior que dois e até cinco salários-mínimos. Os homens com renda familiar acima de 10 salários-mínimos foram aqueles que menos afirmaram ter os estudos prejudicados

para se dedicarem às atividades de cuidado. Entre as mulheres, o grupo que menos afirmou ter os estudos prejudicados pela necessidade de se dedicar aos cuidados de acordo com os dados foi o grupo composto pelas mulheres mais pobres; porém, nesse grupo, a proporção de mulheres que precisou ir em busca de renda foi superior à proporção de mulheres de todos os outros grupos. Os dois grupos de menor renda, tanto de homens quanto de mulheres, foram aqueles em que uma maior proporção de indivíduos afirmou ter os estudos prejudicados pela necessidade de obter renda.

Os dados corroboram a literatura, a qual destaca que as atividades de cuidado no âmbito familiar recaem sobretudo sobre as mulheres. Além disso, é importante lembrar que os dados aqui analisados não refletem toda a população. O estudo abrange apenas os inscritos no Enem 2022 que optaram por responder ao questionário sobre as condições de estudo durante a pandemia. No entanto, é importante destacar que muitos dos grupos mais fortemente atingidos pela pandemia não conseguiram sequer se inscrever no exame.

O fato das mulheres brancas terem afirmado que a necessidade de se dedicar a atividades de cuidado prejudicou seus estudos com mais frequência do que as mulheres de outros grupos étnico-raciais não contradiz o que a literatura apresenta acerca da carga ser maior sobretudo para as mulheres negras. Isso porque os dados não trazem informações sobre as condições em termos de precariedade, além do fato das pessoas com melhores condições socioeconômicas terem tido a oportunidade de ficar em casa com mais frequência.

Considerações finais

As atividades que envolvem cuidado são de grande importância para a economia como um todo. As atividades

desenvolvidas dentro dos lares que envolvem cuidados com a saúde, nutrição, higiene, entre outros fatores, por exemplo, permitem que os membros da família desenvolvam suas atividades de trabalho e estudo com qualidade.

A pandemia da Covid-19 desestruturou a organização cotidiana das famílias, exigindo uma reestruturação das atividades domésticas. A partir disso, este capítulo analisou como essa reestruturação necessária prejudicou o estudo dos candidatos ao Enem 2022. Os dados indicam que o grupo que mais relatou prejuízo pela necessidade de colaborar com a família, seja auxiliando no estudo de outro membro, cuidando de algum enfermo ou cuidando das crianças, foi o grupo das mulheres, sobretudo as brancas.

Assim sendo, a análise dos dados apresentados destaca que a desigualdade de gênero se faz presente desde o âmbito familiar. Desse modo, a Economia dos Cuidados se apresenta como um importante elemento na discussão sobre a desigualdade de gênero na economia e na sociedade como um todo.

Referências

AGUIRRE, R. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGAGA, I. *Familia y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal, 2007. p. 187-198.

ALVAREZ, F. E.; ARGENTE, D.; LIPPI, F. A simple planning problem for Covid-19 lockdown. *NBER Working Paper Series*, Massachusetts, n. 26981, p. 1-35, 2020. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w26981/w26981.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

BAKER, S. R. et al. How Does Household Spending Respond to an Epidemic? Consumption during the 2020 COVID-19 Pandemic. *The Review of Asset Pricing Studies*, Cary, v. 10, n. 4, p. 834-862, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/raps/article/10/4/834/5874450>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BANSAK, C.; GROSSBARD, S.; WONG, H. P. C. Mothers' caregiving during COVID: The impact of marital property laws on women's labor force status. *Economics and Human Biology*, [S. l.], v. 47, n. 101170, p. 1-14, 2022. Disponível

em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1570677X22000661>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BARBOSA, A. L. A.; ANJOS, A. B. L.; AZONI, C. A. S. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. *CODAS*, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/dx3cPQjhMH4kWm4yB3yrtgp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BENERÍA, L. Trabajo productivo/reproductivo, pobreza y políticas de conciliación. *Nómadas*, Bogotá, n. 24, p. 8-21, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/items/155b28e2-314c-4a5d-a170-365165ff3131>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BETHUNE, Z. A.; KORINEK, A. Covid-19 infection externalities: trading off lives vs. livelihoods. *NBER Working Paper Series*, Massachusetts, n. 27009, p. 1-38, 2020. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w27009/w27009.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

CRODA, E.; GROSSBARD, S. Women pay the price of COVID-19 more than men. *Review of Economics of the Household*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11150-021-09549-8>. Acesso em: 13 abr. 2026.

DUFFY, M. Reproducing labor inequalities: challenges for feminists conceptualizing care at the intersections of gender, race, and class. *Gender & Society*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 66-82, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0891243204269499>. Acesso em: 15 set. 2025.

FERREIRA, F. O. *et al.* Coping in the Covid-19 pandemia: how different resources and strategies can be risk or protective factors to mental health in the Brazilian population. *Health Psychology and Behavioral Medicine*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 182-205, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34104556/>. Acesso em: 15 set. 2025.

FONTOURA, N. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. In: CAMARANO, A. A.; PINHEIRO, L. (Org.). *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. 1. ed. Brasília: Ipea, 2023. p. 1-38.

GROSSI, M. G. R.; MINODA, D. S. M.; FONSECA, R. G. P. Impacto da pandemia do Covid-19 na Educação: reflexos na vida das famílias. *Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 23, n. 3, p. 150-170, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/53672>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Divulgados microdados do Enem 2022. *Inep*, Brasília, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-microdados-do-enem-2022>. Acesso em: 15 set. 2025.

LEE, K. Pandemics and support for mitigation measures. *Journal of Economics*, [S. l.], v. 136, n. 1, p. 73-89, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00712-021-00765-5>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARCONDES, M. M. Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 8, n. 3, p. 176-189, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42378>. Acesso em: 15 set. 2025.

NICÁCIO, M. L.; NICÁCIO, R. L. Impactos da pandemia na educação pública do Brasil. *Humanidades & Inovação*, [S. l.], v. 9, n. 27, p. 81-97, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6510/4750>. Acesso em: 15 set. 2025.

PEREIRA, B. C. J. *Economia dos cuidados*: marco teórico-conceitual. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ROCHA, E. M.; LIMA, J. M. S. Impactos e desafios do ensino on-line decorrentes da pandemia COVID-19. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 377-390, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14526>. Acesso em: 15 set. 2025.

SARAIVA, S. P. Maternidade, trabalho e cuidados no contexto da pandemia de covid-19. *Organicom*, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 251-265, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/207697>. Acesso em: 15 set. 2025.

SENHORAS, E. M. Impactos da pandemia da Covid-19 na Educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2020, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Conedu, 2020. p. 1-11. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68707>. Acesso em: 13 abr. 2026.

STEFANOVIC, A. F. *Caring in times of COVID-19: A global study on the impact of the pandemic on care work and gender equality*. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 2023. 244 p. Disponível em: <https://cdi.mecon.gob.ar/bases/docelec/az5620.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

TRONTO, J. C. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*.
New York: Routledge, 2009.

O que motiva a escolha pelo curso de Economia?

Uma análise dos dados do Enade 2022

Estêvão de Moraes Santos¹

Jackeline Bezerra de Lima²

Maria Eduarda de Souza³

Andreza Daniela Pontes Lucas⁴

Introdução

As escolhas educacionais feitas pelos indivíduos ao longo de suas histórias afetam o seu futuro, o futuro de suas famílias e a sociedade como um todo. A partir disso, este capítulo objetiva analisar os fatores que motivaram os estudantes de graduação em Ciências Econômicas a escolherem esse curso.

No âmbito das Ciências Econômicas, o conjunto de conhecimentos e habilidades que permite às pessoas a geração

1 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pela Università Cattolica Del Sacro Cuore de Milão e docente do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGEcon) e do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE).

de novos recursos é denominado capital humano. O capital humano impacta a habilidade dos trabalhadores ao longo da vida e a tecnologia acumulada pode ser utilizada pelas firmas na produção e no processo de difusão tecnológica (Nakabashi; Figueiredo, 2008).

Embora seja possível dar início ao curso superior em outras fases da vida, essa escolha é feita, geralmente, ao término do Ensino Médio, momento em que os alunos têm 18 anos de idade, geralmente. Nessa fase, muitos jovens se veem pressionados a escolher uma carreira para dar continuidade aos estudos, baseando-se em interesses pessoais ou conhecimentos prévios, ainda que, geralmente, se encontrem imersos em um contexto de dúvidas e incertezas.

Dentre os fatores que estimulam os candidatos a escolher um dado curso, destacam-se os custos associados, o reconhecimento e valorização do diploma no mercado de trabalho e as oportunidades de emprego. De acordo com Cardoso *et al.* (2023), a maioria destes fatores são intrínsecos às pessoas como possibilidade de carreira, gosto pessoal e aptidão para exercer as atividades daquela profissão. Neste estudo, serão analisados os principais fatores que influenciaram a escolha do curso de Economia pelos estudantes inscritos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2022; além disso, também será investigada a relação entre essa escolha e variáveis como renda, gênero, cor ou raça e nível de escolaridade dos pais.

Esta análise é de grande importância para instituições de Ensino Superior (públicas e privadas), para o governo e para a sociedade. Compreender melhor os fatores que influenciam os estudantes a escolher um curso superior pode auxiliar as instituições a desenvolver estratégias mais eficazes para atrair, acolher e reter os estudantes nas instituições, contribuindo para a formação de profissionais que possam impactar positivamente toda a sociedade.

Referencial teórico

O número de matrículas no Ensino Superior aumentou substancialmente nas últimas décadas. De acordo com dados do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Comercial no Estado de São Paulo (SIEEESP), o número de matrículas no Ensino Superior brasileiro era inferior a 2 milhões em 1996, tendo atingido cerca de 9 milhões em 2021 (Semesp, 2023). Diversos são os fatores que influenciaram esse aumento, e, acerca disso, Porto e Régnier (2003) sinalizam que isso se deu pelo fato da sociedade ter percebido os benefícios dos estudos no desenvolvimento pessoal e profissional.

Martins e Machado (2018) destacam que o crescente interesse pelo Ensino Superior está associado aos salários, os quais apresentam uma forte sensibilidade em relação ao nível de escolaridade do trabalhador. Os autores afirmam, ainda, que essa sensibilidade resulta do alto índice de desigualdade educacional presente no país. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhadores que possuem Ensino Médio ganham, em média, 2,5 vezes mais do que o rendimento médio dos trabalhadores com escolaridade de nível médio completo, além de terem uma menor taxa de desemprego (IBGE, 2010).

Apesar dos benefícios financeiros e sociais que o Ensino Superior pode proporcionar a um indivíduo e do processo de expansão da Educação Superior nas últimas décadas, a conclusão de um curso superior ainda é realidade de uma minoria de brasileiros. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2022, apenas 19,2% dos indivíduos do país com 25 anos ou mais possuíam Ensino Superior (IBGE, 2022).

A escolha de fazer ou não um curso superior também está associada a fatores socioeconômicos. Panucci-Filho

et al. (2013) apontam que os filhos de mães que possuem o Ensino Superior têm em mente que podem obter uma melhor colocação profissional se também buscarem o Ensino Superior. Nesse mesmo âmbito, Nogueira (2012) argumenta que a origem social continua a ser um dos principais determinantes do nível educacional alcançado pelos indivíduos na sociedade brasileira. Assim, a distribuição dos indivíduos entre os diferentes cursos está intimamente relacionada às características sociais, ao perfil acadêmico, à etnia, ao gênero e à idade dos estudantes.

Os estudantes que, após o Ensino Médio, decidem continuar o estudo através da Educação Superior, se deparam com outro processo decisório relativo à escolha do curso. Martins e Machado (2018) sinalizam o conturbado momento que muitos jovens enfrentam ao decidirem o seu futuro após a conclusão do Ensino Médio. Os jovens precisam não apenas decidir entre ingressar imediatamente no mercado de trabalho ou escolher algum curso, seja ele superior ou técnico, mas também escolher o curso e uma área específica dentre as diversas que um mesmo curso pode oferecer. Essa escolha também é influenciada pelos resultados obtidos pelo estudante nos testes de ingresso estabelecidos por cada instituição.

Moura e Silveira (2002) destacam que a indecisão a respeito desse tipo de escolha não é um desafio específico da juventude; ela também surge em situações como a tomada de decisões sobre responsabilidades profissionais, por exemplo. Esse período de indecisão torna-se particularmente evidente na adolescência, uma fase em que, frequentemente, os jovens estão vivenciando o primeiro contato com o mercado de trabalho.

Todos os anos, um conjunto de alunos concluintes de um grupo de cursos superiores previamente selecionados são inscritos no Enade, exame que foi criado com o intuito de avaliar

o Ensino Superior. No momento da inscrição, os estudantes também respondem a várias questões e uma delas questiona o motivo que levou o estudante a escolher aquele curso. Entre as alternativas de resposta encontram-se: (i) inserção no mercado de trabalho; (ii) influência familiar; (iii) valorização profissional; (iv) prestígio social; (v) vocação; (vi) oferta na modalidade à distância; e (vii) concorrência para ingresso.

Diversos autores apontam, dentre esses fatores, que os mais relevantes são a remuneração esperada, a influência de parentes ou pessoas próximas, o prestígio social e a taxa de empregabilidade ou desemprego (Lacerda; Reis; Santos, 2008; Silva, 2010). Já Souza (2017) afirma, em seu estudo, que a influência familiar não foi tão relevante como as pesquisas e teorias costumam difundir. Sobrosa *et al.* (2015) também apresenta resultados em concordância com Souza (2017), apresentando, em sua investigação, que boa parte dos entrevistados acreditam não terem sofrido influência familiar na escolha do curso.

Peleias, Nunes e Carvalho (2017) dividem os fatores que influenciam a escolha por uma profissão em 2 grupos: os fatores internos e externos. Os fatores internos seriam os fatores pessoais e de interesse do indivíduo, como satisfação pessoal e a vocação. No âmbito dos fatores externos, são considerados a remuneração, a influência dos amigos e dos familiares, o prestígio social e o ingresso no mercado de trabalho.

Os motivos que os estudantes consideram ao escolherem o curso também podem estar associados a variáveis socioeconômicas. Os resultados do estudo realizado por Martins e Machado (2018), por exemplo, indicam que os indivíduos de classes mais elevadas são mais influenciados pelos rendimentos e pela taxa de desemprego, enquanto os indivíduos de classes mais baixas são mais influenciados pela concorrência.

No âmbito do presente estudo, o foco se volta para as Ciências Econômicas como escolha de curso superior. A

respeito desse curso, Ferreira (2013) traz um destaque para a profissão do economista por incorporar diversas outras profissões e por possuir, em sua grade curricular, conceitos de matemáticos, filósofos, psicólogos, antropólogos, geógrafos, politólogos, historiadores etc. A autora destaca, também, a importância da profissão do economista para explicar, identificar e apresentar as soluções para os problemas existentes nas instituições e na sociedade. Na seção seguinte, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste capítulo.

Procedimentos metodológicos

Para o presente texto de discussão, a metodologia utilizada envolve a análise estatística dos dados provenientes do Enade, um importante instrumento de avaliação da Educação Superior no Brasil. Seu objetivo é mensurar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos e habilidades esperadas nos cursos de graduação, fornecendo indicadores de qualidade e contribuindo para a melhoria contínua do Ensino Superior no país (Inep, 2025). É importante ressaltar, também, que a nova estrutura dos microdados do Enade, adotada para garantir o anonimato dos dados e atender às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Brasil, 2018), apresenta limitações na possibilidade de realizar cruzamentos de informações a nível individual.

Para a análise em questão, considerando apenas os estudantes do Bacharelado em Ciências Econômicas — o que totalizou 229 turmas —, foram realizados, neste estudo, agrupamentos com base nas respostas. Esses agrupamentos foram construídos a partir de cinco variáveis dicotômicas: (i) sexo masculino; (ii) preto, pardo e indígena; (iii) renda acima de seis salários-mínimos; (iv) pai graduado; e (v) mãe graduada.

Essas variáveis assumem valor um, caso o indivíduo apresente a característica e, zero, caso contrário.

Para cada turma, calculou-se a proporção de estudantes alinhados às variáveis de interesse, sendo essa proporção classificada em baixa, média ou alta, conforme condensado na Tabela 1.

TABELA 1. Classificação das proporções

PROPORÇÃO	DESCRIÇÃO
Baixa	Menos de 1/3 da turma possui a característica
Média	Entre 1/3 e 2/3 da turma possui a característica
Alta	Mais de 2/3 da turma possui a característica

Fonte: os autores (2025).

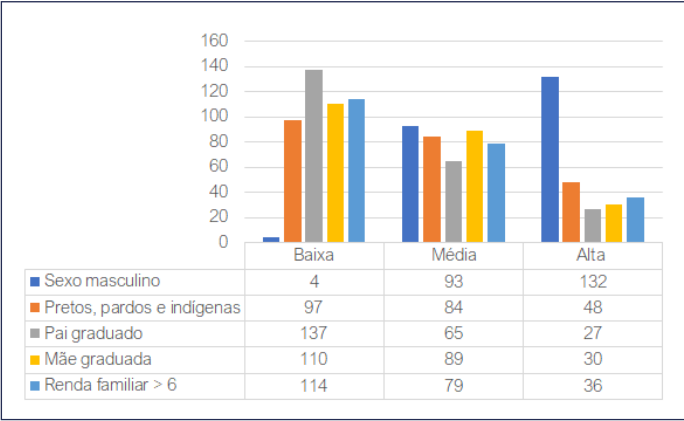
Sendo assim, mesmo com as turmas possuindo quantitativos diferentes de pessoas, torna-se possível analisar a média obtida por turma através da proporção.

Resultados e discussão

O Gráfico 1 evidencia que a maioria das turmas apresenta uma proporção alta de estudantes do sexo masculino, com 132 turmas nessa categoria, enquanto apenas 4 turmas têm uma proporção baixa. Isso sugere uma disparidade significativa na representação de gênero nas turmas analisadas.

Além disso, ao considerar a origem étnica, observa-se uma distribuição desigual, com poucas turmas apresentando uma proporção alta de estudantes pretos, pardos e indígenas. Apenas 48 turmas estão nessa categoria, enquanto 97 turmas possuem uma proporção baixa. Esse cenário evidencia uma sub-representação desses grupos étnicos nas turmas analisadas, apontando os desafios persistentes em relação à

GRÁFICO 1. Distribuição das variáveis de interesse.



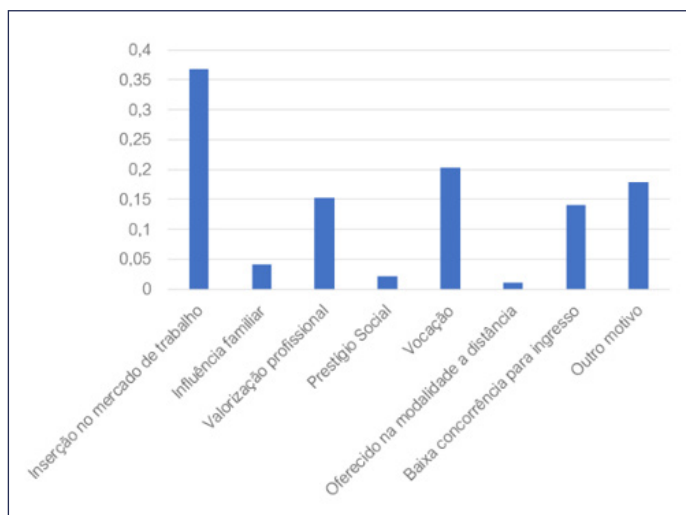
Fonte: Os autores (2025), adaptado de Inep (2025).

diversidade étnica e à promoção de inclusão dentro do recorte utilizado (Inep, 2025).

Em relação às características socioeconômicas, a maioria das turmas possui uma proporção baixa de pais graduados, com apenas 27 turmas tendo uma proporção alta. Em relação à mãe graduada, 110 turmas têm uma proporção baixa, enquanto apenas 30 turmas têm uma proporção alta. Quanto à renda familiar, é preponderante a presença de turmas com estudantes com renda familiar menor que seis salários-mínimos, totalizando 144 turmas, enquanto apenas 36 turmas possuem uma concentração alta de famílias com renda superior a seis salários-mínimos (Inep, 2025).

Seguindo a análise, o Gráfico 2 evidencia os motivos que influenciaram a escolha dos estudantes. Entre os motivos mais prevalentes, destacam-se a inserção no mercado de trabalho, com uma proporção média de 0,368, e a vocação, com 0,204. Isso sugere que uma parcela significativa dos estudantes busca a educação como meio de ingresso ou progressão no mercado de trabalho, enquanto outros são motivados por

GRÁFICO 2. Motivo da escolha do curso.



Fonte: Os autores (2025), adaptado de Inep (2025).

interesses intrínsecos relacionados à sua vocação ou à paixão por determinadas áreas (Inep, 2025).

Além disso, a valorização profissional e a baixa concorrência para ingresso também emergem como motivos relevantes, com proporções médias de 0,153 e 0,140, respectivamente. Isso indica que muitos estudantes valorizam a oportunidade de obter reconhecimento e *status* em suas carreiras futuras, assim como a facilidade de acesso aos cursos desejados. Por outro lado, fatores como influência familiar e prestígio social aparecem com proporções médias relativamente baixas, sugerindo que, embora possam desempenhar algum papel na decisão dos estudantes, esses fatores não se mostram determinantes quanto aos outros motivos mencionados anteriormente. A seguir, são analisadas as motivações cuja proporção média foi superior a 0,10: inserção no mercado de trabalho, valorização profissional, vocação e baixa concorrência para ingresso (Inep, 2025).

Percebe-se que, em turmas com baixa proporção de homens, a preocupação com a inserção no mercado de trabalho é maior do que em turmas com mais de 2/3 de indivíduos do sexo masculino, o que pode indicar que as mulheres possuem maior preocupação quanto a inserção no mercado de trabalho. Em relação à valorização profissional e à baixa concorrência para ingresso, observa-se o mesmo padrão: as mulheres são mais propensas a escolher o curso com base nesses motivos do que os homens. Considerando a vocação como motivo de escolha, turmas com maior proporção de indivíduos do sexo masculino demonstram uma maior inclinação à escolha pelo curso com base nesse fator (Inep, 2025).

Considerando turmas com maior proporção média de pretos, pardos e indígenas, infere-se que esse grupo de indivíduos tende a escolher o curso em virtude da inserção no mercado de trabalho e da baixa concorrência, sendo esta última motivação ainda mais preponderante. A vocação também se destaca como motivo relevante, mas apresenta níveis semelhantes entre as diferentes segmentações de turmas. Um dos resultados é que a inserção no mercado de trabalho acaba sendo o motivo mais marcante para turmas com até 1/3 de pretos, pardos e indígenas; em outras palavras, para os estudantes brancos e amarelos, a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da jornada no Ensino Superior também é percebida como um fator importante (Inep, 2025).

Uma discussão que pode ser levantada acerca disso é a importância da baixa concorrência para ingresso como motivo de escolha do curso, especialmente nas turmas com alta concentração de pretos, pardos e indígenas. Isso pode refletir a busca por oportunidades acadêmicas mais acessíveis, considerando as desigualdades estruturais e os desafios enfrentados por esses grupos no acesso ao Ensino Superior brasileiro e aos déficits educacionais acumulados ao longo

GRÁFICO 3. Proporção média das variáveis de interesse por motivação da escolha do curso.



Fonte: Os autores (2025), adaptado de Inep (2025).

dos anos, sobretudo no que se refere aos estudantes menos favorecidos economicamente (Inep, 2025).

Ao observarmos estudantes com pai graduado, nota-se que as turmas com maior proporção desse fator tendem a apresentar a inserção no mercado de trabalho como o fator mais relevante para a escolha do curso. Tal característica também é a mais forte entre as outras para as duas classificações: proporção baixa e média. Considerando estudantes com mãe graduada, a inserção também é o fator mais recorrente, sendo mais expressivo em turmas com alta proporção de estudantes com essa característica familiar (Inep, 2025).

Por fim, considerando a característica de renda familiar superior a seis salários-mínimos, observa-se que as turmas com alta proporção de estudantes com essa faixa de renda apresentam a inserção no mercado de trabalho como principal motivo para a escolha do curso, ultrapassando os 40%. Passando para a proporção média e baixa, observa-se a continuidade da inserção como motivo de escolha. No entanto, na medida em que a renda familiar diminui, a baixa concorrência aumenta como possível motivo de escolha, chegando a 20%, uma variação de aproximadamente 15% entre os extremos das proporções baixa e alta analisadas (Inep, 2025).

Considerações finais

Os fatores que se mostraram mais relevantes para a escolha do curso foram, em primeiro lugar, a inserção no mercado de trabalho, seguida pela vocação. A terceira causa mais apontada foi o prestígio social, e, em quarto lugar, a baixa concorrência. Na análise das variáveis referentes ao motivo de escolha do curso com as características socioeconômicas da amostra, observou-se que a inserção no mercado de trabalho foi o motivo mais relevante para quase todos os grupos

analisados. A única exceção apresentou-se nas turmas com alta concentração de alunos da cor preta ou parda, bem como indígenas, que destacaram a baixa concorrência como fator relevante para a escolha do curso.

Em grande parte dos grupos analisados, a segunda motivação mais apontada foi a vocação, com exceção das turmas com alta concentração de mulheres, das turmas com alta concentração de pretos, pardos e indígenas, das turmas com alta concentração de famílias de baixa renda e das turmas com alta concentração de mães sem curso superior. Nessas turmas, a baixa concorrência se mostrou mais relevante que a vocação. Dentre os quatro fatores considerados, a baixa concorrência foi o menos relevante em turmas com predominância de homens, com baixa ou média concentração de alunos pretos, pardos e indígenas, e em turmas com concentração média ou alta de pais e mães graduados e com renda superior a seis salários-mínimos.

Percebe-se que a escolha motivada pela vocação ou identificação pessoal com o curso é um fator mais relevante para estudantes pertencentes a grupos socioeconômicos com maior acesso a privilégios em comparação à escolha motivada pela baixa concorrência, que tende a ser mais característica de grupos que, historicamente, enfrentam maiores dificuldades no acesso às oportunidades educacionais.

Por fim, a inserção no mercado de trabalho se mostrou como o fator mais relevante e a adoção de estratégias por parte das instituições de ensino para aproximar os discentes do mercado de trabalho a partir do estabelecimento de parcerias, com empresas privadas e outras organizações, pode aumentar o interesse dos discentes pelas instituições de ensino. No que diz respeito às classes menos favorecidas economicamente, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas que facilitem o acesso e a permanência no Ensino Superior, proporcionando a esses jovens a oportunidade de

sonhar e de explorar carreiras em que cada estudante possa desenvolver seu potencial e alcançar realizações pessoais e profissionais.

Referências

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

CARDOSO, F. E. M. et al. Fatores que influenciam a escolha do curso superior de educação tecnológica. *Revista Scientia Vitae*, São Roque, v. 15, n. 42, p. 15-26, 2023. Disponível em: https://revistaisfpsr.com/v15n42_1526.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

FERREIRA, D. A. *O perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM e o mercado de trabalho*. 2013. 44 f. Relatório Final (Iniciação Científica em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/3395>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. IBGE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: Educação 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). *Inep*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/Inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>. Acesso em: 15 set. 2025.

LACERDA, J. R.; REIS, S. M.; SANTOS, N. A. Os fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam os alunos na escolha e na permanência no curso de ciências contábeis: um estudo da percepção dos discentes numa universidade pública. *Enfoque*, Maringá, v. 27, n. 1, p. 67-81, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/7165>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARTINS, F. S.; MACHADO, D. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 1-24, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rbepop/a/PGXB5BznhrHkXQX5ktZGdkv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

MOURA, C. B.; SILVEIRA, J. M. Orientação profissional sob o enfoque da análise do comportamento: avaliação de uma experiência. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-14, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/estpsi/a/j4hw97hFNnJFTmXbMrQKVMv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2026.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 151-171, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ecoap/a/WjVqJbbN6Lh8G8sfblQzcm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

NOGUEIRA, C. M. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 18, 2012. Disponível em: <https://doaj.org/article/5988c7ff56ed484c90cbca9822647a7a>. Acesso em: 15 set. 2025.

PANUCCI-FILHO, L. et al. Dificuldades e perspectivas dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná segundo o perfil socioeducacional. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 20-34, 2013. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/241>. Acesso em: 13 abr. 2026.

PELEIAS, I. R.; NUNES, C. A.; CARVALHO, R. F. Fatores determinantes na escolha do curso de Ciências Contábeis por estudantes de Instituições de Ensino Superior particulares na cidade de São Paulo. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 39-58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n3p39>. Acesso em: 15 set. 2025.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. *O Ensino Superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025*. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

SEMESP. Dados Brasil. 13ª edição / 2023. Semesp, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/brasil/>. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, D. F. C. *Escolha de cursos de graduação na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo de seus determinantes*. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4139>. Acesso em: 15 set. 2025.

SOBROSA, G. M. R. et al. Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 314-333, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000200007. Acesso em: 15 set. 2025.

SOUZA, C. L. *A importância da orientação profissional: um estudo sobre as influências presentes no processo de escolha*. 2017. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de São Paulo, São Roque, 2017. Disponível em: <https://ifsp.pergamum.com.br/acervo/75794>. Acesso em: 15 set. 2025.

PARTE 2

Tecnologia e produção



Crescimento econômico do Brasil a partir da visão do setor industrial

Francielly de Lima Silva¹

Gustavo Guilherme Lima da Silva²

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa³

Introdução

A busca pelo processo de transformação econômica e social tende a ser analisada sob a ótica da transição de um modo de produção agrícola e artesanal para uma economia impulsionada por uma cadeia produtiva voltada para produção em grande escala, com a introdução de novas tecnologias nos seus meios de produção. Em outras palavras, o processo de industrialização está relacionado à ideia de desenvolvimento econômico, que gera ações inovadoras capazes de gerar oscilações e até provocar revoluções na economia (Schumpeter, 1983).

De acordo com essa perspectiva, a industrialização é um processo impulsionado pelo desenvolvimento de uma cadeia

1 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.

de indústrias em um determinado espaço geográfico. Alguns desses processos surgem a partir de movimentos mais intensos, enquanto outros ocorrem de forma mais gradual. No Brasil, o surgimento e impulso desse processo foi considerado tardio em comparação à Revolução Industrial que ocorreu um século antes, na Europa (Tavares, 2019).

Os primeiros núcleos de produção em território nacional surgiram no século XIX; porém, foi somente a partir do Processo de Substituição de Importação (PSI), na década de 1930, que a indústria ganhou impulso real no seu desenvolvimento. Nesse período, ela se tornou um dos focos das políticas de promoção, sendo impulsionada por uma mudança no modelo de desenvolvimento, que, por sua vez, passou a priorizar a produção interna em detrimento da dependência de importações com base na exportação de produtos primários, como o café, para um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno. Essa mudança levou a indústria ao papel de protagonista na busca pelo crescimento e desenvolvimento nacional.

O processo de industrialização brasileira ocorreu de forma gradual, iniciando-se com a produção de bens de consumo leves, e, duas décadas mais tarde, com os bens de consumo duráveis, impulsionando a aceleração e a modernização desse processo. Essa evolução contou com a integração de investimentos estatais, a participação do setor privado e o aporte de capital internacional (Gremaud; Vasconcellos; Toneto, 2007). No entanto, ao longo do tempo, esse processo foi marcado por períodos de forte dinamismo, com expansão real entre 1930 e 1980 e com momentos de retração significativa devido a fatores estruturais e econômicos que persistem até os dias atuais. Ao analisar o contexto da retração, Oreiro e Feijó (2010) concluem que, entre 1986 e 1998, houve uma evidente descontinuidade nas taxas de crescimento da indústria de transformação, indicando

perdas progressivas da indústria brasileira tanto na sua contribuição para o crescimento quanto para o desenvolvimento econômico nacional.

Neto Monteiro (2021) destaca a importância de manter a busca contínua por um processo industrial como instrumento crucial para promover a desconcentração regional do desenvolvimento do país. Esse movimento pode ser visto como uma “estratégia de mudança estrutural”, a qual visa equilibrar o crescimento econômico entre diferentes regiões do Brasil, e foi identificado por Saboia (2013) como um movimento capaz de proporcionar uma visível redução dos “desníveis regionais na indústria”. O autor conclui, ainda, que o setor industrial desponta como uma potencial fonte para promover o desenvolvimento em regiões socioeconômicas menos favorecidas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a criação de novas oportunidades comerciais (Saboia, 2013).

A partir do exposto, este estudo aplicará a metodologia de pesquisa bibliográfica, tomando como fonte textos publicados em anais de congressos, revistas e outros meios que tratem do tema, e apresentará exposições analíticas através de gráficos elaborados com base em dados extraídos do site da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Pesquisa Industrial Anual (PIA) — realizada por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Referencial teórico

O processo de industrialização é visto como um movimento necessário para qualquer economia alavancar seu crescimento e desenvolvimento, uma vez que o setor industrial agrega uma cadeia produtiva diversificada e integrada que resulta na ampliação da atividade econômica e tende a provocar

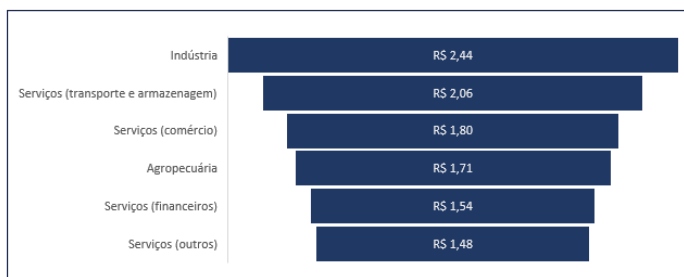
um efeito multiplicador altamente significativo para o desenvolvimento da economia. Na busca por impulsionar o setor industrial nacional e adotando a “economia verde”⁴ como estratégia, o Governo Federal introduziu uma nova direção para a chamada “neointustrialização” no país, lançando o programa Nova Indústria Nacional (NIB), em 2024, com aportes na ordem de R\$ 300 bilhões sob com o *slogan Nova indústria Brasil: forte, transformadora e sustentável* (Vasconcelos, 2024).

Essa nova política industrial tem como objetivo aliar inovação, sustentabilidade e competitividade para fortalecer o papel da indústria no desenvolvimento econômico e social do Brasil, além de direcionar o setor no que se refere às metas e aos programas até o ano de 2033. Nesse contexto, é importante apresentar os dados da CNI, os quais evidenciam o efeito multiplicador gerado pela indústria. De acordo com a CNI (2024), um aumento de R\$ 1,00 na produção industrial resulta em um impacto significativo nas atividades econômicas, sendo a indústria o setor que exerce maior influência no crescimento e no dinamismo da economia como um todo.

A CNI (2024) ressalta, ainda, que a indústria de transformação é responsável por 62,4% do investimento empresarial em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o que reforça seu papel crucial na inovação e no avanço tecnológico. Ao analisar um dos setores da indústria, Gewehr e Lélis (2022) identificaram a existência de um efeito de transbordamento a partir do setor de manufaturas, demonstrando as inovações e melhorias tecnológicas geradas nesse setor e seus impactos positivos sobre o crescimento econômico em diversas áreas, amplificando os benefícios da atividade industrial para a economia como um todo.

4 Prega a baixa emissão de carbono e de demais gases do efeito estufa, a redução dos efeitos dos impactos climáticos e a eficiência na utilização de recursos naturais.

GRÁFICO 1. Impacto das atividades econômicas na economia brasileira, 2021.



Fonte: Os autores (2025), adaptado de CNI (2024).

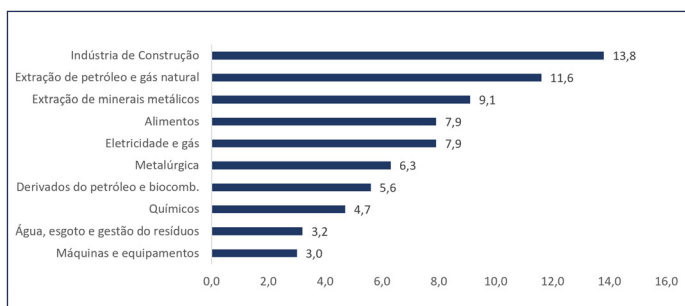
Feijó e Carvalho (2002) enfatizam que a indústria é um setor que tem, na sua essência, a capacidade de promover uma mudança tecnológica de forma dinâmica, e, por conseguinte, impulsionar o crescimento econômico devido ao aumento da produtividade do trabalho gerado por esse processo. Diante dessa perspectiva, Lamonica e Feijó (2011) concluem que o crescimento econômico apresenta uma forte correlação com o desenvolvimento das economias a partir de investimentos no setor industrial.

No entanto, Botega *et al.* (2006, p. 84) defendem que:

A busca pelo desenvolvimento, via industrialização, não pode ofuscar a visão dos planejadores locais, pois a transformação do impulso de crescimento em qualidade de vida depende, dentre outros fatores, de planejamento e de ações contínuas no sentido de evitar os efeitos negativos do processo de industrialização (Botega *et al.*, 2006, p. 84).

Nesse contexto, Campos e Trintin (2022) reforçam a presença de forças que buscam atuar para a construção de uma unidade, com o objetivo de promover uma desconcentração produtiva no país. Esse movimento, segundo os autores,

GRÁFICO 2. Os 10 principais setores da indústria em 2021(%).



Fonte: Os autores (2025), adaptado de CNI (2024).

acabou por resultar em formas específicas de integração regional tanto no mercado interno como no externo (Campos; Trintin, 2022).

Neto Monteiro e Silva (2019), ao analisarem indicadores sobre a desconcentração da indústria no território nacional entre 1996 e 2015, identificam um deslocamento contínuo nesse processo. No entanto, os autores alertam para uma discussão mais ampla, destacando que essa desconcentração ocorreu “[...] de modo mais significativo em ramos intensivos em recursos naturais e em trabalho, setores tradicionais com baixa capacidade de produção e difusão de progresso técnico” (Neto Monteiro; Silva, 2019, p. 129). Acerca disso, Nogueira e Pontes (2006) já alertavam que esse movimento poderia resultar no aumento das desigualdades tecnológicas, e, conseqüentemente, na elevação das desigualdades de produtividade, o que contribui para o agravamento das desigualdades regionais.

Veríssimo e Saiani (2019, p. 906), por sua vez, afirmam ser necessária uma reflexão crítica sobre os impactos da desconcentração industrial e suas implicações para o desenvolvimento regional e a equidade econômica no Brasil. Segundo os autores:

[...] um efeito adverso é que economias com baixo grau de desenvolvimento (com menores níveis de renda *per capita*) podem migrar da atividade industrial sem que esta tenha atingido patamares de especialização tecnológica e de geração de valor agregado mais elevados, para a oferta de serviços mais elementares, caracterizados pelo baixo grau de qualificação da mão de obra, conhecimento e tecnologia, o que teoricamente gera efeitos multiplicadores menores sobre produção, emprego e renda (Veríssimo; Saiani, 2019, p. 906).

Sob outra perspectiva, pode-se citar o estudo elaborado por Moraes e Steinberger (2019), para o ciclo de 2000 a 2015, o qual indica uma elevada desconcentração produtiva no período, ressaltando que, nessa fase, ocorreram alguns fatores endógenos positivos. Além disso, o cenário internacional era altamente favorável. Gewehr e Lélis (2022), por sua vez, citam Nicholas Kaldor, ressaltando que a obra deste autor sugere, de forma prematura, uma possível correlação empírica entre o desenvolvimento do setor manufatureiro e o crescimento econômico, destacando a importância da indústria para o progresso econômico geral.

Sendo assim, através de uma breve revisão de literatura sobre a importância do setor industrial para o crescimento econômico, fica evidenciado que uma política industrial eficiente e eficaz se configura como um instrumento fundamental para a contribuição do crescimento econômico para o desenvolvimento do país.

Panorama da indústria no cenário interno

Um dos cenários da indústria nacional pode ser analisado por meio dos dados gerais das empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas formalmente, conforme apresentado no Gráfico 3. O referido gráfico fornece uma visão detalhada

sobre a importância do setor industrial e destaca que essa atividade é uma das que mais agregam valor aos seus produtos. Como resultado, ela demanda capital humano altamente qualificado e isso gera um efeito multiplicador na economia interna, pois tende a oferecer melhores remunerações salariais. Como consequência, os trabalhadores dessa classe tendem a gerar um aumento na demanda por bens e serviços em outros setores da economia, aquecendo o mercado e estimulando o crescimento econômico em diversas áreas.

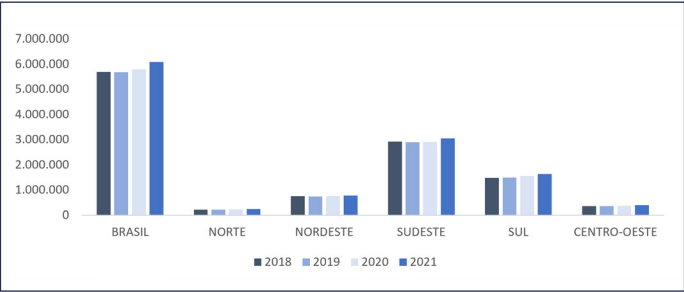
De acordo com os dados supracitados, foi possível constatar uma variação positiva na proporção de pessoas ocupadas no setor industrial no Brasil em torno de 6,81% entre os anos de 2018 e 2021. Além disso, é possível observar que a região Norte teve a maior participação (12,78%), seguida das regiões Sul (10,76%) e Centro-Oeste (9,68%). Já a região Sudeste apresentou participação de 4,73% e a Nordeste, 4,14%, configurando as regiões que apresentaram as menores variações comparadas às outras no período analisado (IBGE, 2023).

Outra análise que merece destaque diz respeito à participação do setor na composição da riqueza gerada no país — o Produto Interno Bruto (PIB) —, conforme exposto no Gráfico 4.

Ao analisar o Gráfico 4, fica evidenciada uma retração em todas as atividades econômicas do país no ano de 2016, que resultou num PIB de -3,28%. No ano anterior (2015), embora o PIB também tenha registrado uma redução de aproximadamente -3,55%, foi possível identificar que apenas o setor de agropecuária⁵ apresentou uma trajetória ascendente, ou seja, uma contribuição de, aproximadamente, 11,36%. Ao analisar o período de 2010 a 2022, a média de contribuição de cada setor para o crescimento econômico interno foi de 11,40% para a agropecuária, 9,63% para a indústria e 1,26%

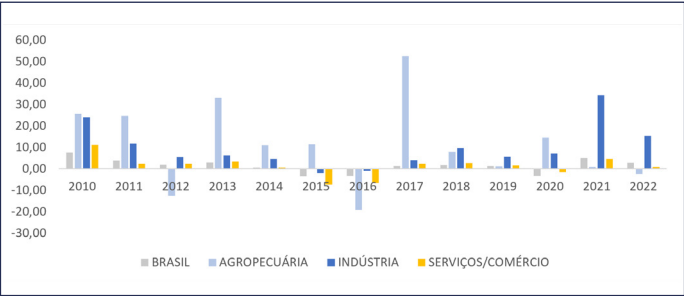
5 Agropecuária: compreende a união dos setores da Agricultura e da Pecuária.

GRÁFICO 3. Participação do pessoal ocupado na indústria, 2018-2021



Fonte: Os autores (2025), adaptado de IBGE (2023).

GRÁFICO 4. Participação dos setores econômicos no PIB, 2010-2022



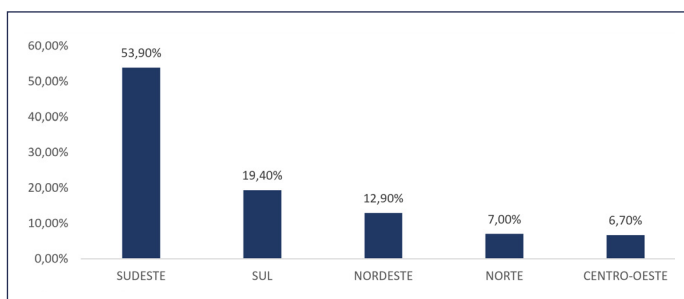
Fonte: Os autores (2025), adaptado de Ipeadata (2024).

para serviços/comércio, enquanto a média do PIB do país nesse período foi de 1,46% (Ipeadata, 2024).

De acordo com a exploração dos dados do PIB industrial a partir do Gráfico 5, ressalta-se a importância do setor industrial para o crescimento interno do país. No referido gráfico, é possível identificar que a região Sudeste é mais concentradora, sendo responsável por mais de 50% de toda a riqueza produzida no país, representada pelo PIB nacional.

Ao desagregar os dados por estado, verifica-se que, em relação à participação no PIB industrial no ano de 2021, os maiores percentuais foram registrados em São Paulo (26%),

GRÁFICO 5. PIB industrial por região do Brasil, 2021.



Fonte: Os autores (2025), adaptado de CNI (2024).

Minas Gerais (13%) e Rio de Janeiro (12,1%), ou seja, estados situados na região Sudeste, seguidos por Paraná (6,5%) e Rio Grande do Sul (6,1%), situados na região Sul. Por outro lado, os estados do Amapá (0,1%) e Roraima (0,15), situados na região Norte, são localidades em que o setor industrial apresentam menor peso econômico (CNI, 2024).

É importante ressaltar que, conforme a CNI (2024), foi registrado um efeito de desconcentração no polo industrial nacional nos biênios 2007-2008 e 2017-2018, ou seja, uma migração desse processo, saindo principalmente dos maiores centros industriais, como São Paulo e Rio de Janeiro, para outros estados da federação. Isso tende a impactar, de forma positiva, a redistribuição de renda do país, caso esse movimento seja continuado ao longo do tempo.

Considerações finais

Este capítulo apresentou, como cerne, a busca por um debate sobre o papel do setor industrial como uma bússola a ser seguida, a qual aponta tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento econômico e social do país. Inicialmente, realizou-se uma revisão de literatura, com o objetivo de

defender a continuidade da busca por uma política industrial no país, destacando a importância do setor como um dos principais motores para o dinamismo da economia. Além disso, buscou-se trazer, ao debate, a relevância da indústria como motor de desconcentração de riqueza, seja pelo seu fator agregador via inovação tecnológica, pelo aumento da produtividade ou pela qualificação do capital humano exigida pela cadeia produtiva em todo processo.

Segundo Curado (2013, p. 637), pode-se questionar a visão de desenvolvimento do país baseada exclusivamente na estratégia de impulsionamento por meio da “[...] especialização em setores intensivos em mão de obra qualificada e/ou recursos naturais”. No entanto, é necessário levar em conta a realidade do território nacional, marcado por uma forte “heterogeneidade e dimensão populacional”.

No segundo momento, buscou-se explorar os dados que demonstram o dinamismo do setor industrial e sua contribuição para o crescimento econômico nacional e inter-regional, além de sua importância na estrutura de empregos formais gerada ao longo de sua cadeia produtiva. Acerca disso, Veríssimo e Saiani (2019) ressaltam que os empregos gerados na indústria estão inseridos em uma estrutura cada vez mais voltada para avanços tecnológicos e para a qualificação de mão de obra, gerando um efeito multiplicador significativo para a economia interna.

É importante salientar, também, que, em 2022, o setor industrial foi responsável por 21,2% do total dos empregos formais gerados na economia brasileira, acompanhado por uma média salarial mais elevada do que a registrada a nível nacional, corroborando com a visão dos autores sobre os impactos positivos da valorização do capital humano empregado no setor, segundo o CNI (2025).

Em síntese, este capítulo busca demonstrar a importância do setor industrial, seja sob a ótica distributiva, via melhores

salários, seja pelo aumento da produtividade ou pelo avanço tecnológico gerado. Esses fatores se destacam por sua importância, sinalizando aos gestores públicos a relevância de implementarem uma política industrial estruturada em pilares que estimulem a competitividade tanto interna quanto externa, o que promove o fortalecimento de fatores estruturantes endógenos e contribui para o desenvolvimento do país.

Referências

BOTEGA, E. K. et al. Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 79-86, 2006. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/364>. Acesso em: 19 set. 2025.

CAMPOS, A. C.; TRINTIN, J. G. Industrialização e desenvolvimento regional no Brasil: a experiência paranaense de desenvolvimento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 43, n. 142, p. 21-40, 2022. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1216/1296>. Acesso em: 19 set. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). PIB da indústria. CNI, Brasília, 2024. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>. Acesso em: 10 out. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). A importância da Indústria para o Brasil. CNI, Brasília, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/pcQmCCsX3myxmZS3Hd9DYZt/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. Uma interpretação sobre a evolução da produtividade industrial no Brasil nos anos noventa e as “leis” de Kaldor. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 57-78, 2002. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/401/405>. Acesso em: 19 set. 2025.

GREMAUD, A.; VASCONCELLOS, M.; TONETO, R. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GEWEHR, A. C.; LÉLIS, M. T. C. Industrialização e desenvolvimento econômico: efeitos da interação entre a manufatura e o investimento fixo. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/CR7VQjkk4TZqrK5ZMbKd9Ct/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Industrial Anual – Empresa. Dados gerais das empresas industriais, 2023. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.htm>. Acesso em: 10 out. 2025.

IPEADATA. PIB - Brasil. *Ipeadata*, Brasília, 2024. Disponível em: <https://ipeadata.gov.br/ListaSeries.aspx?Text=pib%20brasil&NoCache=1379975454743&width=1390&height=592>. Acesso em: 10 out. 2025.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 118-138, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rD6xQJ47dzt8mY4xQYHdwnf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

MORAES, S. R.; STEINBERGER, M. A desconcentração produtiva entre 2000 e 2015. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 280-297, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/J86NW8zSF83j3sc9k4sfSML/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

NETO MONTEIRO, A. *Brasil, brasís: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI*. Brasília, DF: Ipea, 2021.

NETO MONTEIRO, A.; SILVA, R. O. Desconcentração regional da indústria no Brasil: razões para comemorar? *Semestre Econômico*, Medellín, v. 22, n. 50, p. 129-150, 2019. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2954>. Acesso em: 19 set. 2025.

NOGUEIRA, C. A. G.; PONTES, P. A. Desconcentração e desigualdade na indústria brasileira no período 1996-2003. *Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará*, Fortaleza, n. 31, p. 1-26, 2006. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_31.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

SABOIA, J. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 219-278, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/99dxRjsBwdCMD9xQG7wPNTN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, M. da C. *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 344 p.

VASCONCELOS, E. A indústria como estratégia de desenvolvimento. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/industria-como-estrategia-de-desenvolvimento/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

VERÍSSIMO, M. P.; SAIANI, C. C. S. Evidências da importância da indústria e dos serviços para o crescimento econômico dos municípios brasileiros. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 905-935, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/zZm63xg7VY8FQpHF35rWgZj/?format=html&lang=pt#:~:text=As%20evid%C3%AAncias%20sinalizam%20que%20a,d0%20crescimento%20%C3%A9%20relativamente%20maior>. Acesso em: 19 set. 2025.

Os polos têxtil e de confecções dos estados do Ceará e Pernambuco e suas inserções no mercado internacional

Aline Conceição do Nascimento¹

Jackeline Bezerra de Lima²

Maria Eduarda de Souza³

Monaliza de Oliveira Ferreira⁴

Introdução

Quanto maior a capacidade de inovar e desenvolver novos negócios, maior a possibilidade de crescimento na região, gerando um efeito positivo na economia local (Cassiolato; Lastres, 2005; Mazzucato; Penna, 2016; Perroux, 1967). A operacionalização e o impulsionamento desses ambientes de empreendedorismo inovador ocorrem por meio da presença de infraestrutura educacional acessível ao público. Essas incubadoras auxiliam as ideias de negócios em fase de ideação ou prototipação, com foco principal na oferta de produtos e serviços com significativo grau de diferenciação, oferecendo suporte técnico e gerencial e a

1 Graduada em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduada em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduada em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.

formação complementar necessária aos empresários, o que facilita o desenvolvimento tecnológico e o acesso a mercados e investimentos (Abreu; Campos Neto, 2016; Souza; Arica, 2006).

Embora o objetivo de crescimento empresarial seja o lucro, acredita-se que, em alguma medida, ele colabore para o desenvolvimento local, uma vez que possibilitará a inserção da empresa em redes de comércio mais desenvolvidas — especialmente no mercado internacional —, consubstanciando uma situação de maior maturidade empresarial da rede envolvida no processo. É com esse pensamento norteador que se considera essencial promover a inserção sustentável das empresas do setor têxtil e de confecções do Agreste Pernambucano junto ao mercado externo, alinhando-se às recomendações da literatura especializada.

No Brasil, a literatura sobre comércio internacional é extensa. Piani e Kume (2000), por exemplo, deram uma importante contribuição no início do século ao mostrarem os fluxos bilaterais de comércio e o efeito dos blocos regionais com a aplicação de um modelo gravitacional, tornando-se referências em relação ao tema. Em meados da década de 2010, Figueiredo *et al.* (2014) discutiram e apresentaram soluções para os estudos brasileiros que incorriam em erros de especificação econométrica, seguindo os argumentos elencados na literatura internacional. Mais recentemente, Reis, Azevedo e Pôrto Júnior (2018) analisaram os impactos da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre o comércio de produtos primários, têxteis e industriais, enquanto Franke *et al.* (2019) analisaram o impacto das exportações chinesas nas exportações do Brasil e do México com dados em painel dinâmico. Assim, esses trabalhos trazem em comum a ideia subjacente de que o comércio internacional impacta positivamente o crescimento econômico, com transbordamentos importantes sobre as economias locais.

Sobre o Nordeste, região que conta com grandes potenciais econômicos e grandes *players* de produção de confecções, mas que se apresenta de forma tão desigual, Andrade (2015) revela que se trata de uma região que obteve avanços no período analisado, mesmo que a pauta de exportações ainda seja constituída principalmente por *commodities* agrícolas e minerais, seguida de manufaturas de baixo valor agregado. Especificamente sobre Pernambuco, Dias Junior (2005) investigou a situação das micro e pequenas empresas (MPes) exportadoras, destacando as potencialidades dessas empresas para o mercado externo, bem como suas necessidades de financiamento. Acerca disso, é interessante notar que, já naquela época, eram mencionados os esforços do Governo Federal, por meio da Apex Brasil, para impulsionar o comércio externo nas MPes. Esse objetivo permanece relevante até os dias atuais, haja vista a lacuna de pesquisas e de casos de sucesso relacionados ao comércio desse setor no contexto do Estado até os dias atuais.

Diante dessa lacuna, Santos e Ferreira (2019) analisaram diversos estados com destaque na produção de têxtil e confecções no Brasil e pontuaram que Pernambuco apresentou comércio intersetorial no período de 2010 a 2017 seguindo os preceitos da teoria de Heckscher-Ohlin, a qual preconiza que a especialização está baseada na dotação de fatores de cada região. O estado de São Paulo, por outro lado, apresentou a maior participação nas exportações gerais, influenciando os resultados do Brasil e apresentando os melhores indicadores do setor. No Nordeste, outros estados elevaram o poder de mercado no setor têxtil e de confecções, o que foi justificado pelas vantagens comparativas observadas no período, com exceção dos resultados obtidos por Pernambuco e Sergipe.

No contexto de uma coletânea de textos dotada de uma considerável diversidade de temas, a metodologia utilizada neste capítulo consiste em uma análise exploratória de dados,

tendo como fonte de dados o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços (MDIC). A discussão é fundamentada em uma literatura específica relacionada à economia internacional.

A competitividade da produção têxtil e de confecções no Ceará e em Pernambuco

No que se refere à competitividade internacional do setor têxtil e de confecções no estado de Pernambuco, Ferreira *et al.* (2020) apontaram para as vantagens comparativas decrescentes entre 1997 e 2017, resultado corroborado por Pereira e Ferreira (2020), que mostraram as desvantagens comparativas do setor no estado nesse mesmo período, com um comércio do tipo interindustrial. Essa dinâmica incluiu comércio bilateral com a China, evidenciando a perda de competitividade diante de produtos estrangeiros, sobretudo os chineses.

Ao analisar o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Ferreira *et al.* (2020) destacam os estados de Pernambuco e do Ceará. O primeiro é apresentado por estar perdendo vantagem comparativa desde 2010 e o segundo, por sua vez, apresenta um comércio contínuo de exportações com o exterior. No mesmo estudo, foi aplicado o Índice Grubel-Lloyd (GL), com o objetivo de analisar o padrão de comércio nos estados do Nordeste. Os resultados mostram que, embora Pernambuco e Ceará compartilhem um padrão de comércio semelhante, os dois estados apresentam resultados bastante distintos: apenas o Ceará possui uma base expressiva de exportações, o que pode ser explicado pela estrutura e composição dos fatores de produção em sua indústria, que favorecem a competitividade e a inserção nos mercados externos. Em contraste, a ausência de exportações em Pernambuco sugere limitações na composição de seus fatores produtivos,

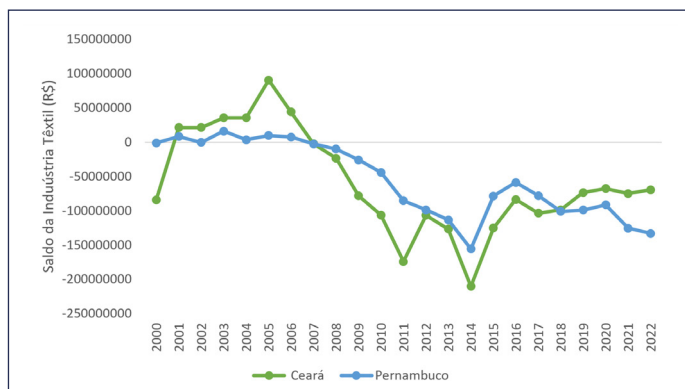
restringindo sua capacidade de competir internacionalmente no setor industrial.

O Gráfico 1 demonstra o saldo líquido do setor têxtil e de confecções para os referidos estados. A análise do saldo da balança comercial ao longo do tempo permite avaliar tendências de longo prazo e identificar pontos de inflexão importantes.

Analisando a balança comercial do setor têxtil e de confecções do estado do Ceará ao longo dos anos, observa-se que a maioria dos anos registra déficit, evidenciando um desequilíbrio entre as exportações e importações no setor. Contudo, um período de exceção ocorreu de 2001 a 2006, quando o setor apresentou saldos positivos, alcançando seu ápice no ano de 2005. A partir de 2007, o estado voltou a registrar déficits, tendência que persistiu até 2022, último ano analisado.

Em relação à balança comercial do estado de Pernambuco, observa-se um padrão semelhante ao do Ceará, com déficits registrados na maior parte dos anos analisados. Os períodos de superávit foram bastante pontuais, sendo o maior deles

GRÁFICO 1. Saldo da balança comercial da indústria têxtil e de confecções do Ceará e de Pernambuco de 2000 a 2022



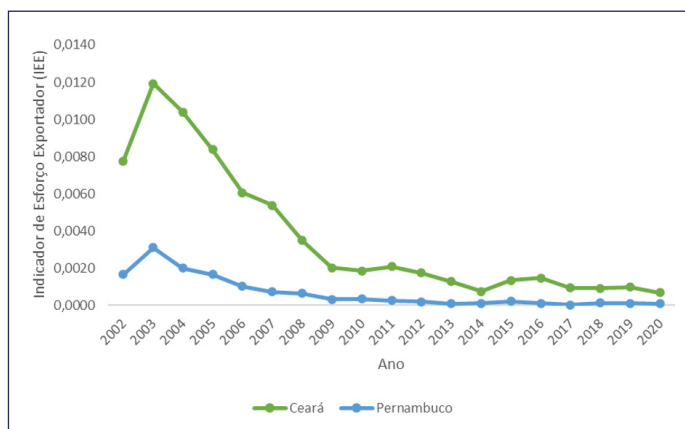
Fonte: As autoras (2025), adaptado de Comex Stat (2025).

registrado em 2003. A partir de 2005, porém, iniciou-se uma trajetória de declínio, culminando no pior saldo em 2014, em linha com o observado no Ceará.

O Indicador de Esforço Exportador (IEE) reflete o grau de abertura da economia, indicando a parcela do produto nacional gerada a partir dos mercados estrangeiros. Dessa forma, vale a observação do Gráfico 2 para esse indicador, verificando a trajetória dos estados de Pernambuco e do Ceará no setor têxtil e de confecções.

Percebe-se um acentuado declínio no índice a partir de 2003, indicando uma diminuição nas exportações do setor têxtil e de confecções em relação à composição do Produto Interno Bruto (PIB) tanto no estado do Ceará quanto em Pernambuco. Ainda assim, o Ceará se sobressai em relação a Pernambuco durante o período analisado. Vale ressaltar, entretanto, que essa diferença vem se reduzindo de forma que, a partir de 2017, passou a ser quase irrisória. A partir desse indicador, pode-se inferir que, quando se trata da participação

GRÁFICO 2. Indicador de esforço de exportação da indústria têxtil e de confecções do Ceará e de Pernambuco de 2002 a 2020



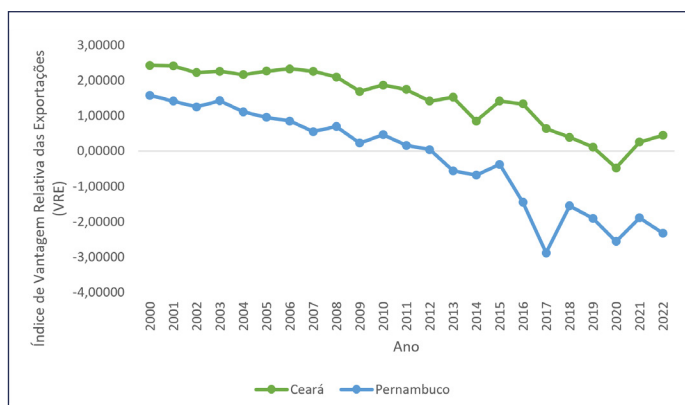
Fonte: As autoras (2025), adaptado de Comex Stat (2025).

do PIB no comércio internacional, no contexto da indústria têxtil, as economias dos estados de Pernambuco e do Ceará têm demonstrado um nível relativamente baixo de abertura comercial, considerando exclusivamente o setor em análise. Além disso, esse nível de abertura tem se reduzido ao longo do tempo, indicando uma tendência de redução da inserção do setor têxtil e de confecções no mercado internacional.

O Índice de Vantagens Relativas nas Exportações (IVRE), por sua vez, reflete o comportamento de determinada região em relação a um determinado produto ou setor, indicando se há vantagem ou desvantagem no comércio internacional desses produtos. Esse índice é utilizado para avaliar a competitividade de uma região nos mercados externos, destacando seu grau de especialização na exportação de determinados produtos.

No contexto do Ceará e considerando o período analisado, observa-se uma vantagem relativa nas exportações, embora essa vantagem tenha sido reduzida, gradualmente, ao longo dos anos. A única baixa explicada no IVRE é a

GRÁFICO 3. Índice das vantagens relativas nas exportações do setor têxtil e de confecções do Ceará e de Pernambuco de 2000 a 2022



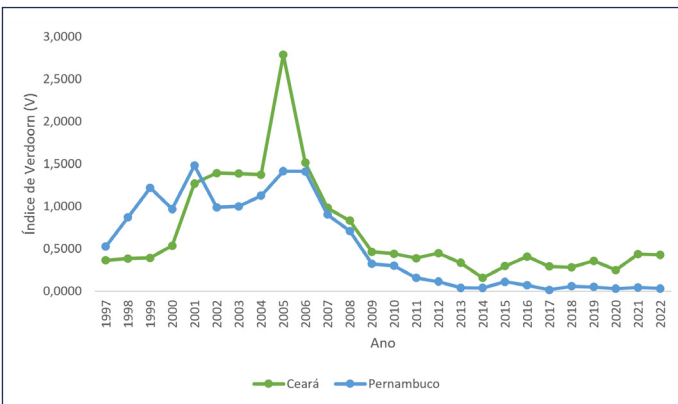
Fonte: As autoras (2025), adaptado de Comex Stat (2025).

de 2020, ano marcado pelo impacto global da pandemia da Covid-19, que afetou as cadeias produtivas e o comércio internacional, reconfigurando as relações de trabalho. A partir de 2021, com a retomada gradual das atividades e a recuperação das empresas, o Ceará voltou a registrar vantagem relativa nas exportações. Acerca disso, chama a atenção o fato de Pernambuco também mostrar-se com menor vantagem comparado ao Ceará em todo o período analisado. Outro fato notável refere-se à redução mais acentuada do indicador para Pernambuco no ano de 2017, o que sugere uma perda de competitividade do setor têxtil e de confecções em comparação ao desempenho do Ceará naquele ano.

O Índice de Verdoorn avalia a integração comercial, uma vez que ajuda a determinar o engajamento de um setor no Comércio Intra-industrial (CII) ou no Comércio Interindustrial (CIE).

Conforme apresentado no Gráfico 4, a indústria têxtil cearense, na maioria dos anos da série analisada, caracteriza-se pelo CIE, o que significa dizer que o estado se especializa

GRÁFICO 4. Índice de Verdoorn da indústria têxtil cearense e pernambucana de 1997 a 2022



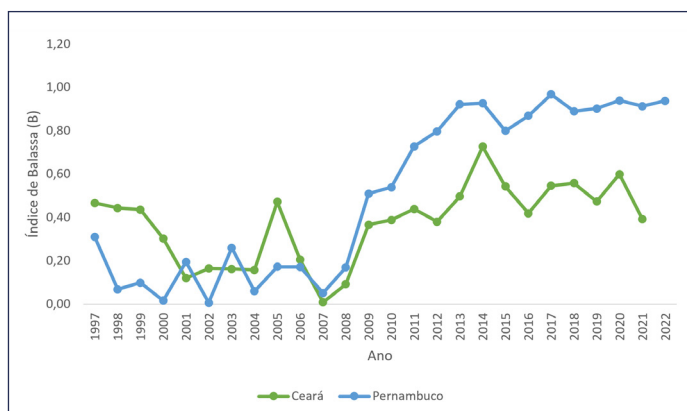
Fonte: As autoras (2025), adaptado de Comex Stat (2025).

na produção de produtos cujo fator de produção abundante é utilizado intensivamente. Contudo, em 2007, o valor do Índice de Verdoorn apresentou uma tendência de redução, indicando baixo dinamismo da economia, e, consequentemente, a predominância do comércio interindustrial, que se sobressai quando os ganhos de comércio não decorrem dos ganhos de escala.

O Índice de Especialização Comercial, também conhecido como Índice de Balassa, mede o nível de integração do setor têxtil e de confecções com os mercados internacionais, levando em consideração as importações e exportações têxteis de cada estado.

Para o Ceará, o índice apresenta valores medianos na maioria dos anos analisados, sugerindo um nível moderado de integração com outros países. Em 2007, prevalece o CIE com maior intensidade, em que o índice atinge zero, corroborando com a análise do gráfico anterior — em que o setor sinaliza um comércio baseado ainda na dotação de fatores, com alicerce na teoria de Heckscher-Ohlin.

GRÁFICO 5. Índice de Balassa da indústria têxtil cearense e pernambucana de 1997 a 2022



Fonte: As autoras (2025), adaptado de Comex Stat (2025).

Esse movimento é seguido mais intensamente pelo setor têxtil de Pernambuco, indicando uma perda de integração com o setor têxtil global, apesar de haver alguma recuperação a partir de 2007, quando o índice inicia uma trajetória ascendente. Esse comportamento, conforme observado por Pereira e Ferreira (2020), é consistente com a especialização de Pernambuco em um padrão de comércio interindustrial no período de 1997 a 2007. Nessa fase, o estado se concentrou na produção de bens que fazem uso intensivo de seu fator de produção mais abundante, ou seja, pouco baseado em economias de escala.

Diante do exposto, é possível realizar algumas constatações preliminares. A indústria têxtil e de confecções dos estados de Pernambuco e do Ceará, apesar de possuírem particularidades significativas, compartilham características semelhantes, destacando-se o padrão de comércio interindustrial e o persistente problema das vantagens comparativas decrescentes, conforme constatado por Ferreira *et al.* (2020). Um destaque encontrado neste estudo diz respeito ao nível de abertura comercial desses setores, sobre o qual tanto Pernambuco quanto Ceará possuem um nível relativamente baixo de abertura comercial. Esse grau de abertura muitas vezes diz respeito ao nível de competitividade dos produtos desses setores, os quais, sendo baixos, não compensam a tentativa de expandir as exportações, pois eles não serão qualificados pelo consumidor internacional, perdendo para produtos de outros países que, por diversas razões, apresentam maior competitividade.

Tanto na análise da balança comercial quanto no índice de vantagens relativas, nota-se um progressivo impacto negativo nos anos de 2008, 2014, 2017 e 2020, possivelmente fazendo alusão, respectivamente, à crise econômica mundial, à crise econômica nacional, à crise política no Brasil e à pandemia da Covid-19. Mesmo tendo se recuperado em partes

posteriormente, é possível observar, nos gráficos, que os estados ainda não conseguiram retornar ao patamar alcançado no início da primeira década do século XXI. Isso pode sinalizar para a necessidade de políticas públicas de fomento e estratégias de adaptação para o setor de indústria têxtil e de confecções desses estados, visando, a curto e médio prazos, a sustentabilidade, e, a longo prazo, a maior competitividade desse setor em ambos os estados.

Considerações finais

Segundo o Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial (FEM), divulgado em 2017, o Brasil se encontrava na 80ª posição entre 137 países (Santos; Ferreira, 2019). Esse é um dado alarmante para um país de dimensões continentais como o Brasil, que possui grandes potencialidades econômicas a serem exploradas. A abertura econômica de países mais fechados, desde a década de 1990, tornou-se preponderante numa economia global que marchava para a chamada globalização, a qual alertava para a necessidade do aumento da competitividade dos produtos e serviços o mais rápido possível.

De fato, há maior abertura da economia desde a década de 1990 no Brasil; porém, isso ocorreu após um longo período em que o país era muito fechado, em virtude, dentre outros fatores, do processo de substituição de importações. Durante esse período, a política econômica priorizava o fortalecimento da indústria nacional, buscando reduzir a dependência de produtos exportados e estimular o desenvolvimento interno. Isso foi importante para o país em uma época de indústria nascente, mas a abertura era necessária e parece não ter sido tão explorada por algumas regiões — a exemplo da Região Nordeste —, haja vista o contraponto entre seus importantes *players* de produção e a tímida participação no comércio

exterior. Esse cenário é especialmente notável no setor têxtil e de confecções, mas certamente reflete uma tendência mais ampla que também pode ser observada em outros setores da economia nordestina.

Como se pode concluir, a indústria têxtil e de confecções tem enfrentado desafios significativos nos últimos anos, desafios esses que têm contribuído para a redução de sua competitividade e, conseqüentemente, de sua participação nas exportações. Ainda que não tenha sido abordada diretamente neste texto, é sabido que a concorrência chinesa no setor têxtil e de confecções tem sido um dos elementos impactantes nesse processo. Além disso, a concorrência global, associada aos altos custos de produção e à pressão por preços mais baixos, possivelmente tem prejudicado a capacidade dessas empresas nessa concorrência internacional. Esse desafio é ainda mais grave em países onde o custo de produção⁵ é mais alto, a exemplo do Brasil.

Em virtude disso, é crucial haver um engajamento entre os setores público e privado, com o objetivo não apenas de melhorar o desenho de políticas públicas para impulsionar esses setores nos mercados, mas também para fomentar uma consciência empresarial voltada para um planejamento de longo prazo e para a cultura da qualificação, quer seja do trabalhador, quer seja para a melhoria da qualidade do produto. Sem isso, dificilmente o Nordeste avançará rumo ao comércio internacional no que se refere à produção de têxteis e confecções.

5 No Brasil, o chamado “custo-Brasil” é altíssimo. Em linhas gerais, o termo refere-se ao custo de produzir no país, e, nele, há questões de infraestrutura, institucionais e de ambiente de negócios, ou seja, logística de transportes, energia e telecomunicações ruim, por exemplo. No Brasil, destacam-se, como pontos negativos, a baixa qualificação do trabalhador, a péssima infraestrutura de rodovias e portos, o alto preço dos combustíveis, o nível de impostos muito alto e a burocracia.

Referências

- ABREU, P. R. M.; CAMPOS NETO, N. M. *O panorama das aceleradoras de startups no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/273e76b8-ac3f-4d02-84fa-86f3250bc5ec>. Acesso em: 19 set. 2025.
- ANDRADE, M. E. *Estudo sobre as exportações dos estados do Nordeste*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13467/1/EstudoExportacoesEstados.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/spp/a/9V95npkxV66Yg8vPJTpHfYh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.
- COMEX STAT. Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens. *Comex Stat*, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2025.
- DIAS JUNIOR, A. A. *Potencialidade exportadora das micro e pequenas empresas do Estado de Pernambuco*. 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Comércio Exterior e Relações Internacionais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/jspui/handle/123456789/4401>. Acesso em: 19 set. 2025.
- FERREIRA, M. O. et al. Padrões de comércio internacional e competitividade do setor de vestuários no Nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 9-23, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1010>. Acesso em: 19 set. 2025.
- FIGUEIREDO, E. et al. Uma análise para o efeito-fronteira no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 4, p. 481-496, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/FFRNzdGxXw7Yfdcm9pDD7yt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.
- FRANKE, L. et al. The impact of Chinese exports on Brazilian and Mexican exports: a model using dynamic panel data. *Emerging Markets Finance and Trade*, [S. l.], v. 57, n. 4, p. 1124-1140, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1540496X.2019.1609446>. Acesso em: 19 set. 2025.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. *The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal*. Brasília, DF: CGEE, 2016. Disponível em: https://periferiaactiva.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/07/the_brazilian_innovation_system-cgee-mazzucatoandpenna-fullreport.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

PEREIRA, T. F. L. S.; FERREIRA, M. O. Competitividade da indústria têxtil e de confecção brasileira, nordestina e pernambucana e a concorrência chinesa entre o período de 1997 a 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 109-125, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1011>. Acesso em: 19 set. 2025.

PERROUX, F. *A economia do século xx*. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

PIANI, G.; KUME, H. *Fluxos bilaterais de comércio e blocos regionais: uma aplicação do modelo gravitacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/617e1e1e-5212-4224-a424-b705ab0b24f1>. Acesso em: 19 set. 2025.

REIS, M.; AZEVEDO, A. F. Z.; PÔRTO JÚNIOR, S. S. Impactos da OMC sobre o comércio de produtos primários, têxteis e industriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XLVI., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Anpec, 2018. p. 1-20. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_l/i7-fbe7451ed6e69b27d062c90c3a47e92d.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, M. Z.; FERREIRA, M. O. Competitividade das exportações no setor têxtil e de confecções do Brasil, Nordeste e Pernambuco. *Revista Estudo & Debate*, Lajeado, v. 26, n. 3, p. 102-123, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2103>. Acesso em: 19 set. 2025.

SOUZA, S. D. C.; ARICA, J. Uma análise comparativa entre sistemas de inovação e o diamante de Porter na abordagem de arranjos produtivos locais. *Production*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 80-87, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/WrVP7nFsLhVvk7x6Cx4v5nKQ/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

Dificuldades de criação de uma cultura exportadora no setor têxtil e de confecções do estado de Pernambuco

Maria Eduarda de Souza¹

Aline Conceição do Nascimento²

Lucas de Siqueira Santos³

Matheus Fernando da Silva Fontes⁴

Monaliza de Oliveira Ferreira⁵

Introdução

Com o fortalecimento das economias emergentes, fatores como maior liquidez e crescimento das *commodities* no mercado internacional tornaram o cenário externo mais favorável. Além disso, esses fatores serviram de gatilho para que países em desenvolvimento, como o Brasil e a China, pudessem intensificar suas relações comerciais, como afirmam Silva, Ferreira e Lima (2021).

1 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

5 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.

O crescimento econômico de países emergentes marcou o início do século *xxi*, exercendo grande influência no comércio internacional. O grupo de países que formam o BRICS, constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, despontou no cenário mundial com economias emergentes dotadas de algumas particularidades, tais como abundância de terra e mão de obra. Esses países são caracterizados por apresentarem grandes dimensões geográficas e demográficas (Costa; Ferreira, 2022).

Nesse contexto, a China tornou-se o principal produtor mundial de têxteis e confecções, sendo este um grande desafio para a economia brasileira. Esses resultados reforçam a necessidade de promover a internacionalização das empresas nos estados produtivos para agregar valor aos produtos produzidos — os quais ainda são comercializados apenas entre os estados —, muitas vezes concorrendo mais por preço do que por qualidade. Dessa forma, com o investimento nas exportações de têxteis e confecções, cria-se um cenário que pode favorecer a competitividade desses produtos (Silva *et al.*, 2021).

Ainda assim, as exportações brasileiras só tiveram destaque a partir do final da década de 1990, quando o país mudou o regime cambial, adotando o câmbio flutuante em detrimento do câmbio fixo. Com o novo regime cambial, a moeda brasileira sofreu um processo de depreciação, e, consequentemente, impulsionou as exportações, já que, com a apreciação da taxa de câmbio e a depreciação da moeda doméstica, houve o aumento do volume de exportações, o que fez com que os produtos de exportação ficassem mais competitivos no mercado internacional (Costa; Ferreira, 2022).

Nesse cenário, o Brasil despontou como um dos grandes exportadores mundiais de *commodities* agrícolas, com destaque para grãos e frutas; a Ásia (especificamente a China) é o principal consumidor desses mercados. Já o setor têxtil e de

confeções é pulverizado e concorrencial, com uma maioria de empresas familiares e de pequeno porte, aspecto que dificulta a adoção de técnicas modernas de administração e controle. Além disso, há o agravante da informalidade, que é bastante presente nesse setor, apesar do Brasil ter uma produção de destaque mundial e possuir inserção comercial muito reduzida, com clara deficiência de competitividade (Nascimento; Ferreira, 2025).

Além disso, o setor agrícola é intensivo em capital e detentor das técnicas mais modernas de produção e inovação, especialmente no que se refere à agricultura moderna e mecanizada, que representa pouco mais de 1% das propriedades rurais brasileiras, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2017).

Por outro lado, Fujita e Jorente (2015) demonstraram que o setor têxtil e de confeções ainda revela um potencial de inovação a ser explorado e que esse setor requer investimentos em tecnologia como fator-chave para essa transformação. Considerando que o país tenha alguns *players* de produções têxteis e de confeções com importância nacional, mas que ainda não se destacam como exportadores, tais como o polo têxtil e de confeções de Pernambuco e do Ceará, essa discussão continua atual e relevante.

Em relação à competitividade do setor, Santos e Ferreira (2019) destacaram a importância da indústria têxtil e de confecção como um dos maiores empregadores da indústria de transformação, além de terem analisado, no período de 1997 a 2017, a competitividade das exportações no setor têxtil e de confeções do Brasil e sua decomposição para a região Nordeste e, especificamente, para Pernambuco. A análise foi realizada a partir de parâmetros de competitividade, tais como o Índice de Gini-Hirschman, o Índice de Comércio Intrasetorial, o Índice de Hirschman-Herfindahl e o Índice

de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), concluindo que Pernambuco e outros estados do Nordeste não aproveitaram as oportunidades do comércio internacional, o que poderia levar a um aumento de produtividade e da competitividade no setor (Santos; Ferreira, 2019).

Já Pereira e Ferreira (2020) revelaram que, no comércio com o resto do mundo, especificamente no setor têxtil e de confecções do Brasil e de Pernambuco, houve certa desvantagem comparativa revelada, enquanto a Região Nordeste apresentou vantagem comparativa revelada no setor no período de 1997 a 2017. Ademais, Pereira e Ferreira (2020) indicaram que houve perda de competitividade diante dos produtores externos, sobretudo, dos produtos da China. O desempenho da competitividade do setor poderia ser explicado por diversos fatores, a exemplo da apreciação da moeda brasileira, que torna os produtos exportados mais caros e, portanto, menos competitivos no mercado internacional, e de questões logísticas que encareceram o custo do transporte na indústria têxtil nacional e regional (Pereira; Ferreira, 2020).

Essa situação difere de outras realidades pernambucanas, tais como a do Polo de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio São Francisco, como colocado por Silva, Ferreira e Lima (2016). Nesse caso, apesar das oscilações na magnitude dos efeitos ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito à manga, o fator competitividade foi o que mais impulsionou as exportações dessas frutas no período. Isso indica que, enquanto o setor têxtil enfrenta desafios estruturais e custos elevados, setores como o de fruticultura conseguiram destaque no mercado externo.

No contexto de uma coletânea de textos com uma multiplicidade de temas, como proposto neste livro, a metodologia empregada neste capítulo consiste em uma análise exploratória de dados, tendo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços (MDIC) como principal fonte, além de

informações pontuais de uma empresa exportadora do setor na região. A discussão aqui apresentada é fundamentada em literatura específica relacionada à economia internacional.

O setor têxtil e de confecções e o comércio externo no estado de Pernambuco

Ter conhecimento das vantagens de um ambiente de comércio amplamente competitivo é fundamental para analisar tendências e avaliar políticas públicas que favoreçam uma melhor inserção do setor no comércio internacional. Isso se torna importante para compreender os ganhos de comércio dos parceiros comerciais e é um elemento importante para se manter no *ranking* de países com uma fatia significativa nesse mercado (Pereira; Ferreira, 2021).

Os estados brasileiros, como entes federativos com organização própria, têm a capacidade de criar dinamismos no comércio internacional, independentemente da estrutura federal. A questão da compra de vacinas para conter a pandemia da Covid-19, por exemplo, evidenciou a importância do protagonismo dos estados nesse cenário (Costa; Ferreira, 2022).

Nesse sentido, a indústria têxtil e de confecções do estado de Pernambuco é uma das atividades econômicas mais antigas e tradicionais do Brasil, sendo bastante relevante para a região. Sempre passando por ciclos de declínio e de expansão, a referida indústria reflete as oscilações econômicas pelas quais o país atravessa. Essas alternâncias de crise e crescimento geraram a necessidade de mudanças em sua estrutura, nos métodos de trabalho e nas expectativas de vendas. O auge dessa atividade, em Pernambuco, deu-se na década de 1950, quando as empresas se estabeleceram em diferentes cidades e tiveram o comércio aquecido (Melo, 2022).

Entretanto, a partir da década de 1980, o setor enfrentou uma série de dificuldades e passou por um prolongado período de crise. Fatores como o início da abertura econômica do Brasil para mercados externos, por exemplo, resultaram na importação de produtos têxteis a preços mais baixos, o que, junto à baixa modernização tecnológica da manufatura nacional, influenciou o declínio do setor. Acerca disso, muitas fábricas encerraram suas atividades, resultando na perda de empregos e outros impactos econômicos negativos. Além disso, a ausência de investimentos em infraestrutura e inovação impediu que o setor competisse com mercados mais desenvolvidos globalmente. Embora a indústria tenha se restabelecido em anos posteriores, ela nunca conseguiu alcançar o patamar de desempenho que havia conquistado antes (Cavalcanti; Santos, 2022).

Apesar desses problemas históricos, o setor demonstrou habilidade de inovação e recuperação nos últimos anos e Pernambuco passou a ter um potencial de exportação significativo em têxteis e confecções; todavia, os mercados internacionais estão buscando produtos de alta qualidade, sendo fundamental que o empresariado compreenda essa demanda para se manter competitivo. Com localização estratégica, uma vez que o estado é considerado *hub* logístico na região Nordeste, sendo equidistante de vários estados e países, a proximidade de Pernambuco com portos e aeroportos proporciona adequação da logística para o escoamento de produtos para o exterior (Dantas, 2021).

Com base no exposto, convém considerar que uma região amplia seu poder de desenvolvimento na medida que expande sua capacidade de inovar e desenvolver novos negócios, pois, com isso, a região se torna geradora de crescimento econômico, emprego e renda, com transbordamentos para a economia local (Cassiolato; Lastres, 2005; Mazzucato; Penna, 2016; Perroux, 1967). Cabe destacar que vários programas

com recursos financeiros de apoio à exportação foram e continuam sendo implementados pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, com o intuito de fomentar a cultura exportadora do setor em Pernambuco.

No entanto, apesar desses esforços, o comércio internacional ainda não se destaca no estado de Pernambuco. Embora inferências mais contundentes ainda não possam ser realizadas, tendo em vista que a pesquisa está em andamento, é possível identificar algumas características importantes que contribuem para esse entrave e que constituem barreiras específicas para o setor: (i) a informalidade; (ii) a falta de cultura exportadora dos empresários, que, com uma visão de curto prazo, acreditam que, enquanto o comércio nacional for lucrativo, não haverá necessidade de investimentos no mercado externo; (iii) o desconhecimento do mercado internacional, que aumenta os riscos de prejuízo a curto prazo e acaba por reduzir as possibilidades de adesão; e (iv) questões de logística, em virtude da localização dos arranjos produtivos no interior do estado.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que o incentivo ao empreendedorismo inovador ocorre por meio da presença de infraestrutura educacional e de políticas públicas com mecanismos de transferência de conhecimento, a exemplo das incubadoras. Estas, por sua vez, prestam auxílio às ideias de negócio que estejam em fase de ideação ou prototipação e que tenham como principal característica a oferta de produtos e serviços com significativo grau de diferenciação, oferecendo suporte técnico, gerencial e formação complementar aos empresários e facilitando o desenvolvimento tecnológico e o acesso a mercados e a investimentos (Abreu; Campos Neto, 2016; Souza; Arica, 2006).

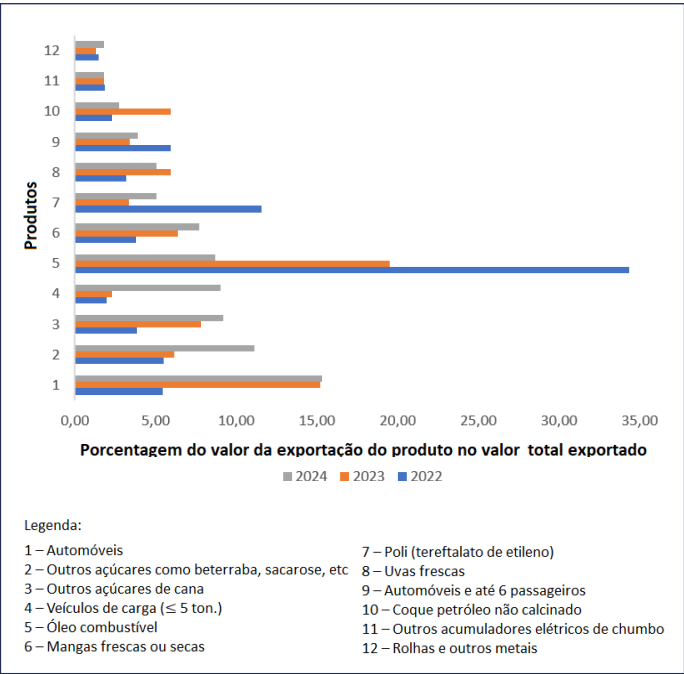
Em Caruaru, o Armazém da Criatividade, uma extensão do Porto Digital, desempenha um papel fundamental ao incubar diversas *startups*, com o objetivo de impulsionar o setor

produtivo por meio da inovação. No entanto, é igualmente importante implementar políticas públicas que também atendam produtores tradicionais das feiras de confecções do estado, garantindo que a inovação alcance todas as camadas do setor. Sobre isso, vale questionar: por que, no estado de Pernambuco, uma das poucas empresas de confecção que exporta é a Marie Mercié, cuja fábrica está localizada em um engenho na Zona da Marta Norte? Da mesma forma, fica difícil compreender como a empresa conseguiu acesso ao mercado internacional em um contexto de isolamento do arranjo produtivo.

As questões levantadas anteriormente podem ser respondidas pelo aporte de investimento da empresa no mercado internacional, aproveitando as janelas de oportunidades lançadas pelo estado através do Programa de Qualificação para Exportação (Peiex), da Apex Brasil, por exemplo. Contudo, vale ressaltar que a empresa já tinha o planejamento de expansão de mercado e pôde investir o necessário para começar a participar de feiras internacionais e, posteriormente, conquistar clientes cativos. A empresa se destaca por combinar o artesanato tradicional da região com sofisticação, atraindo clientes de alta renda ao focar no mercado de moda de luxo. Além disso, utiliza, como diferencial da marca, a valorização da cultura pernambucana, o emprego de artesãos locais e a utilização de bordados manuais em tecidos de linho ou algodão, o que agrega valor aos seus produtos. Vê-se, portanto, que se trata de uma empresa com porte de capital consideravelmente maior que a média das empresas desse arranjo produtivo (Bacchi, 2024; Moura, 2025).

Por fim, enfatiza-se que a pauta exportadora do estado de Pernambuco nos últimos anos não contempla o setor têxtil e de confecções, como se percebe no Gráfico 1. Isso ocorre justamente em virtude da ausência de uma cultura exportadora para produtos desse setor.

GRÁFICO 1. Principais produtos exportados em Pernambuco de 2022 a 2024



Fonte: elaboração própria, com dados do BRASIL/MDIC/ComexStat (2024).

A análise do Gráfico 1 revela que entre 2022 e 2024, as exportações de Pernambuco foram fortemente concentradas em dois grandes grupos de produtos. De um lado, destacam-se os itens vinculados ao setor automobilístico, impulsionados pela presença de indústrias montadoras no estado. De outro, aparecem os produtos de origem agrícola e mineral, reflexo da vocação agroexportadora regional, especialmente na fruticultura. Ademais, a relevância das baterias e derivados decorre diretamente da atuação da empresa Moura, instalada no município de Belo Jardim.

Considerações finais

O comércio internacional traz economias de escala e diferenciação de produtos e afeta a mobilidade de trabalhadores e de capital, impactando a distribuição de renda. Considerando que o setor têxtil e de confecções apresenta grande empregabilidade local, é importante que se promovam parcerias público-privadas (PPPs) na tentativa de se iniciar uma cultura exportadora do setor no estado, como parte de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

Do ponto de vista do setor público, o problema recai principalmente nas governanças locais, estaduais e nacional, pois não há uma política de desenvolvimento voltada para o setor. Cada governo inicia uma nova política da cultura exportadora, com aporte de recursos públicos, muitas vezes oriundos de financiamentos internacionais. No entanto, muitas vezes não se tem um estudo aprofundado sobre a realidade das empresas, já que as pesquisas são defasadas e são escassas as estatísticas do setor, com exceção das informações sobre importações e exportações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Como resultado, são criadas políticas ineficazes a um alto custo, o que faz com que o empresariado perca cada vez mais a confiança e o interesse em aderir a essas iniciativas, assim como a sociedade, que passa a demonstrar crescente desinteresse por esse debate. Além disso, diversas instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Federação das Indústrias, as universidades e algumas secretarias de desenvolvimento do estado atuam de forma isolada na questão da exportação.

Sendo assim, seria mais produtivo, política e socialmente, uma atuação conjunta desses órgãos, por meio de uma política única do Governo Federal através do MDIC e/ou Apex Brasil, a médio e longo prazos, que considere o passado e o

presente na construção de uma política mais efetiva, permitindo, assim, criar uma cultura exportadora para o setor têxtil e de confecções. Porém, isso depende do convencimento do empresariado e do surgimento de alguns casos de sucesso dentro do arranjo produtivo, ou seja, de empresas em que os empresários possam se inspirar.

Referências

ABREU, P. R. M.; CAMPOS NETO, N. M. *O panorama das aceleradoras de startups no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/273e76b8-ac3f-4d02-84fa-86f3250bc5ec>. Acesso em: 19 set. 2025.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/9V95npkxV66Yg8vPJTpHfYh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

CAVALCANTI, A. M.; SANTOS, G. F. A indústria têxtil no Brasil: uma análise da importância da competitividade frente ao contexto mundial. *Exacta*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 706-726, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/exacta/article/view/17784>. Acesso em: 19 set. 2025.

COMEX STAT. Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens. *Comex Stat*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2025.

COSTA, G. C. B.; FERREIRA, M. O. Determinantes das exportações estaduais brasileiras do setor têxtil e de confecções no comércio bilateral com a China. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 39-54, 2022. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/14711>. Acesso em: 19 set. 2025.

DANTAS, R. Pernambuco tem um grande potencial de exportação no setor têxtil. *Revista Algo Mais*, Recife, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://algomais.com/pernambuco-tem-um-grande-potencial-de-exportacao-no-setor-textil/>. Acesso em: 19 set. 2025.

FUJITA, R. M. L.; JORENTE, M. J. A indústria têxtil no Brasil: uma perspectiva histórica e cultural. *Moda Palavra E-periódico*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 153-174, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5893>. Acesso em: 19 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. IBGE, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2025.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. *The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal*. Brasília, DF: CGEE, 2016. Disponível em: https://periferiaactiva.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/07/the_brazilian_innovation_system-cgee-mazzucatoandpenna-fullreport.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

MELO, C. M. N. de. *A indústria têxtil em Pernambuco: apogeu e crise (Século xx)*. 2022. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://arandu.ufrpe.br/items/18668aaa-628a-43d9-a38e-47e07ff804ac>. Acesso em: 19 set. 2025.

MOURA, M. A Marie Mercié. *Marie Mercié*, Itambé, 2025. Disponível em: <https://mariemercie.com.br/sobre/>. Acesso em: 19 set. 2025.

NASCIMENTO, A. C.; FERREIRA, M. O. Competitividade da indústria têxtil e de confecções nos Estados de Pernambuco e Ceará quanto ao comércio internacional: um recorte do período de 1997 a 2022. In: FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (FACEPE). *Relatório de pesquisa APQ-Emergentes 2022*. Recife: Facepe, 2025.

PEREIRA, T. F. L. S.; FERREIRA, M. O. Fim da proteção do comércio bilateral brasileiro no setor têxtil e de confecções. *Geosul*, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 123-145, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/70901>. Acesso em: 19 set. 2025.

PEREIRA, T. F. L. S.; FERREIRA, M. O. Competitividade da indústria têxtil e de confecção brasileira, nordestina e pernambucana e a concorrência chinesa entre o período de 1997 a 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 109-125, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1011>. Acesso em: 19 set. 2025.

PERROUX, F. *A economia do século xx*. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

SANTOS, M. Z.; FERREIRA, M. O. Competitividade das exportações no setor têxtil e de confecções e de confecções do Brasil, Nordeste e Pernambuco. *Revista Estudo & Debate*, Lajeado, v. 26, n. 3, p. 102-123, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2103>. Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, A. A. et al. Comércio externo brasileiro de têxteis e confecções e a concorrência chinesa: uma análise da competitividade das exportações em estados selecionados no período de 1997 a 2017. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 63-91, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/13574>. Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, A. A.; FERREIRA, M. O.; LIMA, J. R. F. Crescimento econômico Brasil-China: uma análise da validade da hipótese Export-led-growth no período de 1960 a 2018. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 53-74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/23559>. Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, T. S.; FERREIRA, M. O.; LIMA, J. R. F. A competitividade das exportações de manga e uva do Vale Submédio do São Francisco. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, v. 25, n. 4, p. 152-164, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/160175/1/A-competitividade-das-exportacoes-de-manga.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

SOUZA, S. D. C.; ARICA, J. Uma análise comparativa entre sistemas de inovação e o diamante de Porter na abordagem de arranjos produtivos locais. *Production*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 80-87, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/WrVP7nFsLhVvk7x6Cx4v5nKQ/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

O desenvolvimento do Vale do Submédio São Francisco sob a ótica da produção de vinhos e do enoturismo

Francielly de Lima Silva¹

Helian Micael Lima Santos²

Matheus Fernando da Silva Fontes³

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa⁴

Introdução

O Brasil ainda está na busca pelo estabelecimento de uma trajetória de crescimento contínuo como produtor e consumidor de vinhos a fim de competir com grandes produtores e consumidores globais. Vale ressaltar que, nesse cenário interno, o qual se mostra atualmente promissor, é possível notar uma constante evolução tanto no processo produtivo quanto na comercialização dos produtos (Mendes, 2022).

É fundamental ressaltar que o desenvolvimento da vitivinicultura no Brasil teve início na região Sul do país, com a chegada dos imigrantes italianos a partir de 1875 (Cella *et al.*, 2021). Segundo Silva (2018), a vitivinicultura no país começou

1 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.

a se expandir para a região Nordeste atraída pelo seu clima tropical semiárido, único no país. Também é importante pontuar a implementação de políticas de desenvolvimento local, intensificadas a partir dos anos de 1980, que transformaram a fruticultura irrigada local em uma atividade econômica crucial, contribuindo para alavancar grandes transformações socioeconômicas na região.

Nesse contexto, é possível identificar os municípios que participam do cinturão da produção de vinhos na região Nordeste e que estão localizados no Vale do Submédio São Francisco, ou seja, na faixa que compreende o oeste do estado de Pernambuco e norte do estado da Bahia, abrangendo os municípios pernambucanos de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó; e os municípios baianos de Casa Nova, Curaçá, Sobradinho e Juazeiro. Atualmente, essa região é reconhecida como a segunda maior produtora de vinhos finos do país (Silva, 2018).

Além da relevância da vitivinicultura, a região começa a se destacar no desenvolvimento de outra atividade econômica: o enoturismo, também conhecido como “turismo do vinho”. O enoturismo é uma experiência turística que permite aos visitantes conhecerem a história das vinícolas e dos produtores de vinho, proporcionando aos apreciadores da bebida uma oportunidade de explorar mais profundamente a cultura e a tradição histórica do vinho. O enoturismo proporciona, ainda, a possibilidade de combinar as degustações de vinho com roteiros gastronômicos, além de experiências em meio à natureza e opções de lazer (Silva, 2018).

Além disso, dentro das perspectivas relacionadas ao turismo, é importante mencionar que essa atividade envolve uma cadeia econômica que inclui desde a hospedagem, com hotéis e pousadas, comércio, até passeios ao longo do Rio São Francisco, que se destaca como um grande atrativo turístico. Dessa forma, trata-se de uma alternativa para potencializar

os ganhos da vitivinicultura local. Embora o Brasil não seja um dos principais polos globais na produção do vinho e do enoturismo, o país apresenta, atualmente, um grande potencial para impulsionar esses segmentos econômicos.

Acerca disso, Mendes (2022, p. 44) conclui que a atividade da vitivinicultura tem fatores agregadores, pois:

[...] além dos segmentos econômicos correlacionados (turismo, gastronomia, hotelaria, eventos, artesanato e agroindústrias correlatas), todos os elos produtivos podem ser integrados para valorizar os produtos, a cultura e as tradições locais, com vistas ao desenvolvimento regional (Mendes, 2022, p. 44).

No entanto, a existência de alguns fatores que limitam a competitividade emerge como um desafio a ser superado para que os produtos da região se destaquem tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Entre esses desafios, destacam-se a excessiva tributação sobre os vinhos, a ausência de políticas públicas direcionadas para o setor e a deficiência na articulação entre os agentes da cadeia produtiva (Mendes, 2022).

Assim, neste capítulo, será aplicada a metodologia de pesquisa bibliográfica, tomando como fontes estudos que trazem a importância da viticultura e do enoturismo para a região do Vale do Submédio São Francisco. Esse processo se dará a partir de pesquisas em textos publicados em anais de congressos, revistas, jornais e em demais locais que tratam do tema.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica fundamenta este trabalho e consiste na demanda por fontes escritas relacionadas ao tema. Essa trajetória envolve várias fases, como a procura e leitura dos materiais, a elaboração de fichamentos, a organização no que se refere ao sentido das informações, e, por último, a redação do estudo proposto (Gil, 2002).

A importância do vinho nordestino na atividade econômica local

O setor econômico da vitivinicultura envolve um valor agregado que vai desde a fonte direta de renda até a criação de uma cadeia produtiva, a qual impacta as zonas produtivas de comunidades locais e regionais. Segundo a Organização Internacional da Vinha e do Vinhos (OIV), em relatório publicado no ano de 2021, o mercado internacional registrou uma recuperação parcial no consumo global de vinho, que apresentava queda desde 2018 devido à redução do consumo da população chinesa (OIV, 2021 *apud* Rosa, 2022).

No Brasil, existem mais de 1,1 mil vinícolas atualmente, muitas delas localizadas em pequenas propriedades na Serra Gaúcha. No entanto, é importante ressaltar que o Vale do Submédio São Francisco, região situada entre Bahia e Pernambuco, é responsável por mais de 15% das vendas do mercado interno de vinhos (GI Petrolina, 2017).

A qualidade dos vinhos da região pode ser observada através da pesquisa de Lima *et al.* (2021), a qual registrou que 60% dos entrevistados confirmaram características únicas nos vinhos do Vale do São Francisco. Sendo assim, a qualidade do produto se torna a principal porta de entrada para a comercialização.

Acerca disso, para Santos (2020, p. 8), compreender o potencial do consumidor final do produto é fundamental para:

[...] identificar e prever situações que possam influenciar positiva ou negativamente na demanda, permitindo que a partir desses dados obtidos se desenvolvam ações antecipadas e preventivas no intuito de manter o mercado estável e o consumo em crescimento (Santos, 2020, p. 8).

Diante da real percepção sobre a qualidade dos vinhos, Silva (2018) discorre sobre a procedência dos tipos de vinho

e suas respectivas uvas que são processadas na região, tais como os espumantes moscatéis, elaborados a partir das variedades de uvas da Itália e Moscato Canelli; os espumantes secos e meio secos brancos e rosês, produzidos pelo método Charmat a partir de variedades como a Syrah, Grenache, Chenin Blanc, Sauvignon Blanc e Verdejo; os vinhos jovens, como os tintos secos e suaves que são frutados, leves e agradáveis, elaborados a partir das variedades de uvas Syrah, Tempranillo e Barbera; os tintos de guarda, ou seja, os que são submetidos a um processo de envelhecimento, feitos em pequenos volumes a partir das variedades Syrah, Touriga Nacional, Alicante Bouschet e Cabernet Sauvignon; e os vinhos brancos, que são florais, leves e agradáveis, elaborados a partir das variedades Chenin Blanc e Viognier Sauvignon Blanc. Além disso, também são produzidos vinhos licorosos e o Brandy.

Considerando essa perspectiva, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) menciona que a vitivinicultura nacional, ao buscar vinhos de alta qualidade que possam competir no mercado internacional, adota a proteção das regiões produtoras como uma das ações de grande importância para a preservação da qualidade (EMBRAPA, 2025a). Esse movimento utiliza como instrumento as Indicações Geográficas (IGs), conforme ilustrado na Figura 1.

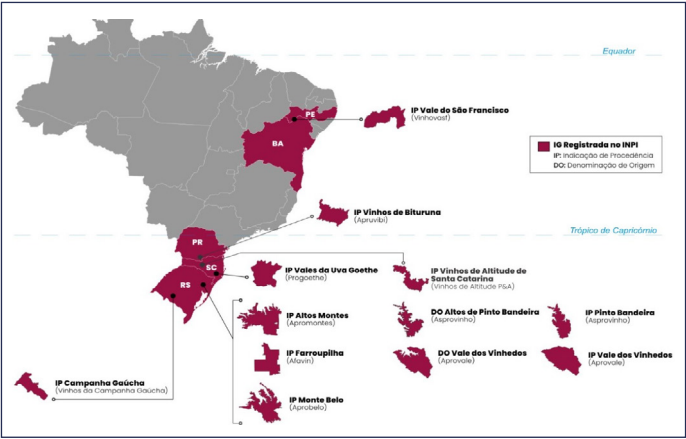
As IGs têm como finalidade identificar “[...] vinhos originários de uma área geográfica delimitada quando determinada qualidade, reputação ou outra característica são essencialmente atribuídas a essa origem geográfica” (EMBRAPA, 2025b). Indica-se, ainda, que existem, no mercado interno, duas classificações de IGs: a Indicação de Procedência (IP), que sinaliza as regiões que são reconhecidas pela produção de vinhos, e a Denominação de Origem (DO), em que o meio geográfico interfere diretamente na qualidade dos vinhos. Diante disso, é possível identificar que a IP inclui os municípios de Casa

Nova e Curaçá, na Bahia, e Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco. Na região Nordeste, esse IP está situado entre os estados de Pernambuco e Bahia, destacando essas localidades como duas das grandes produtoras de vinho nacional.

De acordo com a Embrapa (2025a), a IG do Vale do São Francisco foi oficialmente concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), conforme a publicação na Revista de Propriedade Industrial (RPI) nº 2704 (Inpi, 2022). Esse reconhecimento foi baseado em requisitos semelhantes aos da União Europeia (UE). A solicitação partiu do Instituto do Vinho do Vale do São Francisco (Vinhovaf), uma entidade privada sem fins lucrativos que reúne os produtores de vinhos da região, incluindo viticultores e vinícolas. A partir desse momento, os vinhos finos, vinhos nobres, espumantes naturais e vinhos moscatéis espumantes produzidos pelas vinícolas Adega Bianchetti Tedesco (Bianchetti), Vinícola Vinum Sancti Benedictus (vsb), Vinícola Terranova (Miolo), Vinícola Terroir do São Francisco (Garziera), Vinícola do Vale do São Francisco (Botticelli), Vinícola Mandacaru (Cereus Jamararu), Vitivinícola Quintas de São Braz (São Braz) e Vitivinícola Santa Maria/Global Wines (Rio Sol), situadas na região delimitada e que respeitam as normas estabelecidas, poderão se beneficiar dessa denominação e seguir as normas contidas no Caderno de Especificações Técnicas. Além disso, os vinhos também poderão utilizar o selo da IG em seus produtos.

É possível destacar que o potencial produtivo da região tem o mercado interno como principal meio de comercialização; no entanto, identifica-se um movimento estratégico de algumas vinícolas da região com o intuito de expandir suas atuações no mercado externo. De acordo com Mendes (2022), a região produz entre 70% e 75% dos vinhos nacionais, sendo que, desse total, 75% a 80% refere-se a vinhos de mesa, tendo

FIGURA 1. Indicações Geográficas (IGs) de vinho do Brasil e associações produtoras



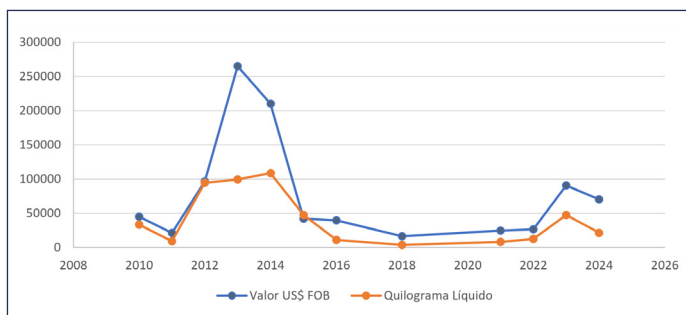
Fonte: Embrapa (2025b).

o mercado nacional como principal mercado consumidor. A autora ainda destaca que a estrutura do sistema produtivo da região é composto por pequenas propriedades (70% são cantinas) e um pequeno número de vinícolas de grande porte, indicando que, em sua maioria, são propriedades familiares e artesanais (Mendes, 2022).

Em contrapartida, no que se refere à inserção no mercado internacional, os vinhos do Vale do São Francisco alcançaram certa representatividade entre 2010 e 2024, especialmente quanto à participação no comércio exterior, ao volume exportado e à valorização do produto, conforme apresentado no Gráfico 1.

Segundo os dados expostos no Gráfico 1, verifica-se um crescimento na comercialização internacional em quilograma líquido de 2012 a 2014, seguido por uma retração a partir de 2015, com uma possível reação no ano de 2023, voltando a decair no ano seguinte. Farias e Costa (2021) ressaltam que, nos anos de 2011 a 2014, houve uma evolução significativa,

GRÁFICO 1. Exportações de vinhos do Vale do São Francisco, de 2010 a 2024, em volume (quilograma líquido)/valor FOB (us\$)



Fonte: Os autores (2025), adaptado de Comex Stat (2025).

sobretudo nos anos de 2011 e 2012, tanto no volume exportado quanto na valorização. A partir de 2015 até o ano de 2017, essa tendência voltou a se inverter negativamente, chegando a zero no ano de 2017 (Farias; Costa, 2021). Porém, no ano de 2018, observa-se uma retomada bem tímida, apesar da contínua valorização do produto. Os autores ainda discorrem sobre as exportações do vinho do Vale do São Francisco no ano de 2020, identificando uma oscilação no referido ano; ou seja, entre janeiro e abril, houve uma redução de aproximadamente 9% (Farias; Costa, 2021). No entanto, a partir do mês de maio, verifica-se uma variação positiva no volume exportado, com um aumento de 376% em relação ao mês anterior, além da valorização do produto. No restante do ano de 2020, o volume exportado manteve-se em uma trajetória estável (Farias; Costa, 2021).

É interessante ressaltar que a vitivinicultura local, além de impulsionar outras atividades econômicas correlacionadas, busca constantemente aprimorar a qualidade dos seus vinhos e espumantes, através de inovação tecnológica e pesquisas científicas. No caso específico da região do Vale do São Francisco, vários órgãos locais são responsáveis por

esses resultados, a exemplo da Embrapa Semiárido, Embrapa Uva e Vinho e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), que prezam pelo reconhecimento da qualidade dos produtos internamente e internacionalmente. Esse movimento, aliado às forças propulsoras, contribui para consolidar e impulsionar o Vale do Submédio São Francisco como um polo de produção de vinhos e espumantes (Silva, 2018).

Enoturismo: uma nova realidade socioeconômica para a região do Vale do Submédio São Francisco

A região do Vale do Submédio São Francisco possui uma forte relação com o turismo de negócios, contribuindo diretamente para a transformação social local por meio de diversos agentes sociais internos e sendo impulsionada, principalmente, pelas relações comerciais do setor da fruticultura irrigada, a exemplo do agronegócio. Esse rol de agentes, por sua vez, inclui empresários do setor e pesquisadores, além de contar com agentes do município de Petrolina, cidade considerada a capital do turismo de negócios da região e dotada de uma boa infraestrutura para receber turistas.

Segundo Dias e Vital (2012), o enoturismo, quando adequadamente planejado e implementado, tem o potencial de impactar de forma positiva e gerar uma conversão socioeconômica, sendo um instrumento agregador para o desenvolvimento local e regional. Diante dessa perspectiva, é possível identificar que a atividade enoturística desponta como uma alternativa para a região explorar não somente o vinho como seu principal produto, mas, de forma integrada, gerar uma força motriz que acaba por resultar em seu fortalecimento interno (Sequine; Figueredo; Pinheiro, 2011). Nesse contexto, Binfare, Arroxelas e Castro (2016) concluem que a atividade do turismo tende a se posicionar como um

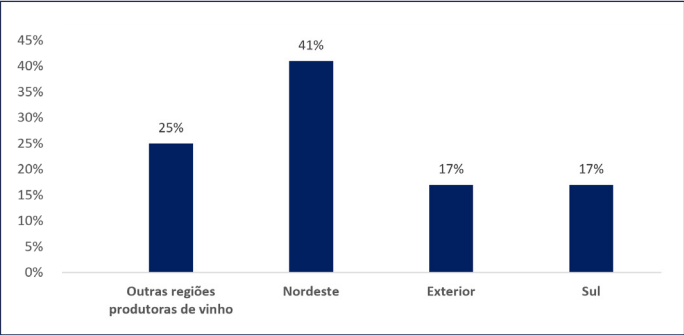
reorganizador das configurações dos espaços, atuando como propulsora dos núcleos de inclusão em atividades socioeconômicas e gerando um transbordamento dinâmico na região do Vale do São Francisco.

De acordo com Silva (2018), a atividade do enoturismo na região se desenvolveu com características próprias, pois o vinho não tem relação com a cultura local. Essa percepção se dá pelo motivo da bebida não ser um hábito de consumo entre os seus habitantes. A autora também ressalta que o crescimento dessa atividade está diretamente ligado a políticas públicas voltadas para o aproveitamento dos recursos naturais como forma de impulsionar o desenvolvimento regional (Silva, 2018). Isso significa que o foco está na produção do vinho como atividade econômica, e não necessariamente como um valor cultural. Esse ponto é corroborado por Silva e Bruch (2021), que ressaltam que os produtores de uva e vinho mostram que a vocação primária e secundária da região resultou no desenvolvimento do turismo.

Silva (2018) realizou uma pesquisa de campo no município de Lagoa Grande, abrangendo a Vinícola Santa Maria (Rio Sol), Vinícola Garzeira e Vinícola Bianchetti; em Santa Maria da Boa Vista, na Vinícola Vale do São Francisco (Boticelli); e em Casa Nova, na Vinícola Terra Nova (Miolo). O estudo constatou que a maioria dos enoturistas é proveniente da região Nordeste, conforme demonstrado no Gráfico 2.

O Gráfico 2 mostra o interesse de enoturistas de outras regiões produtoras de vinho, tais como Rio Grande do Sul, Portugal, França, Argentina e Chile. Diante desse cenário, a promoção do enoturismo levou à re colocação de ações por parte dos atores principais. Como resultado, 75% das vinícolas realizaram adaptações físicas para melhor atender aos turistas, 60% das vinícolas investiram em mão de obra especializada para atender à demanda desses visitantes e o mesmo percentual possui funcionários bilíngues para atendimento

GRÁFICO 2. Principais regiões de origem dos enoturistas do Vale do São Francisco



Fonte: Os autores (2025), adaptado de Silva (2018).

a estrangeiros. O Quadro 1 demonstra a interligação das características locais, destacando, além da gastronomia e da degustação dos vinhos, o passeio de catamarã ao longo do Rio São Francisco como um atrativo adicional para impulsionar o enoturismo nas vinícolas da região.

QUADRO 1. Atrativos ofertados pelas vinícolas do Vale do São Francisco

	BIANCHETTE	BOTTICELLI	GARZIEIRA	RIO SOL	TERRA NOVA
Visita à produção	X	X	X	X	X
Degustação de vinhos	X	X	X	X	X
Prova de uvas	X		X	X	X
Visita ao parreiral	X	X	X	X	X
Corridas				X	X
Serviços de alimentação		X		X	X



	BIANCHETTE	BOTTICELLI	GARZIEIRA	RIO SOL	TERRA NOVA
Passeios (catamarã)				X	X
Atrações culturais				X	
Memorial			X		
Capela		X		X	X
Mirante			X		

Fonte: os autores (2025), adaptado de Silva (2018).

Diante dessa perspectiva, é possível identificar que a infraestrutura física, o capital humano qualificado e as especificidades da região são componentes essenciais para promover o desenvolvimento da atividade turística local. Além disso, é importante ressaltar que o semiárido da região Nordeste apresenta algumas particularidades que favorecem a atividade na região, uma vez que a colheita da uva se dá durante todo o ano e dinamiza a produção do vinho continuamente, como o próprio enoturismo. Dessa forma, o enoturismo na região do Vale do São Francisco busca valorizar seu território através da transformação dos espaços, impulsionado por ações de parcerias público-privadas (PPPs) (Binfare; Arroxelas; Castro, 2016).

Considerações finais

A busca pelo direcionamento de políticas públicas para o desenvolvimento do semiárido da região Nordeste, que visa impulsionar a cadeia produtiva da fruticultura irrigada e da cadeia de valor na produção de vinhos finos, tem como objetivo central o fortalecimento endógeno através do desenvolvimento socioeconômico local. Ao focarem nessas atividades

econômicas, essas políticas geram transbordamentos no que se refere ao ambiente de negócios, orbitando em vantagens competitivas das firmas e da cadeia, sobretudo no setor da vitivinicultura da região.

A representatividade da vitivinicultura local, embora esteja em trajetória de crescimento tanto no mercado interno quanto no mercado externo, ocorre a uma velocidade lenta, apresentando fatores limitantes que precisam ser enfrentados para o seu pleno desenvolvimento. Acerca disso, Mendes (2022) aponta como fatores limitantes: (i) estratégias de *marketing* frágeis; (ii) elevada carga tributária; (iii) necessidade de inovações tecnológicas; (iv) carência de articulação privada para investimentos na cadeia vitivinícola; (v) baixa interação entre os agentes da cadeia; (vi) deficiência na gestão administrativa; (vii) carência de mais PPPs; e (viii) a necessidade de melhoria na gestão de custos.

Alguns desses problemas podem ser resolvidos ao integrar a cadeia de valor da vitivinicultura e a produção de vinhos ao enoturismo e turismo do vinho. Acerca disso, estudos apontam que este último desponta como uma das estratégias de *marketing* mais promissoras, alavancando tanto as potencialidades culturais e naturais da região como o produto em si — o vinho. Essa descoberta se deu em virtude do fato de ser amplamente reconhecido que o sucesso do enoturismo está diretamente ligado ao desenvolvimento da vitivinicultura no Vale do Submédio São Francisco.

As duas atividades — vitivinicultura e enoturismo — são vistas regionalmente como atividades de forte potencialidade econômica e social. Esse fato leva as vinícolas locais, que abrem suas dependências para visitação, a buscarem se estruturar tanto em termos de infraestrutura física quanto na capacita  o do capital humano, a fim de atender    demanda crescente por essas atividades.    evidente que as vinícolas enxergam, no enoturismo, uma oportunidade de expor e

valorizar seus produtos, sendo esta uma estratégia de *marketing* eficaz para a promoção do produto local.

Referências

BINFARE, P. W.; ARROXELAS, P. L. G.; CASTRO, C. A. T. Enoturismo: possibilidades e desafios para o desenvolvimento regional do turismo na região vinícola do Vale do São Francisco-Nordeste brasileiro. *PASOS*, Tenerife, v. 14, n. 5, p. 1217-1227, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88147717011.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

CELLA, D. et al. A. A vitivinicultura brasileira e suas dificuldades com a concorrência dos vinhos estrangeiros. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 225-241, 2021. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/739>. Acesso em: 20 set. 2025.

COMEX STAT. Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens. *Comex Stat*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2025.

DIAS, P. P.; VITAL, T. W. O desenvolvimento do enoturismo no Vale do São Francisco: um segmento em expansão. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 643-662, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/52438>. Acesso em: 20 set. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Embrapa Uva e Vinho. *Embrapa*, Bento Gonçalves, 2025a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho>. Acesso em: 20 set. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Indicações Geográficas de Vinhos. *Embrapa*, Bento Gonçalves, 2025b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/indicacoes-geograficas-de-vinhos-do-brasil#:~:text=As%20Indica%C3%A7%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20identificam%20vinhos,atribu%C3%ADdas%20a%20essa%20origem%20geogr%C3%A1fica>. Acesso em: 20 set. 2025.

FARIAS, J. G.; COSTA L. F. L. Análise de exportação de vinho em 2020: o caso do Vale do Rio São Francisco. *EmpíricaBR*, Natal, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/13252>. Acesso em: 20 set. 2025.

G1 PETROLINA. Produção de vinhos está em alta nas vinícolas do vale do São Francisco. *G1 Petrolina*, Petrolina, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://>

g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2017/03/producao-de-vinhos-esta-em-alta-nas-vincolas-do-vale-do-sao-francisco.html. Acesso em: 20 set. 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). *Revista de Propriedade Industrial (RPI) nº 2704*. Brasília, DF: Inpi, 2022. Disponível em: https://revistas.inpi.gov.br/pdf/Indicacoes_Geograficas2704.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

LIMA, M. C. R. et al. Identificação de inovações nas vinícolas do Vale São Francisco sob o olhar dos consumidores de vinho. *Revista Gestão Organizacional*, Chapecó, v. 14, n. 3, p. 132-142, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5954/3479>. Acesso em: 20 set. 2025.

MENDES, L. N. *Identificação dos fatores limitantes da competitividade na cadeia de vitivinicultura do Vale do São Francisco*. 2022. 221 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1259592>. Acesso em: 20 set. 2025.

ROSA, S. M. Relatório da oiv mostra números positivos para o vinho em 2021. *Revista Adega*, Vila Guarani, 2022. Disponível em: <https://revistaadega.uol.com.br/artigo/relatorio-da-oiv-mostra-numeros-positivos-para-o-vinho-em-2021.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

SANTOS, R. R. *Comparativo da comercialização entre vinhos importados e vinhos do vssf*. 2020. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Viticultura e Enologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Petrolina, 2020. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/763>. Acesso em: 20 set. 2025.

SEQUINE, A.; FIGUEREDO, A. R.; PINHEIRO, M. T. Enoturismo: perspectivas e análise de um setor em ascensão. In: ENCONTRO SEMINTUR JR., 2., 2011, Caxias do Sul. *Anais [...]* Caxias do Sul: UCS, 2011. p. 1-12. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/01_enoturismo.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, M. A. C., BRUCH, K. L. Vinho e turismo: do marketing ao enoturismo. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Org.). *Patrimônio, turismo e vitivinicultura: marcas na paisagem*. 1. ed. Porto Alegre: Editoração Gráfica, 2012.

p. 115-130. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/265718>. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, M. R. V. *A vitivinicultura e o enoturismo no Vale do Submédio São Francisco*. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/7697/2/Maria%20Raiza%20Vicente%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

PARTE 3

Outros desafios contemporâneos



É possível uma economia regenerativa?

Um olhar sobre a situação do tratamento dos resíduos no Brasil

Aline Oliveira Silva¹

Helian Micael Lima Santos²

Maria Estefany da Silva³

Andreza Daniela Pontes Lucas⁴

Introdução

A maioria dos desastres naturais no Brasil ocorre em virtude do excesso ou da falta de chuvas, variando desde inundações repentinas até secas prolongadas (Jacobi; Arruda Filho; De Pierro, 2022). No Rio Grande do Sul, por exemplo, ocorreu o que é considerada a maior catástrofe climática do estado no ano de 2024 (Biernath; Costa; Souza, 2024); na Amazônia, tem-se uma seca crítica (Vilarino, 2024) que prejudica as comunidades ribeirinhas das bacias do Tapajós e do Madeira.

Essa seca que atinge as comunidades ribeirinhas traz uma série de impactos negativos. Para os povos ribeirinhos,

1 Mestranda em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (PPGECON-CAA-UFPE).

2 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pela Università Cattolica Del Sacro Cuore de Milão e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE).

a água é vital não apenas para o consumo, o cultivo, o preparo de alimento e para garantir a manutenção da higiene, mas também para fins de transporte, uma vez que os rios são seu principal meio de locomoção. Sendo assim, em regiões onde o transporte ocorre sobretudo por meios marítimos, a escassez impacta não só a capacidade de produzir recursos, mas também gera dificuldade no transporte dos recursos entre localidades.

Em 2020, 4,65 milhões de animais foram afetados pelas queimadas no Pantanal e esses incêndios impactaram cerca de 65 milhões de vertebrados nativos e cerca de 4 bilhões de invertebrados (Berlinck *et al.*, 2021). O número de focos de incêndios do Pantanal em 2024 já ultrapassa o registrado em 2020, ano em que mais de 65 milhões de animais foram afetados (Redação National Geographic, 2024). Além dos impactos locais, as queimadas atingem muitos centros urbanos no país, como aconteceu em São Paulo, Brasília e no Rio de Janeiro, com o potencial de atingir 80% do território nacional (Azevedo, 2024).

Em uma análise realizada de 2023 a 2024 por grupos internacionais, como o World Weather da Cruz Vermelha, constatou-se que, nos últimos 12 meses deste período, os brasileiros enfrentaram quase três meses extras de dias quentes em decorrência das mudanças climáticas, sendo este um indício da queima de combustíveis fósseis (Cassemiro, 2024). Esses fatos demonstram que estamos em meio a uma crise climática, causada por uma mudança climática que gera variações nas temperaturas globais, resultando em problemas (como secas severas, chuvas, enchentes, ondas de calor e queimadas) para a sociedade e para os ecossistemas como um todo.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os fatores responsáveis pela mudança climática são diversos, e, dentre eles, destaca-se a queima de combustíveis fósseis para

geração de eletricidade e calor, pois a maior parte da eletricidade ainda é gerada a partir de carvão, petróleo e gás, sendo que apenas 25% dela provém de fontes renováveis que emitem pouco ou nenhum poluente (ONU, 2025). A ONU também ressalta que a indústria de manufaturas gera emissões ao queimar combustíveis fósseis para produzir itens industriais (ONU, 2025). A mineração e construção civil também contribuem para isso, uma vez que as máquinas frequentemente utilizam carvão, petróleo ou gás, tornando a manufatura uma das principais fontes de gases de efeito estufa.

A crise climática traz consigo uma série de problemas econômicos, como é possível observar no contexto das pessoas afetadas pelas secas na Amazônia, nos problemas oriundos da fumaça gerados pelas queimadas em várias regiões do Brasil e na destruição causada pelas enchentes. Esses problemas, por sua vez, têm sua origem ligada às decisões econômicas, que vão desde a extração de recursos da natureza até o processo de descarte. Por isso, faz-se necessário que os sistemas produtivos, desde a sua concepção, considerem que seus processos devem ser desenvolvidos dentro dos limites de um planeta com recursos finitos.

Na natureza, tudo funciona de forma cíclica, como ocorre com o ciclo do carbono, o ciclo do oxigênio, o ciclo da água etc. As plantas e animais, após a morte, se transformam em matéria orgânica, que, por sua vez, alimenta outras formas de vida. Ao abordar a importância de uma concepção regenerativa para a economia, Raworth (2019, p. 224) afirma: “[...] [é] muito mais inteligente criar economias regenerativas por concepção, restaurando e renovando os ciclos de vida dos quais depende o bem-estar humano desde o âmbito local ao global”.

A partir do exposto, este estudo tem como objetivo apresentar a economia regenerativa e sua importância para o presente e futuro do planeta, além de analisar dados sobre o

tratamento de resíduos no Brasil, comparando as diferentes regiões brasileiras. Os métodos utilizados serão a pesquisa bibliográfica e a análise descritiva de dados. Para além desta parte introdutória, o capítulo está organizado do seguinte modo: na seção seguinte, é apresentado e discutido o conceito de economia regenerativa; logo após, são apresentados dados sobre o tratamento de resíduos no Brasil; e, por fim, na última seção do texto, tem-se as considerações finais.

O que é economia regenerativa?

A economia regenerativa é um modelo que busca criar estruturas sustentáveis e renovadoras, em que os recursos são usados de maneira eficiente e renovável. Esse conceito busca valorizar recursos frequentemente negligenciados, como a luz solar e a água potável. Ao considerar esses elementos essenciais, pode-se controlar o acesso e prevenir a escassez dos bens naturais (MJV Team, 2023).

Assim como na economia, a análise isolada de um sistema, sem levar em consideração os mercados relacionados, pode resultar na superestimação ou na subestimação dos impactos ou alterações no mercado. Ao analisar o sistema econômico isoladamente, sem considerar como ele afeta o ecossistema em que está inserido e como o ecossistema impacta o sistema econômico, pode haver danos irreparáveis. Assim como as mudanças climáticas afetam a economia e a economia afeta as mudanças climáticas, é essencial que o problema seja tratado a partir de uma visão sistêmica, levando em consideração as interações e interdependências entre esses sistemas.

Uma rede de fluxo — ou um sistema de fluxo — pode ser considerado um sistema cuja existência se baseia na circulação de energia, recursos ou informações. O corpo humano é um exemplo de sistema de fluxo que, para existir, depende

da circulação de energia, água, alimento etc. Do mesmo modo, a economia é uma rede de fluxo composta por pessoas, comunidades e negócios que depende da circulação de informações, dinheiro, bens e serviços (Fath *et al.*, 2019).

Tanto o corpo humano quanto a rede de fluxo da economia, assim como muitas outras redes de fluxo, estão fortemente conectados aos fluxos de energia do planeta. É a partir desses fluxos que se originam os elementos que permitem a circulação de energia, recursos ou informações. No caso da rede de fluxo da economia, ela depende dos recursos naturais e das fontes de energia que viabilizam a geração dos bens e serviços.

A sustentabilidade ambiental diz respeito aos modos de vida que, no presente, não comprometem as gerações futuras. Entretanto, a crise climática evidencia que essa possibilidade é remota e que o futuro e o presente já estão comprometidos por comportamentos atuais. O verbo “regenerar” vem do latim e significa “criar de novo”. Em uma dinâmica regenerativa, os seres humanos participam da criação de condições favoráveis à vida, apoiando a coevolução contínua da biosfera (Buckton *et al.*, 2023).

O sistema regenerativo se caracteriza por ser um sistema holístico, em que a economia é vista como um elemento integrante de um todo, que é a biosfera. Desse sistema decorre o papel de promover a renovação, a restauração e preservação dos ecossistemas, gerando impactos positivos não apenas para o meio ambiente, mas também para as esferas sociais e econômicas (Unter *et al.*, 2024).

A economia regenerativa visa a criação das condições necessárias para que os ecossistemas afetados pela ação humana possam se recuperar e restabelecer suas plenas capacidades. Esse modelo tem como ideia central replicar no funcionamento da economia princípios e padrões de estabilidade e sustentabilidade existentes em sistemas vivos e não vivos

presentes na natureza. A partir disso, um sistema econômico regenerativo teria um funcionamento auto-organizado e autossustentável, funcionando como um ecossistema em que os diversos elementos interagem de forma harmônica e equilibrada (Fullerton, 2015).

Fath *et al.* (2019) compara modelos econômicos, como o modelo keynesiano e o modelo de equilíbrio geral, com sistemas circulares. Os autores acreditam que o objetivo dos primeiros economistas era encontrar um sistema econômico que se emulasse um sistema metabólico, se retroalimentando de forma natural. Nessa visão metabólica, a saúde do sistema econômico estaria amplamente relacionada ao cuidado e à nutrição de toda a rede interconectada de sistemas socioeconômicos, que incluiria as famílias, as empresas e os governos em favor da biosfera como um todo. Dessa forma, todos desempenhariam papéis fundamentais na produção, na distribuição e no processo de aprendizado coletivo. A noção regenerativa implicaria, portanto, canalizar recursos continuamente para processos autossustentáveis, o que, em termos econômicos, significaria garantir um financiamento estável e significativo para as áreas como educação, infraestrutura, inovação e empreendedorismo (Fath *et al.*, 2019).

As economias regenerativas enfatizam a relevância da diversidade, da resiliência e da integridade das redes interconectadas presentes em todo o planeta. Ao adotar práticas restauradoras tanto nos ecossistemas quanto nas comunidades, as economias regenerativas não se limitam a minimizar impactos negativos; elas buscam criar condições para a regeneração contínua dos recursos e a prosperidade coletiva, alinhando os objetivos econômicos ao bem-estar social e ambiental (Jain, 2021).

A regeneração de recursos naturais é comumente associada à economia circular, cujo objetivo é repensar o consumo, reduzir o uso de recursos e/ou reinseri-los na

cadeia produtiva. Ao contrário dos modelos lineares tradicionais, fordista ou taylorista, que seguem uma sequência de extração de matéria-prima, transformação em produtos, comercialização, uso e descarte dos resíduos, a economia circular propõe um ciclo contínuo. Nesse modelo, produtos, componentes e materiais são projetados para serem reutilizados ou reciclados, criando um sistema mais sustentável em um modelo de produção que reinsere os resíduos, como insumo, na cadeia produtiva (Ribeiro; Kruglianskas, 2014).

Processos regenerativos buscam reconhecer o valor das matérias em cada estado de decomposição. Raworth (2019) ilustra esse conceito com o exemplo do café, em que menos de 1% de cada grão se transforma na bebida consumida. A autora explica que as borras de café, que normalmente seriam descartadas, são ricas em nutrientes, que as tornam um meio ideal para o cultivo de cogumelos. Além disso, após esse uso, as borras podem ser aproveitadas na produção de ração animal, cujas fezes podem, por sua vez, ser utilizadas como adubo, fechando um ciclo regenerativo de reaproveitamento.

Embora haja um grande potencial para a concepção de processos produtivos regenerativos, é importante salientar, conforme afirma Raworth (2019), que não existem processos industriais totalmente regenerativos. Mesmo o Japão, considerado uma referência no tratamento de resíduos, não consegue reciclar todo o metal utilizado, alcançando uma taxa de reciclagem de 98% (Raworth, 2019).

Tratamento de resíduos no Brasil

Uma gestão de resíduos que minimiza os materiais descartados é essencial num modelo de economia circular. No Brasil, tem-se o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), que estabelece diretrizes, estratégias, ações e metas para melhorar

a gestão de resíduos no país num horizonte de planejamento de 20 anos (Brasil, 2024b; Leite *et al.*, 2019). Os processos da gestão de resíduo envolvem: (i) a produção para minimizar a geração de resíduos; (ii) a coleta preferencialmente seletiva, em que os materiais são separados por tipo, como recicláveis, orgânicos, perigosos etc.; (iii) o transporte; e (iv) o tratamento, como reciclagem, compostagem, biodigestão, recuperação energética e tratamento de resíduos perigosos e destinação final para aqueles rejeitos que, após esgotadas as possibilidades viáveis de tratamento, precisam ser descartados. Essas são as etapas fundamentais para uma gestão eficiente dos resíduos sólidos (Brasil, 2010).

Além disso, é importante ressaltar que há uma diferença conceitual entre lixo e resíduo. Silva, Silva e Silva (2023) explicam que a diferença principal reside no modo como os materiais descartados são percebidos em termos de valor e utilidade. O lixo é geralmente considerado como um material sem possibilidade de reaproveitamento, sendo descartado de forma definitiva. Esses materiais são considerados inúteis e, frequentemente, são destinados a aterros sanitários ou à incineração, sem perspectiva de serem reutilizados. Na prática, o lixo é visto como algo que já cumpriu sua função e não tem mais valor para novos ciclos de produção ou consumo (Silva; Silva; Silva, 2023).

Por outro lado, o resíduo envolve uma concepção diferente: são materiais que resultam de processos, mas que ainda possuem valor e podem ser reaproveitados, reciclados ou transformados. Diferentemente do lixo, os resíduos são considerados insumos potenciais para novos processos, como reciclagem, compostagem, ou mesmo para a geração de energia (Silva; Silva; Silva, 2023). Porém, apesar da existência das possibilidades de utilização de forma econômica dos resíduos, no Brasil, uma grande parte deles ainda é descartada como lixo em diferentes ambientes de recepção (SINIR, 2021).

Para Fadini e Fadini (2001) e Leite *et al.* (2019), esses ambientes são conhecidos como lixões, aterros controlados e aterros sanitários. Os lixões são locais onde o lixo é depositado diretamente no solo, sem nenhum tipo de controle ambiental ou tratamento adequado. Esse tipo de descarte de resíduos sólidos é extremamente prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública, pois o lixo exposto atrai vetores de doenças, como ratos e insetos, além de liberar gases poluentes e chorume, que é um líquido contaminante, gerado na decomposição dos materiais, que pode se infiltrar no solo, contaminando o lençol freático. Os lixões representam uma das formas mais antigas e inadequadas de gestão de resíduos, sendo proibidos pela legislação ambiental em muitos países, incluindo o Brasil, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010).

Já os aterros controlados são uma forma intermediária entre os lixões e os aterros sanitários; contudo, o termo “aterro” não é adequado nesse caso. O mais apropriado, conforme Leite *et al.* (2019), seria “lixão controlado”; porém, eles apresentam algumas melhorias em relação aos lixões. Em um aterro controlado, os resíduos são compactados e cobertos periodicamente com uma camada de terra, o que ajuda a reduzir a proliferação de vetores e a dispersão de odores. No entanto, essa técnica ainda não possui um sistema adequado de tratamento de gases ou do chorume e nem de impermeabilização do solo, o que continua representando riscos ao meio ambiente, especialmente para o solo e para as águas subterrâneas. Embora sejam uma melhoria em relação aos lixões, os aterros controlados também estão sendo progressivamente substituídos por soluções mais sustentáveis e seguras, como os aterros sanitários (Leite *et al.*, 2019).

Os aterros sanitários são implantados em áreas onde o solo é impermeabilizado, para evitar a contaminação dos lençóis freáticos. Além disso, é realizado o tratamento para

drenagem do chorume e disposição dos gases liberados. Os resíduos são depositados e cobertos com camadas de solo, reduzindo, assim, o risco de agentes patogênicos pelo contato do lixo com o ar. Entretanto, os aterros sanitários possuem uma vida útil limitada, e, mesmo após sua desativação, exigem cuidados para prevenir impactos ambientais, pois os gases e o chorume continuam a ser expelidos, além do controle para que não seja depositado lixo hospitalar ou radioativo (Fadini; Fadini, 2001). De acordo com a Legislação Federal, os aterros sanitários são a única alternativa permitida, pois minimizam os riscos à saúde pública e à segurança ambiental; já os lixões são proibidos e os aterros sanitários controlados não são considerados nas diretrizes legais (Leite *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o Brasil ainda tem muito a avançar no âmbito da gestão de resíduos sólidos, que compreendem resíduos sólidos e semissólidos originados em diversas atividades, como industriais, domésticas, hospitalares, comerciais, agrícolas e de serviços (Alves; Monte; Mendonça, 2022). O Índice Nacional de Recuperação de Resíduos (IRR) era de 1,67% em 2019, considerando a reutilização, reciclagem e a recuperação energética como formas de reinserir os insumos na cadeia produtiva, além da geração total de resíduos sólidos (SINIR, 2021).

Nessa perspectiva, muitos municípios ainda não possuem uma coleta de resíduos adequada, tampouco uma coleta seletiva, por meio da qual os materiais são separados por grupos de composição, e, posteriormente, reaproveitados, seja por reutilização ou reciclagem. Em 2022, de acordo com as estimativas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 73,7% dos municípios brasileiros utilizavam aterros sanitários; 11,9% aterros controlados, parcialmente inadequados; e 14,3% destinavam seus resíduos a lixões, uma prática totalmente inadequada (Brasil, 2024a).

Segundo dados do Ministério das Cidades, a média de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) coletados, que inclui tanto os resíduos domiciliares quanto os provenientes da limpeza urbana (da limpeza de logradouros e vias públicas), foi de 0,98 kg por habitante ao dia, totalizando 63,8 milhões de toneladas coletadas no ano de 2022 (Brasil, 2024a). Desse total, 62,49 milhões de toneladas foram descartadas como lixo, sem reaproveitamento ou reinserção na cadeia produtiva, enquanto apenas 1,3 milhão de toneladas foram recuperadas, o que corresponde a aproximadamente 2,04% dos resíduos totais (Brasil, 2024a).

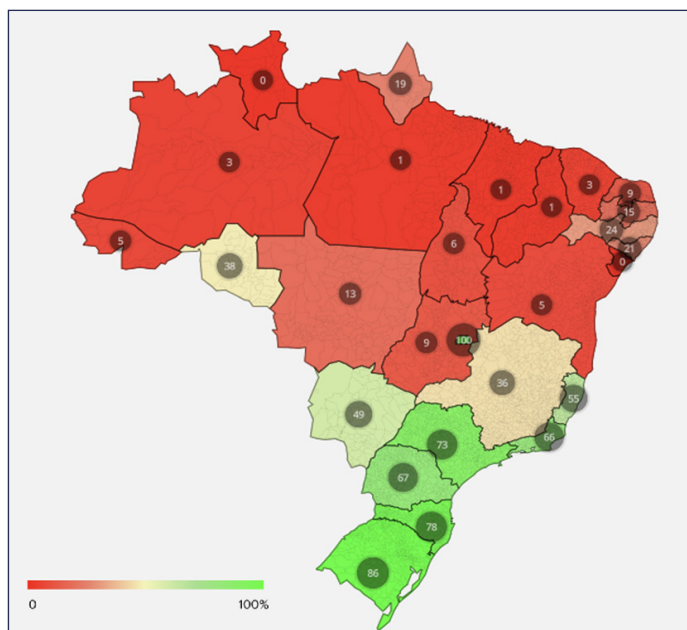
Ainda no tocante às coletas, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), em 2019 a cobertura de coleta indiferenciada alcançou 94,63%, enquanto a cobertura de coleta seletiva foi de apenas 41,41% (SINIR, 2021). Dentre os materiais coletados seletivamente, a taxa de aproveitamento foi de 62,78%, sendo composta por 39% papel ou papelão, 24% plástico, 14% outros materiais, 12% de metal e 11% de vidro (SINIR, 2021). Vale ressaltar, também, que a maior parte da coleta seletiva é realizada por cooperativas ou empresas contratadas, enquanto uma menor parte fica sob responsabilidade das prefeituras. Segundo Dias (2012), a reinserção desses materiais na cadeia produtiva é realizada, prioritariamente, por meio do trabalho dos catadores, seja de forma independente, em cooperativas ou em redes.

Além da preocupação com a disposição inadequada dos resíduos que poderiam ser reaproveitados, também existe o problema do descarte desses materiais em lixões ou em aterros controlados. Ao observar-se um panorama regional, o Norte e o Nordeste apresentam as menores taxas de cobertura regular de coleta domiciliar: o Norte com 79,2% e o Nordeste com 84,5%, seguidos do Centro-Oeste com 90,3% e das regiões Sul e Sudeste, com 91,5% e 95,7%, respectivamente

(Brasil, 2024a). As duas regiões com as menores taxas de cobertura regular de coleta domiciliar — Norte e Nordeste — também são as que apresentam as maiores taxas de inadequação na coleta de resíduos, como pode ser observado na Figura 1.

Além dos resíduos urbanos, existem diversos setores de produção e serviços em que é registrada a geração de resíduos. Muitos desses setores, vale ressaltar, ultrapassaram a geração do urbano, a exemplo dos setores da saúde e da construção civil, com apenas 10% de reciclagem registrada em 2019; os serviços públicos de saneamento básico, com 82,85% dos resíduos direcionados ao tratamento; e os serviços de transporte, com 40,67% destinados ao tratamento

FIGURA 1. Percentual de municípios por estado com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos (2019)



Fonte: Sinir (2021).

e 9,17% à reciclagem (SINIR, 2021). Por fim, no que se refere aos resíduos industriais e de mineração, considerados geradores significativos de resíduos, há tratamentos específicos, sobretudo para os resíduos perigosos, objetivando garantir a segurança e a proteção ambiental (SINIR, 2021).

Considerações finais

A economia regenerativa é uma proposta que visa restaurar e revitalizar os recursos naturais e os ecossistemas, promovendo uma relação mais equilibrada entre a produção econômica e o meio ambiente. Ao contrário dos modelos econômicos tradicionais, que muitas vezes exploram recursos de forma linear e insustentável, a economia regenerativa valoriza o fechamento dos ciclos de produção, em que os resíduos são utilizados como insumos. Esse modelo promove práticas que garantem não apenas a sustentabilidade, mas a regeneração dos sistemas naturais, criando um ciclo positivo que beneficia o meio ambiente, a sociedade e a economia.

As desigualdades regionais, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento das diferentes regiões, evidenciam que as áreas com menor desenvolvimento enfrentam maiores desafios em relação aos problemas ambientais. Um exemplo de problema é a coleta inadequada dos resíduos, que afeta diretamente o meio ambiente, os recursos e a saúde dos indivíduos. Entretanto, também são essas regiões as que menos produzem, menos consomem e menos geram resíduos.

Por fim, é importante salientar que um dos maiores desafios da economia regenerativa é o alinhamento entre a transição econômica e o desenvolvimento social. Isso requer a adaptação de setores produtivos e políticas públicas que incentivem práticas regenerativas, como a agricultura regenerativa, o *design* circular e a gestão responsável dos recursos. Ao enfatizar a natureza para o centro das decisões

econômicas, o conceito de crescimento econômico passa a incluir não apenas a produção e o consumo, mas também a restauração ambiental, o bem-estar das comunidades, a equidade social e a prosperidade a longo prazo.

Referências

ALVES, J. B.; MONTE, A. A.; MENDONÇA, I. F. C. Resíduos sólidos em espaços abertos (públicos e privados): um comparativo entre o setor centro e bairros periféricos do setor norte da cidade de Patos-PB; os riscos e vulnerabilidades relacionados. *Revista Campo da História*, Caruaru, v. 7, n. 1, p. 316-337, 2022. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/47>. Acesso em: 20 set. 2025.

AZEVEDO, A. L. Vento 'faz a curva' e leva fumaça dos incêndios a 80% do Brasil; entenda. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 set. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/09/25/fumaca-dos-incendios-chega-a-80percent-do-brasil-devido-a-mudanca-no-padrao-do-vento.ghhtml>. Acesso em: 20 set. 2025.

BERLINCK, C. N. et al. The Pantanal is on fire and only a sustainable agenda can save the largest wetland in the world. *Brazilian Journal of Biology*, São Carlos, v. 82, p. 1-2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/vjXtjDhPMggc33J4rSnQCvC/?format=html&lang=en>. Acesso em: 20 set. 2025.

BIERNATH, A.; COSTA, C.; SOUZA, C. Os gráficos e imagens que mostram dimensão da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul. *BBC News Brasil*, São Paulo, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72p96eqkvxo>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS: Painel: Manejo dos resíduos sólidos urbanos. *Ministério das Cidades*, Brasília, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel/rs>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. *Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima*, Brasília, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/qualidade-ambiental-e-meio-ambiente-urbano/plano-nacional-de-residuos-solidos>. Acesso em: 20 set. 2025.

BUCKTON, S. J. *et al.* The Regenerative Lens: A conceptual framework for regenerative social-ecological systems. *One Earth*, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 824-842, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2590332223003020>. Acesso em: 20 set. 2025.

DIAS, S. G. O desafio da gestão de resíduos sólidos urbanos. *Sociedade e Gestão*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 16-20, 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002456661>. Acesso em: 20 set. 2025.

FADINI, P. S.; FADINI, A. A. B. Lixo: desafios e compromissos. *Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola*, Goiânia, n. 1, p. 9-18, 2001. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3280/material/lixo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

FATH, B. D. *et al.* Measuring regenerative economics: 10 principles and measures undergirding systemic economic health. *Global Transitions*, [S. l.], v. 1, p. 15-27, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589791819300040>. Acesso em: 20 set. 2025.

FULLERTON, J. B. *Regenerative capitalism*: How universal principles and patterns will shape our new economy. Greenwich: Capital Institute, 2015.

JACOBI, P. R.; ARRUDA FILHO, M. T.; DE PIERRO, B. Ambiente e sociedade em tempos de emergência climática: do resgate histórico ao momento atual. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 35-46, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/6518>. Acesso em: 20 set. 2025.

JAIN, Y. Regenerative Economies: A New Approach Towards Sustainability. In: LEAL FILHO, W. *et al.* (Ed.). *No Poverty*. [S. l.]: Springer International Publishing, 2021. p. 761-771.

LEITE, N. D. *et al.* Lixões, aterros controlados e aterros sanitários: o que mudou no Brasil após a publicação da Lei Federal 12.305/2010. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, XXX., 2019, Natal. *Anais [...]* Natal: UFC, 2019. p. 1-10. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55137>. Acesso em: 20 set. 2025.

MJV TEAM. Economia regenerativa: o que é, princípios e como desenvolver o modelo. *MJV*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://>

www.mjvinnovation.com/pt-br/blog/economia-regenerativa/. Acesso em: 20 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Causas e efeitos das mudanças climáticas. *Organização das Nações Unidas*, Nova Iorque, 2025. Disponível em: <https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change>. Acesso em: 20 set. 2025.

RAWORTH, K. *Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REDAÇÃO NATIONAL GEOGRAPHIC. Os 5 dados assustadores sobre o clima extremo ligados ao aumento do calor na Terra. *National Geographic*, [S. l.], 6 ago. 2024. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/08/os-5-dados-assustadores-sobre-o-clima-extremo-ligados-ao-aumento-do-calor-na-terra>. Acesso em: 20 set. 2025.

RIBEIRO, F. M.; KRUGLIANSKAS, I. A Economia circular no contexto europeu: conceito e potenciais de contribuição na modernização das políticas de resíduos sólidos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2014, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: Engema, 2014. p. 1-16. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/473.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, S. C.; SILVA, J. B.; SILVA, V. F. Lixo ou resíduo: explorando termos e conceitos. *Revista Coopex*, Patos, v. 14, n. 2, p. 1810-1825, 2023. Disponível em: <https://editora.unifip.edu.br/coopex/article/view/251>. Acesso em: 20 set. 2025.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (SINIR). Relatório Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. *Sinir*, Brasília, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>. Acesso em: 20 set. 2025.

UNTER, K. et al. *Tackling the Shift to a Regenerative Economy: Discussion Guide*. St. Gallen: University of St. Gallen, 2024. Disponível em: <https://sdsn.ch/wp-content/uploads/2024/06/Discussion-Guide-Tackling-the-Shift-to-a-Regenerative-Economy.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

VILARINO, C. Seca isola comunidades ribeirinhas e interrompe navegação na Amazônia. *Globo Rural Clima*, São Paulo, 2 out. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/clima/noticia/2024/10/seca-isola-comunidades-ribeirinhas-e-interrompe-navegacao-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2025.

A evolução do emprego de 2011 a 2022

Uma breve análise dos impactos da pandemia da covid-19

Alessandro Apolonio de Lima Júnior¹

Caio Eduardo de Oliveira Ribas²

Gustavo Guilherme Lima da Silva³

Sonia Rebouças da Silva Melo⁴

Introdução

A crise desencadeada pela pandemia da Covid-19 impactou diretamente o mercado de trabalho global, promovendo efeitos significativos em diversos setores produtivos da economia. Carvalho *et al.* (2022) afirmam que a pandemia afetou o mercado de duas formas principais. Em primeiro lugar, “[...] as restrições ao funcionamento normal de diversas atividades econômicas, em combinação com a diminuição do consumo de vários tipos de bens e serviços e o aumento da incerteza macroeconômica, levaram à forte queda da produção” (Carvalho *et al.*, 2022, p. 55). Em segundo lugar, os autores destacam o efeito sobre a demanda por trabalho,

1 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Departamento de Economia Aplicada da Universidade Federal do Ceará (DEA-UFC).

que foi severamente afetada (Carvalho *et al.*, 2022). Tanto em setores específicos quanto em nível agregado, foram observados impactos significativos da pandemia sobre o mercado de trabalho.

Vale salientar que, antes da pandemia, já era possível observar uma desaceleração no crescimento do emprego formal no Brasil. Segundo Mattei e Heinen (2020), a segunda década do século XXI apresenta os piores índices de desemprego da história recente do Brasil. A taxa de desocupação, que, no início de 2014, oscilou em torno de 7%, ultrapassou o patamar de 13% nos primeiros meses de 2017, atingindo 13 milhões de pessoas desempregadas no auge da crise econômica (Mattei; Heinen, 2020). Em fevereiro de 2020, “[...] a taxa de desocupação no país ainda era de 11,6%, ou seja, apenas 1,6 ponto percentual abaixo da registrada no mesmo trimestre de 2017” (Mattei; Heinen, 2020, p. 649). No final de 2019, já se observava uma tendência de redução no desemprego. A queda desse indicador no início de 2020 pode ser atribuída, principalmente, à saída de muitas pessoas do mercado de trabalho.

Com a pandemia, as restrições de negociações, o fechamento de empresas e as quedas abruptas na demanda resultaram, de modo geral, em uma elevação no nível de demissões, particularmente nas atividades presenciais, o que fez ampliar as disparidades socioeconômicas. Além disso, apesar do trabalho informal — ligado a setores mais vulneráveis na economia — se apresentar como uma alternativa à perda de renda no período, a modalidade foi fortemente afetada com a instabilidade econômica gerada, tornando-se mais evidente a importância de políticas públicas de inclusão digital e de suporte financeiro efetivo para os trabalhadores autônomos.

Com o objetivo de reduzir os impactos da pandemia sobre a renda da população, o Governo Federal implementou medidas de apoio financeiro para as famílias e empresas por

meio da aprovação de um plano de auxílio emergencial para as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, além do benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda. Tais recursos foram fundamentais para a proteção da população e compôs o pacote de políticas públicas governamentais essenciais para o período de recuperação da economia. O objetivo dessa medida foi garantir a manutenção da renda e do consumo, proporcionando uma rede de segurança para as famílias e empresas que enfrentaram perdas econômicas durante esse período.

As reformas estruturais, os investimentos em capacitação profissional e o apoio a setores-chave da economia são fatores cruciais para a criação de empregos e a reativação da economia. Nota-se, ainda, que a pandemia acelerou o crescimento da digitalização e da automação dos processos de produção e vendas dos bens e serviços, criando um novo cenário laboral, e, conseqüentemente, exigindo adaptações na força de trabalho e no sistema educacional.

Para garantir uma recuperação econômica sustentável, a busca pelo equilíbrio entre a flexibilidade do mercado de trabalho e a proteção do trabalhador continua a ser um desafio. A implementação de estratégias que promovam a inclusão e reduzam as desigualdades, especialmente no que se refere às oportunidades de emprego, é fundamental para essa reestruturação.

A análise das alterações no nível do emprego do Brasil, considerando as transformações econômicas e o impacto das políticas governamentais em tempos de crise, nos permitirá entender os efeitos das crises sobre o mercado de trabalho, bem como viabilizará uma compreensão mais profunda do papel do governo na promoção de políticas inclusivas e sustentáveis que moldam o futuro do trabalho no país. Diante desse contexto, este capítulo tem o objetivo de apresentar a evolução do emprego formal e informal no Brasil, com ênfase

na região Nordeste e no estado de Pernambuco, no período de 2011 a 2021. Para a realização dessa pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica e uma breve análise descritiva dos dados do emprego formal e informal, com respaldo nas bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na análise comparativa entre regiões e estados, foram utilizados métodos de estatística descritiva, como cálculos de variações percentuais e comparação de taxas de crescimento, bem como a elaboração de gráficos e tabelas informativas, os quais auxiliaram na visualização dos dados e facilitaram a interpretação dos resultados. A pesquisa também integra dados macroeconômicos, como os do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa Selic e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para contextualizar as oscilações no mercado de trabalho com as conjunturas econômicas nacionais. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu compreender os efeitos da pandemia e de outras crises econômicas sobre o emprego formal e informal no Brasil, contribuindo para uma análise crítica das políticas públicas implementadas no período.

Evolução do emprego e as políticas econômicas do período de 2011 a 2022

A análise dos dados da RAIS referentes ao período de 2011 a 2021 revela que o emprego formal — caracterizado pelo vínculo empregatício ativo de trabalhadores com carteira assinada, registrado em 31 de dezembro do ano de referência — não apresentou um crescimento significativo ao longo do período analisado (RAIS, 2025). Em 2011, o Brasil tinha 46.310.631 postos de trabalho formal. Ao longo do período,

houve um crescimento de 5,2%, e, em 2021, o país contava com 48.728.871 postos de trabalho formal (RAIS, 2025). No ano de 2014, tem-se o número mais elevado de emprego, o qual alcançou 49.571.510 empregos formais. Considerando o período 2011 a 2014, observa-se a geração de 3.260.879 novas vagas, ou seja, uma expansão de 7,04% (RAIS, 2025).

O crescimento no período inicial destaca-se pelo fato de que a taxa de desocupação, em 2014, atingiu 4,8%. Essa medida, que consiste na porcentagem de pessoas que estão desocupadas em relação à força de trabalho disponível, reflete um momento de pequena expansão econômica, de 0,1%, segundo dados do IBGE (RAIS, 2025). Com a crise econômica registrada no período, em 2015 iniciou-se uma trajetória de declínio do emprego no país. Assim, o emprego formal retornou ao mesmo patamar apresentado em 2011, tornando o crescimento do mercado de trabalho formal muito inferior ao observado no início da década de 2010. Em 2015, o Brasil registrou uma perda de empregos na ordem de 1.510.703 postos de trabalho, ou seja, uma queda de 3,05%. No ano de 2016, a redução do mercado formal de trabalho se aprofundou, com a perda de 2.000.609 vagas de emprego. Assim, o mercado de trabalho passou a contar com 46.060.198 empregos formais, chegando a um número inferior comparado ao que foi registrado em 2011 (RAIS, 2025).

O Nordeste, por sua vez, também apresentou a mesma tendência de queda no período de 2014 a 2016, sendo a terceira região com a maior perda em postos de trabalho formal (cerca de 7,63%). O Sudeste ficou na segunda posição, com 7,83%, e o Norte ficou em primeiro lugar, com 7,94%. Já o Sul e o Centro-Oeste apresentaram um patamar de desempenho um pouco melhor, com reduções em torno de 5,36% e 4,48%, respectivamente. Dentro do contexto nordestino, o estado de Pernambuco registrou uma queda de 10,34% nos postos de trabalho (RAIS, 2025).

Considerando o período de 2011 a 2021, o Nordeste registrou a segunda menor taxa de crescimento do mercado de trabalho, que passou de 8.481.080 para 9.030.950 empregos formais, representando uma expansão de 6,48%. Esse crescimento não se apresentou como um bom indicador, pois, apesar da região apresentar uma taxa de crescimento superior ao crescimento apresentado no Brasil (5,04%) no mesmo período, a região apresentou condições desfavoráveis. Observa-se, ainda, que o indicador do país sofreu um grande impacto advindo do baixo crescimento do mercado de trabalho formal do Sudeste, região que, em 2021, foi responsável por 49% de todos os empregos formais gerados no país. A região que apresentou maior expansão percentual foi o Centro-Oeste, que registrou crescimento de 11,42% no mesmo período. Outro fator que merece destaque é o fato de que a região Nordeste enfrenta os desafios atuais refletidos pelo alto índice de informalidade do trabalho, que atinge cerca de 63,3% (segunda pior taxa), enquanto o índice na região Sudeste é de 44,6% (segunda melhor taxa) (RAIS, 2025).

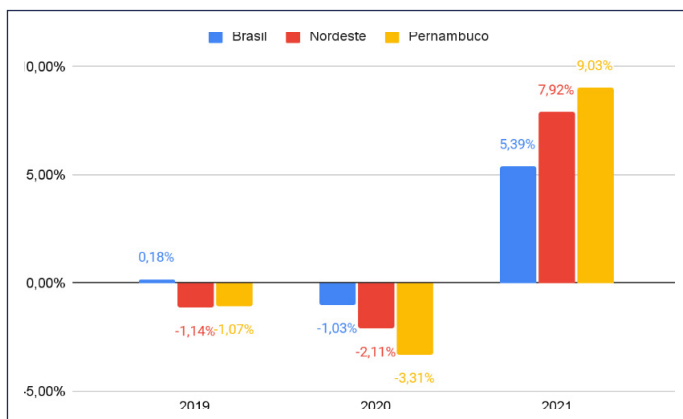
Quando se analisa os dados de Pernambuco no período 2011 a 2021, nota-se que o estado apresenta uma condição desfavorável. Em 2011, o mercado de trabalho formal era composto por 1.648.927 trabalhadores, e, em 2021, passou a ser de 1.663.000 trabalhadores, representando um crescimento de apenas 0,85%. Com o segundo maior mercado de trabalho da região, a proporção de empregos de Pernambuco está alinhada ao estado da Bahia, que possui o maior mercado de trabalho do Nordeste. A Bahia registrou um crescimento de 3,87%, ficando também atrás do crescimento regional ou nacional. Já o Maranhão despontou com o maior crescimento a nível regional, em que o crescimento do emprego formal atingiu o patamar de 21%, seguido pelos estados do Piauí e Paraíba, com 16,87% e 10,02% de crescimento, respectivamente (RAIS, 2025).

A análise setorial permite aferir que o estado de Pernambuco registrou uma redução de empregos nos setores de construção civil e indústria entre 2011 e 2021. O setor de construção civil perdeu 60,52% dos postos de trabalho e a indústria, por sua vez, perdeu 4,99% dos postos. Por outro lado, o emprego formal no comércio cresceu 5,87% e o setor de serviços apresentou um aumento de 9,64%, sendo esses setores os que mais geram empregos a nível estadual, regional e nacional. Todavia, mesmo sendo o setor com menor nível de emprego, o setor agropecuário obteve um crescimento de 16,63% (RAIS, 2025).

A perda de empregos nos setores de indústria e construção civil segue uma tendência tanto regional quanto nacional. No cenário nacional, o setor industrial registrou uma retração de 4,84%, enquanto no Nordeste a queda foi de 6,12%. Por outro lado, o mercado de trabalho formal na construção civil apresentou uma redução de 35,26% na região Nordeste, em comparação a 21,81% no nível nacional. É evidente, portanto, que a redução dos postos de trabalho nesses setores foi mais acentuada a nível estadual (RAIS, 2025).

Ao considerar o contexto da pandemia, nota-se uma redução de postos de trabalho, o que contrasta com uma tendência, ainda que tímida, de recuperação do emprego formal, que, a nível nacional, vinha sendo observada desde 2017. O gráfico 1 aborda o crescimento do emprego formal entre 2019 e 2021. Nele, pode-se observar que, apesar dos efeitos da pandemia, 2021 configura-se como ano de recuperação do emprego. Por outro lado, o ano de 2019, que antecedeu o início da pandemia, registrou decréscimo na geração de empregos em Pernambuco e no Nordeste. Já o ano de 2020 apresentou uma maior queda nos níveis de emprego, tanto no país quanto na região Nordeste e em Pernambuco (RAIS, 2025).

GRÁFICO 1. Crescimento do emprego formal de 2019 a 2021



Fonte: os autores (2025), adaptado de RAIS (2025).

O cenário negativo para o crescimento do emprego formal registrado para o Nordeste também foi registrado nas regiões Norte e Centro-Oeste. Porém, devido ao crescimento positivo das regiões Sudeste e Sul, registrou-se um crescimento tímido de 0,18% no cenário nacional (RAIS, 2025).

Os impactos mais severos da pandemia sobre o nível de emprego podem ser observados no ano de 2020. Segundo Neves, Oliveira e Pauli (2020, p. 9):

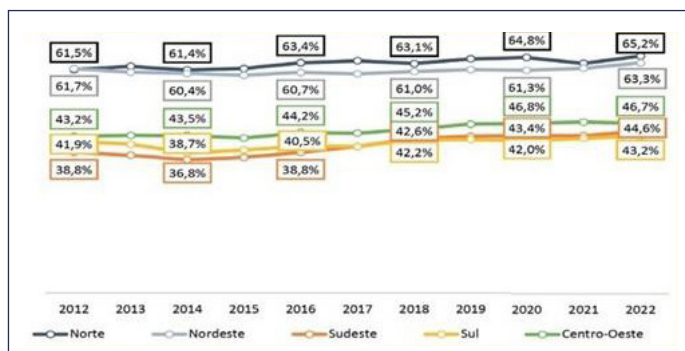
O levantamento estatístico realizado mostrou que 14,6 milhões de brasileiros foram afastados dos ambientes de trabalho durante a pandemia, sendo que cerca de 11 milhões estavam desempregadas no período (IBGE, 2020). A taxa de desocupação ao longo do mês de maio de 2020 foi superior a 10%, chegando a 11,4% na última semana do referido mês. O IBGE (2020) estima que 17,7 milhões de pessoas com 14 anos ou mais não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. Ainda, aproximadamente 8,8 milhões de trabalhadores vem desempenhando atividades na modalidade remota (Neves; Oliveira; Pauli, 2020, p. 9).

O trabalho informal, que inclui trabalhadores autônomos e pequenos empregadores com até 5 funcionários, com 10 anos de idade ou mais, ocupados em atividades não agrícolas e residentes em áreas urbanas, exibiu variações ao longo do período de 2012 a 2022 (Gráfico 2). Os dados registram diferença na participação da informalidade nas regiões do Brasil, o que pode ser fruto das desigualdades socioeconômicas entre os estados brasileiros.

Ao final do período, observou-se uma leve redução do emprego em alguns estados, provavelmente devido à queda das atividades, em geral, em decorrência da pandemia. Por fim, em 2022, registrou-se um aumento da informalidade em relação ao início da pandemia em 2020 (Fundo Brasil, 2022).

Sobre o período de 2012 a 2014, nota-se um aumento na informalidade no Centro-Oeste do país. Considerando o intervalo de 2015 a 2022, há algumas flutuações da informalidade. Apesar deste estudo não estabelecer uma relação de causa e efeito direta com nenhuma política ou eventos econômicos específicos, pode-se notar um efeito da crise no segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, de 2015 a 2016; no ano da reforma trabalhista do governo de Michel

GRÁFICO 2. Crescimento do emprego informal de 2012 a 2022



Fonte: Fundo Brasil (2022).

Temer, de 2016 a 2017; e, por fim, no período da pandemia da Covid-19, de 2020 a 2021. Vale salientar, também, que o segundo mandato do governo Dilma foi marcado por denúncias de corrupção e de pedaladas fiscais, o que gerou um ambiente de incerteza para o mercado financeiro e, por fim, resultou no *impeachment* da presidenta (Fundo Brasil, 2022).

Ao analisar os dados macroeconômicos, como a taxa de juros Selic, a inflação medida pelo IPCA e o PIB, apresentados na Tabela 1, é possível observar que, durante o governo Dilma, a renda nacional, medida pelo PIB, apresentou redução sequencial, com um pico de melhoria no ano de 2013, porém fechando 2015 com uma variação negativa. A presidenta Dilma não conseguiu gerar crescimento econômico medido pelo PIB, o que foi acompanhado pela alta da inflação. Em 2015, o IPCA registrou dois dígitos, resultando em um maior desestímulo nos investimentos e no consumo (Galery, 2022).

TABELA 1. Dados macroeconômicos brasileiros de 2011 a 2021

ANO	TAXA SELIC	IPCA	PIB
2011	10,90%	6,50%	3,97%
2012	7,14%	5,84%	1,92%
2013	9,90%	5,91%	3,00%
2014	11,65%	6,41%	0,50%
2015	14,15%	10,67%	-3,55%
2016	13,65%	6,26%	-3,31%
2017	6,90%	2,95%	1,06%
2018	6,40%	3,75%	1,12%
2019	4,40%	4,31%	1,14%
2020	1,90%	4,52%	-3,88%
2021	9,15%	10,06%	4,60%

Fonte: Galery (2022).

O governo Temer iniciou em meio a um grande caos político. Apesar do cenário turbulento, havia expectativas de uma retomada do crescimento econômico no país. Em 2017, houve a retomada do crescimento do PIB. Nesse ano, o governo havia aprovado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação. Porém, em 2018, devido às incertezas promovidas pelo período eleitoral e a crises como a Greve dos Caminhoneiros e as crises na Argentina e na Turquia, o Brasil retornou a um novo ciclo de alta de preços e esse movimento se agravou com a chegada da pandemia da Covid-19. De 2017 a 2019, o PIB não apresentou sinais de uma recuperação significativa, pois o crescimento da produção do país permaneceu em torno de 1%, considerado um baixo nível de crescimento (Galery, 2022).

Em 2019, o governo de Bolsonaro enfrentou uma conjuntura econômica desfavorável. O baixo nível de consumo, resultante da alta taxa de desemprego e do baixo nível de investimentos, dificultou o crescimento econômico. Com a chegada da pandemia, em 2020, o Brasil registrou a pior taxa de crescimento do PIB no período de 2011 a 2021, com queda de -3,88% (Galery, 2022). Esse indicador reflete o impacto das medidas de isolamento social adotadas para o controlar o contágio do vírus da Covid-19. Acerca disso, é importante salientar que as restrições à circulação de trabalhadores e consumidores comprometeram significativamente tanto a demanda por produtos quanto a oferta de trabalho.

Contudo, o PIB registrado em 2020 teve uma queda menor do que a esperada, que era de -4,1% (OCCAM, 2021 *apud* Galery, 2022). Isso se deve, em parte, às sucessivas quedas na taxa de juros. No ano seguinte, o PIB apresentou crescimento de 4,6%; porém, é importante ressaltar que a base de comparação anterior é fraca, considerando que, em 2020, o

PIB registrou uma queda de -3,9% devido aos efeitos da pandemia (Verde, 2022 *apud* Galery, 2022).

Silva (2020, p. 12) afirma que a taxa de desemprego ou desocupação “[...] percentual das pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas na força de trabalho foi de 12,6% em abril de 2020 contra 11,2% no trimestre encerrado em janeiro, mas muito próxima do índice de 12,5% observado em abril de 2019”. O autor argumenta que “[...] isso ocorreu em razão da assunção de um comportamento orientado ao isolamento social determinado de modo voluntário ou compulsório por ato dos governos subnacionais” (Silva, 2020, p. 12). Além disso, ele destaca que a força de trabalho, que é composta por pessoas ocupadas e por pessoas desocupadas, mas que procuram emprego nos últimos 30 dias, também foi reduzida (Silva, 2020). Cerca de 4 milhões de pessoas, que equivale a -3,8% em relação ao trimestre encerrado em janeiro 2020, encontrava-se na condição de desemprego (Silva, 2020).

As políticas emergenciais de governo no período da pandemia da Covid-19

No primeiro ano da pandemia, o índice de desemprego e a porcentagem de pessoas abaixo da linha de miséria cresceram muito no Brasil. A estimativa feita pela ONU era de que mais de 130 milhões de pessoas ficaram sem ter o que comer e as principais afetadas foram as famílias de baixa renda (Mendes *et al.*, 2021).

Durante o auge da pandemia, muitos governos adotaram medidas de apoio econômico, como auxílios emergenciais e programas de manutenção do emprego, visando mitigar os impactos negativos sobre a renda da população. No entanto, a eficácia dessas iniciativas varia de acordo com a capacidade fiscal e a eficiência na implementação. No Brasil, de acordo

com Silva (2020), a estratégia de política econômica foi estruturada em dois conjuntos de medidas: um de natureza fiscal e outro voltado para a provisão de liquidez e liberação de capital regulatório. As políticas fiscais buscavam garantir a renda das famílias, oferecer suporte às empresas e prover auxílios financeiros aos estados e municípios; já as medidas de liquidez e liberação de capital foram estabelecidas com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro e ampliar a oferta de crédito.

Em março de 2020, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, a implementação do auxílio emergencial, inicialmente composto por três parcelas de R\$ 600 para trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, e R\$ 1.200 para as mães chefes de família. Esses valores foram mantidos nos primeiros cinco meses, sendo que, posteriormente, as duas modalidades de auxílio foram reduzidas pela metade por mais quatro meses em 2020. O auxílio foi então suspenso por cerca de três meses, retornando em abril de 2021 com um reajuste: as mães chefes de família passaram a receber R\$ 375, as famílias com dois ou mais membros passaram a receber R\$ 250 e as famílias compostas por apenas um indivíduo cadastrado, R\$ 150. Assim, parte dos beneficiários foi excluída do repasse (Mendes *et al.*, 2021).

De acordo com os dados do Tesouro Direto Transparente, do Ministério da Economia, nos anos de 2020 a 2022, o valor total gasto em despesas realizadas no exercício financeiro foi de, aproximadamente, R\$ 666,22 bilhões (Tesouro Nacional Transparente, 2023). Desses recursos, R\$ 398,9 bilhões — cerca de 59,87% do total — foram direcionados à garantia de emprego e à renda das famílias, por meio do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade e do benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda. O auxílio financeiro destinado aos entes federados, estados, municípios

e ao Distrito Federal totalizou R\$ 78,25 bilhões em 2020, representando, aproximadamente, 14,93% do total das despesas nesse ano (Tesouro Nacional Transparente, 2023).

Vale destacar que os trabalhadores informais foram os mais afetados pela crise da pandemia da Covid-19. Segundo os dados do IBGE mencionados por Mendes *et al.* (2021), as perdas foram de 19% para os trabalhadores informais contra 8% para os trabalhadores formais. Além disso, ainda conforme apontado por Mendes *et al.* (2021), um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que, caso o auxílio emergencial não tivesse sido implementado, os trabalhadores informais teriam sido penalizados pela queda na atividade econômica 2,5 vezes mais quando comparados aos trabalhadores formais. Ademais, os dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgados em dezembro de 2021, indicam que cerca de 12 milhões de pessoas viviam em situação de extrema pobreza, recebendo menos de R\$ 155 por mês, e mais de 50 milhões de pessoas viviam em situação de pobreza, recebendo menos de R\$ 450 mensais, mesmo com o auxílio emergencial. Sem o benefício, esses números seriam ainda maiores, com um aumento de 7,2 pontos percentuais para extrema pobreza e 8,0 pontos percentuais para a pobreza (Mendes *et al.*, 2021). Esses dados evidenciam a importância do auxílio para proteger a população mais vulnerável.

Considerações finais

A discussão sobre emprego formal no Brasil é caracterizada por uma série de complexidades, incluindo flutuações no crescimento, desigualdades regionais e setoriais, além de desafios persistentes com a informalidade. Para enfrentar essas questões, são necessárias estratégias abrangentes que visem não apenas o crescimento quantitativo, mas também a melhoria da qualidade e a formalização do emprego,

contribuindo para a criação de uma base mais sólida para o mercado de trabalho.

A crise econômica afetou de maneira desigual as diferentes regiões do país. A região Nordeste, embora tenha experimentado algum crescimento no período de 2011 a 2021, enfrenta obstáculos consideráveis, como a crescente informalidade no mercado de trabalho. Por outro lado, a região Sudeste apresenta uma situação mais estável em termos de formalização do emprego, enquanto a região Norte lidera o *ranking* da perda percentual de empregos formais. Se considerarmos a dimensão do emprego informal, será possível observar uma maior concentração nos estados das regiões Norte e Nordeste, o que pode indicar uma desigualdade socioeconômica significativa.

Em Pernambuco, o crescimento dos números de emprego formal é modesto. Uma análise setorial destaca a vulnerabilidade de setores como construção civil e indústria, enquanto comércio, serviços e agropecuária demonstram maior resiliência. A tendência de perda de empregos na indústria e na construção civil revela uma realidade mais ampla tanto no cenário nacional quanto no regional.

A taxa de crescimento do PIB no período analisado — de 2012 a 2022 — apresenta uma flutuação, o que indica que o país não conta com um crescimento estável. Com a crise do segundo governo Dilma e a reforma trabalhista do governo Temer, não se observou uma melhoria significativa nos indicadores de renda e emprego e o PIB permaneceu levemente estagnado. Além disso, devido às restrições impostas à circulação das pessoas, a pandemia gerou um forte impacto negativo sobre o PIB. Apesar dos impactos contínuos da pandemia, em 2021, o ano foi marcado por um período de recuperação, destacando a resiliência do mercado de trabalho. No Brasil, no período da crise sanitária, as reduções na taxa de juros e o auxílio emergencial foram medidas importantes

para minimizar os danos causados pela paralisação das atividades econômicas.

Em suma, a análise demonstrou que o período de crescimento do emprego até 2014 foi sucedido por retrações significativas intensificadas pelas crises econômicas e pelos efeitos da pandemia. Os dados evidenciaram o aumento da desocupação, da informalidade e a acentuada fragilidade dos setores mais vulneráveis da força de trabalho, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Mesmo diante de uma tímida recuperação nos anos de 2021 e 2022, ainda permanecem grandes desafios relacionados à qualidade do emprego, à valorização dos salários e à proteção social dos trabalhadores.

Referências

CARVALHO, S. S. et al. Análise das transições no mercado de trabalho Brasileiro no período da COVID-19. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). *Impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. p. 55-76. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/4a743a99-63a5-4f45-b4dc-8eeaf7a9674f>. Acesso em: 20 set. 2025.

FUNDO BRASIL. *Mapeamento do trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Fundo Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/mapeamento-trabalho-informal-corte1-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

GALERY, V. L. K. *A condução da política monetária brasileira do governo Dilma ao governo Bolsonaro*. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27032>. Acesso em: 20 set. 2025.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 647-668, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2025.

MENDES, A. C. *et al.* Análise do auxílio emergencial no Brasil. *O Eco da Graduação*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 23-42, 2021. Disponível em: <https://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/115>. Acesso em: 20 set. 2025.

NEVES, E. F.; OLIVEIRA, S. V.; PAULI, R. I. P. As medidas governamentais de enfrentamento ao desemprego no Brasil em razão da COVID-19. *Universidade Federal de Santa Maria*, Santa Maria, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/820/2020/07/Textos-para-Discussao-11-Medidas-de-Enfrentamento-ao-Desemprego.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Dados de vínculo empregatício para o período de 2011 a 2021 por setor para todos os Estados do Brasil. *Rais*, Brasília, 2025. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, M. S. Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. *Repositório Ipea*, Rio de Janeiro, jul. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/6961b384-b351-4b78-a688-bfac63660519>. Acesso em: 20 set. 2025.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. *Tesouro Nacional Transparente*, Brasília, 1 fev. 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 20 set. 2025.

Até que ponto corrupção e democracia afetam o crescimento e desenvolvimento econômico dos países?

Helian Micael Lima Santos¹

Matheus Fernando da Silva Fontes²

Alessandro Apolonio de Lima Júnior³

Monaliza de Oliveira Ferreira⁴

Introdução

A pandemia da Covid-19 impactou severamente as atividades econômicas internacionais e criou desafios para o seu crescimento, mas, mesmo antes da pandemia, muitos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apesar das coberturas insuficientes e deficitárias, já vinham implementando políticas sociais para a proteção dos extremamente pobres. Essas ações foram uma resposta às potenciais instabilidades econômicas, sociais e políticas, muitas vezes relacionadas a crises e transformações nos mercados globais. Tais medidas, embora ainda limitadas, também foram associadas a estratégias de expansão

1 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

2 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

3 Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).

4 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.

comercial. Como resultado, houve a necessidade de atrair financiamento externo necessário para industrialização, ao passo que se enfrentavam pressões para manter impostos mais baixos com a finalidade de garantir a competitividade das exportações (Desai; Rudra, 2019). Alinhado a essas questões, o debate sobre o aumento da desigualdade de renda, que já tinha se acentuado nos últimos anos, torna-se preponderante nesse novo cenário de crise global. Afinal, se até o consumo básico estava ameaçado, como o crescimento econômico das economias mundiais poderia ser mantido?

A perda de renda, empregos, benefícios sociais e estabilidade são ocorrências que têm acompanhado a reestruturação econômica, bem como os aspectos financeiros e sociais relacionados às mudanças nas estruturas de produção e consumo. As turbulências econômicas afetam periodicamente a economia mundial e aumentam os riscos de perdas significativas de renda para aqueles que estão próximos ou abaixo da linha de pobreza. O Brasil, em período anterior, destacou-se na contramão das políticas de redução da proteção social ao implementar um programa de transferência de renda voltado à população abaixo da linha da pobreza.

Para além das questões consideradas, é fundamental uma reflexão sobre a necessidade premente de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de forma a aquecer a economia, criando possibilidades de geração de emprego e renda. Nesse contexto, aspectos como responsabilidade fiscal, independência entre os poderes, respeito às instituições e a democracia, além do controle da corrupção, se tornam indissociáveis na composição desse crescimento, tema que continua no centro dos debates econômicos, especialmente na atualidade.

O debate sobre corrupção no Brasil tem tido uma crescente exposição, tanto na imprensa quanto em pesquisas acadêmicas, em razão do avanço da transparência na administração pública. Apesar de, em alguns governos específicos,

haver a tentativa de cerceamento dessa transparência, ela tem sido assegurada por órgãos nacionais, como o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares (Cadirreg), e a Controladoria Geral da União (CGU). Contudo, dada a relevância para a economia brasileira, é altamente pertinente estudar seu impacto sobre o crescimento nos últimos anos, principalmente em contextos de crises e instabilidades econômicas e políticas, que, naturalmente, adicionam novas variáveis ao cenário.

Diante do exposto e considerando a dificuldade de avaliar todos esses fatores em um primeiro momento, esta pesquisa objetiva fomentar a discussão sobre corrupção, crescimento e democracia, analisando como esses fenômenos se interligam e influenciam o desenvolvimento das nações. Ainda que não seja testada neste estudo, a hipótese subjacente sugere que o efeito da corrupção sobre o crescimento depende do tipo de governança, em que, nas economias com alta qualidade institucional, a corrupção teria um impacto significativo e negativo sobre o crescimento, e, nas economias com baixa qualidade institucional, seu resultado seria irrelevante. Essa hipótese encontra suporte teórico nos ensaios de Aidt, Dutta e Sena (2008) e Shera, Dosti e Grabova (2014).

O efeito da democracia sobre o crescimento é mais indireto e de difícil percepção. Para Drury, Krieckhaus e Lusztig (2006), um dos benefícios indiretos da democracia seria sua capacidade de mitigar os efeitos negativos da corrupção no crescimento econômico. Embora a corrupção também esteja presente nas democracias, o sistema democrático atuaria como um mecanismo de contenção, desencorajando os políticos no que se refere a envolvimento em atos corruptos que prejudiquem o desenvolvimento econômico, e, conseqüentemente, seu desempenho político. Para eles, a corrupção não teria efeito sobre o crescimento econômico nas democracias, e, nos regimes não democráticos, os danos

econômicos causados pela corrupção seriam significativos (Drury; Krieckhaus; Lusztig, 2006).

No contexto de uma coletânea de textos que versam acerca de temas diversos, como proposto neste livro, a metodologia utilizada neste capítulo consiste em uma análise exploratória de dados, cuja fonte de dados é a organização sem fins lucrativos denominada Transparência Internacional, com discussão consolidada na literatura econômica específica.

Referencial teórico

Corrupção é, acima de tudo, um crime econômico prejudicial ao bem-estar da sociedade, tal como descrito por Becker (1974). Neste estudo, tem-se como respaldo a literatura internacional, em que Ngakosso e Owonda (2021) definem a corrupção como sendo o abuso de cargos públicos para ganhos privados diretos ou de terceiros, incluindo práticas de suborno, nepotismo, roubo e outros desvios de recursos públicos. Naturalmente, esses conceitos não são excludentes, e sim complementares.

Um dos trabalhos seminais sobre corrupção é, certamente, o de Rose-Ackeman (1975), baseado no modelo de economia do crime proposto por Becker (1974). Nesse modelo, assume-se que o corrupto age racionalmente de acordo com a possibilidade de lucrar e a probabilidade de sofrer punição. Entretanto, ao contrário de um crime comum, além da reciprocidade entre corrupto e corrompido, toda a sociedade acaba sendo vítima. Porém, como apontam Sobral, Ferreira e Besarria (2015), o principal desafio da corrupção consiste em detectá-la, em razão da dificuldade de mensuração. Nesse contexto, Boll (2010) avançou no sentido de construir um indicador de mensuração da corrupção, uma vez que os estudos que se baseiam unicamente no índice de percepção da

corrupção da Transparência Internacional⁵ são considerados frágeis para o objetivo de mensurar adequadamente essa variável. De todo modo, ainda não existe uma forma única e universal de mensuração da corrupção, o que pode resultar em conclusões distintas entre as pesquisas empíricas.

A proposta de pesquisa aqui apresentada adota a premissa do *rent-seeking*, que vê a corrupção como um obstáculo ao crescimento na medida em que assume que a corrupção é uma atividade de procura por renda, implicando em uma má alocação dos recursos escassos e apresentando uma relação negativa com o crescimento. Estudos de referência como o de Mauro (1995), além da vasta literatura internacional, confirmam a corrupção como algo nocivo, porém de forma não-linear, que pode apresentar uma relação positiva com o crescimento. Isso ocorre porque, nesses casos, a corrupção seria um subproduto da modernização dos países em desenvolvimento, e, em alguns casos, poderia contornar atrasos burocráticos, favorecendo a competitividade entre as empresas. Contudo, nesta proposta de discussão, desconsidera-se essa segunda vertente, que contraria a hipótese central do trabalho.

A questão da regulamentação e centralização estatal é abordada no estudo de Shleifer e Vishny (1993), que investigam as associações entre instituições e corrupção. Os autores indicam que instituições altamente reguladas podem favorecer esquemas de corrupção, com efeitos negativos sobre o crescimento econômico (Shleifer; Vishny, 1993). Isso ocorre porque, quanto maior o nível de regulação estatal, maior o incentivo à prática de subornos dentro das instituições.

Os trabalhos de Mauro (1995) e Mo (2001) também são considerados referências na corrente do *rent-seeking*, uma vez

5 Organização sem fins lucrativos, sediada em Berlim, cujo propósito é combater a corrupção no mundo.

que ambos realizaram estudos empíricos que reforçam a tese de relação negativa entre corrupção e crescimento econômico. Enquanto o primeiro trabalho chamou a atenção para o desestímulo de novos investimentos no cenário de corrupção, o segundo destacou que a corrupção poderia ocorrer por três vias: por meio do capital humano, através dos investimentos diretos ou pela instabilidade política, como já havia sido destacado por Mauro (1995). Ademais, Pedobinik *et al.* (2008) adicionaram o investimento internacional ao modelo, caracterizado pelo grau de abertura econômica, confirmando as hipóteses iniciais de Mo (2001), porém apontando um efeito superior daquele inicialmente observado, com consequências ainda mais prejudiciais da corrupção sobre o crescimento econômico.

A literatura internacional (Aidt; Dutta; Sena, 2008; Amira, 2014; Drury; Krieckhaus; Lusztig, 2006; Ghulam, 2020; Ngakosso; Owonda, 2021; Saha; Gounder; Campbell, 2014), todavia, tem apontado para a importância da inclusão de uma ou mais variáveis que representem o processo democrático nos estudos sobre corrupção e crescimento econômico. No Brasil, vários estudos têm relacionado corrupção e crescimento econômico (Albuquerque; Ramos, 2006; Boll, 2010; Campos; Pereira, 2016; Carraro; Focchezatto; Hilbrecht, 2006; Rocha *et al.*, 2016; Rocha; Ramos, 2010; Silva; Ferreira, 2018; Silva; Justo; Rocha, 2022; Sobral; Ferreira; Besarria, 2015). Entretanto, há uma lacuna nos estudos sobre democracia que a pesquisa aqui apresentada pretende abordar. Outros estudos tratam de democracia e corrupção, mas não estabelecem essa conexão com crescimento econômico (Lins; Domingos, 2016; Saha; Gounder; Campbell, 2014).

O papel da responsabilidade política é analisado por Aidt, Dutta e Sena (2008) como fator determinante na relação entre corrupção e crescimento econômico. Tratada como variável endógena, a corrupção teria efeito negativo sobre o

crescimento em regimes reconhecidos pela alta qualidade institucional; já nos regimes caracterizados pela baixa qualidade institucional, seu impacto seria nulo (Aidt; Dutta; Sena, 2008).

Ugur e Dasgupta (2011) argumentam que a corrupção é tanto um sintoma, quanto um resultado de fraqueza institucional, e, como tal, gera efeitos adversos sobre o desempenho econômico de um país. Além disso, os autores mostram que a corrupção tem sido associada a várias reformas de liberalização econômica, muitas vezes levando a resultados econômicos negativos, como crescimento lento e altos níveis de volatilidade econômica (Ugur; Dasgupta, 2011).

Com relação aos investimentos diretos externos, Mathur e Singh (2013) contrapuseram que investidores estrangeiros se preocupam mais com liberdades individuais do que com liberdades políticas no que se refere à tomada de decisões sobre alocação do capital. Portanto, países mais democráticos poderiam receber menos investimentos diretos estrangeiros se as liberdades econômicas não fossem garantidas. Uma das razões destaca que a democratização das economias em desenvolvimento em determinadas situações poderia ser incapaz de implementar as reformas econômicas requeridas pelos investidores, em razão da presença de interesses políticos conflitantes (Mathur; Singh, 2013).

Ainda discorrendo sobre o tema, Saha, Gounder e Campbell (2014) argumentam que uma democracia eleitoral não seria suficiente para reduzir a corrupção, mas que as instituições associadas à democracia poderiam combater a corrupção em estágios mais avançados dos regimes democráticos. O estudo de Lins e Domingos (2016), por sua vez, faz um recorte bibliográfico sobre corrupção e democracia na Índia, sugerindo que a corrupção e a baixa qualidade das instituições democráticas poderiam contribuir para a perpetuação da desigualdade socioeconômica do referido país.

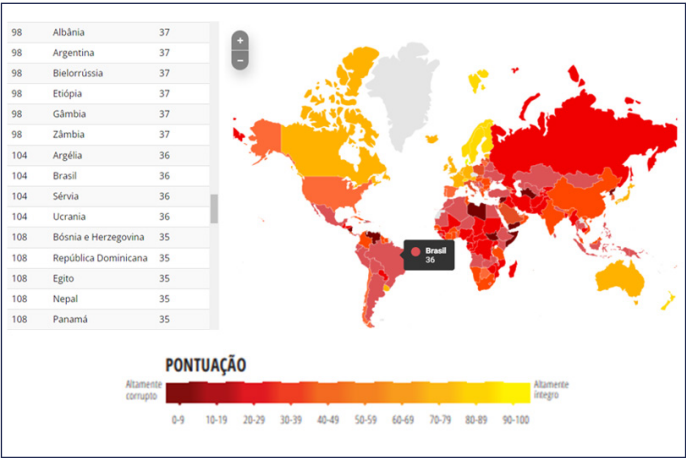
Voltando ao tema inicial desta pesquisa, o trabalho de Pedauga, Pedauga e Delgado-Márquez (2017) analisa o impacto da corrupção e da orientação política sobre a distribuição de renda na América Latina. Embora, em teoria, a corrupção contribua para a má distribuição de renda, a evidência empírica tem gerado resultados ambíguos. Mesmo assim, nesse estudo, os autores revelam que a corrupção aumenta a desigualdade de renda, reiterando a importância de abordar essa temática (Pedauga; Pedauga; Delgado-Márquez, 2017).

No que se refere aos estudos empíricos realizados no Brasil, Sodré e Ramos (2018) avaliaram o impacto da corrupção praticada pelos gestores municipais sobre a pobreza dos municípios brasileiros e constataram associações entre corrupção governamental e indicadores socioeconômicos, além de inferirem que práticas corruptas poderiam impactar positivamente a desigualdade de renda e a pobreza e causar impactos negativos no desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. Rocha *et al.* (2016), por sua vez, concluíram que as empresas que crescem mais rapidamente têm maior probabilidade de serem corruptas. Já Sobral, Ferreira e Besarria (2015) estudaram o efeito da corrupção em várias regiões brasileiras e concluíram que níveis mais elevados de corrupção resultam em baixo desempenho econômico. Anteriormente, Garcia (2003), que apresentou a relação entre corrupção, democracia e crescimento econômico, mostrou que a corrupção generalizada pode prejudicar a democracia e limitar a capacidade de promoção do desenvolvimento econômico.

A percepção da corrupção nos países e a relação com o desenvolvimento

Com base no Gráfico 1, percebe-se que o Brasil está quase atingindo a área vermelha (alta corrupção) do Índice de

GRÁFICO 1. IPC, 2023

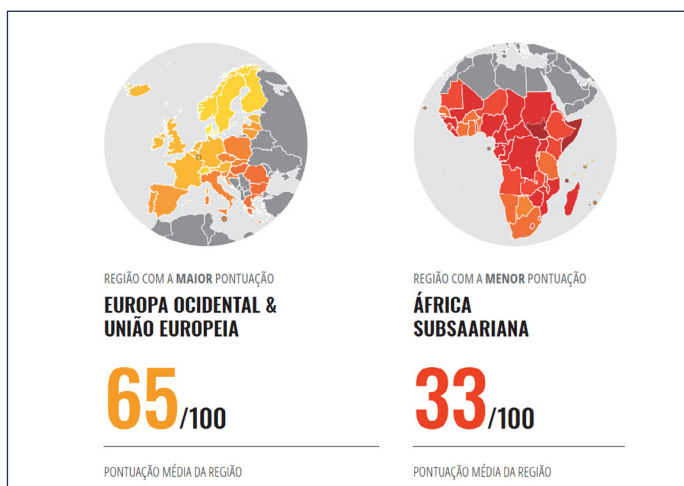


Fonte: Transparência Internacional Brasil (2024).

Percepção da Corrupção (IPC), alcançando a 104ª posição de países considerados “íntegros”, com 36 pontos. Outra observação importante é de que poucos países estão na outra extremidade, ou seja, na área amarela (baixa corrupção) do IPC. O país que ocupa a primeira posição nessa avaliação é a Dinamarca, com 90 pontos, destacando-se como o mais íntegro em termos de corrupção, segundo as percepções das populações envolvidas (Transparência Internacional Brasil, 2024).

No Gráfico 2, percebe-se que, ao considerar a pontuação média, a Europa Ocidental e a União Europeia (UE) são consideradas as regiões mais íntegras em termos de corrupção, com a maior pontuação — 65/100 pontos —, refletindo uma menor percepção de corrupção por parte da população desses países. Já a África Subsaariana é considerada a região mais corrupta, apresentando uma menor pontuação: 33/100 pontos. O Brasil, dentro do período considerado, é classificado com um nível médio de corrupção, de acordo

GRÁFICO 2. IPC por regiões, 2023



Fonte: Transparência Internacional Brasil (2024).

com a percepção da sociedade (Transparência Internacional Brasil, 2024).

Quanto mais próximo de 100 for a pontuação, menor a percepção de corrupção, correspondendo à cor amarela. Em uma análise preliminar desses dados, verifica-se que os países desenvolvidos, ou seja, países com maior crescimento e com democracias mais consolidadas, apresentam menor percepção da corrupção por parte das populações (Transparência Internacional Brasil, 2024).

Considerações finais

A discussão sobre o crescimento econômico é marcada por debates e controvérsias não apenas no âmbito acadêmico, mas também na política, na mídia e no senso comum. Uma das questões fundamentais nessa discussão é a definição dos fatores determinantes do crescimento econômico. Ao longo

dos últimos três séculos, com base nos trabalhos pioneiros de Adam Smith e David Ricardo, diversas teorias surgiram para entender as condições que levam ao crescimento econômico. Autores como North (1990) afirmam que as instituições desempenham um importante papel no que se refere ao conjunto de incentivos que orientam as sociedades e influenciam suas trajetórias de crescimento. As instituições, que podem ser formais ou informais, estabelecem regras que regem um ambiente e têm como objetivo principal reduzir a incerteza. Do ponto de vista estritamente econômico, isso significa reduzir os custos de transação das interações entre os agentes.

A democracia surge como uma instituição política amplamente aceita e defendida, sobretudo nos países ocidentais, devido ao seu caráter aberto e à sua natureza plural. Quando comparada a outros regimes, os benefícios políticos e sociais da democracia são evidentes; entretanto, os benefícios estritamente econômicos do regime democrático não são igualmente claros, o que abre margem para a discussão sobre os impactos da democracia nesses aspectos.

Alguns autores questionaram o papel do regime democrático sobre o crescimento econômico, a exemplo de Schumpeter (1961), que defendeu que a democracia representativa não é um regime de governo eficiente, dada a sua natureza instável e propensão à tomada de decisão visando objetivos de curto prazo. Somado a isso, na visão do autor, o regime democrático levaria a uma maior possibilidade de intervenção estatal no mercado privado, prejudicando a livre concorrência e o desempenho econômico geral (Schumpeter, 1961). Já para Acemoglu e Robinson (2022), a distribuição do poder político em um regime democrático tem a função de atenuar diferenças na distribuição do poder econômico, o que converge para a redução das desigualdades dentro da sociedade, e, consequentemente, leva

ao aumento do bem-estar geral. Os autores ainda argumentam que, em regimes políticos fechados, a concentração do poder político leva também a distorções nas atividades econômicas e gera ineficiências, a exemplo de monopólios (Acemoglu; Robinson, 2022).

Em suma, a literatura mencionada aponta duas correntes teóricas predominantes sobre a corrupção: a corrente revisionista e a corrente intitulada *rent-seeking*. A primeira reconhece os prejuízos que a corrupção pode causar, mas acredita que ela pode ser benéfica ao estabelecer uma relação positiva com o crescimento econômico; já a segunda corrente vê a corrupção como um obstáculo ao crescimento, pois considera a corrupção como meio de procura por renda (*rent-seeking*), o que resulta em uma má alocação de recursos, estabelecendo uma relação negativa com o crescimento. Do ponto de vista institucional, há aqueles que acreditavam que a corrupção pode ser uma forma eficaz de contornar processos burocráticos lentos, alcançando maior eficiência ao superar a rigidez imposta pelos governos, e existem os que argumentam que, num contexto de corrupção, os funcionários corruptos criariam novas barreiras burocráticas para desacelerar ainda mais os processos, e, assim, conseguirem subornos ainda maiores.

Nada pode ser dito neste breve texto sobre causalidade entre essas variáveis; porém, a percepção de menor corrupção nos países de maior renda sugere uma primeira conclusão, a qual deve ser testada estatisticamente. Em economias caracterizadas pela boa qualidade institucional, a corrupção poderia ter um impacto significativo e negativo sobre o crescimento, o que reforça que ela poderia ser mais combatida, e, consequentemente, justificaria a baixa percepção da corrupção por parte da população.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

AIDT, T.; DUTTA, J.; SENA, V. Governance regimes, corruption and growth: theory and evidence. *Journal of Comparative Economics*, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 195-220, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/jcecon/v36y2008i2p195-220.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

ALBUQUERQUE, B. E.; RAMOS, F. S. Análise teórica e empírica dos determinantes de corrupção na gestão pública municipal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXIV., 2006, Salvador. *Anais [...]* Salvador: Anpec, 2006. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A030.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

AMIRA, Z. Corruptions and Democracy's Effects on Economic Growth. *Munich Personal REPEc Archive*, Munique, 18 mar. 2014. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/54535/>. Acesso em: 20 set. 2025.

BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, [S. l.], p. 169-217, 1974. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c3625/c3625.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

BOLL, J. L. S. *A corrupção governamental no Brasil: construção de indicadores e análise da sua incidência relativa nos estados brasileiros*. 2010. 59 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3886>. Acesso em: 20 set. 2025.

CAMPOS, F. A. O.; PEREIRA, R. A. C. Corrupção e ineficiência no Brasil: uma análise de equilíbrio geral. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 373-408, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/k5MBdyT3NHDT5Y36SscnjB/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARRARO, A.; FOCHEZATTO, A.; HILBRECHT, R. O. O impacto da corrupção sobre o crescimento econômico do Brasil: aplicação de um modelo de equilíbrio geral para o período 1994-1998. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXIV., 2006, Salvador. *Anais [...]* Salvador: Anpec, 2006. p. 1-18. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A057.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

DESAI, R. M.; RUDRA, N. Trade, poverty, and social protection in developing countries. *European Journal of Political Economy*, [S. l.], v. 60, p. 1-11,

2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0176268017303798>. Acesso em: 20 set. 2025.

DRURY, A. C.; KRIECKHAUS, J.; LUSZTIG, M. Corruption, democracy, and economic growth. *International Political Science Review*, London, v. 27, n. 2, p. 121-136, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/20445044.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

GARCIA, R. L. *A economia da corrupção: teoria e evidências: uma aplicação ao setor de obras rodoviárias no Rio Grande do Sul*. 2003. 361 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5271>. Acesso em: 20 set. 2025.

GHULAM, S. Corruption, democracy and economic growth: does conditionality matter? *Pakistan Economic and Social Review*, Lahore, v. 55, p. 99-117, 2017. Disponível em: https://pu.edu.pk/images/journal/pesr/PDF-FILES/6-v55_1_17.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

LINS, R.; DOMINGOS, A. Democracia e corrupção: uma análise das instituições indianas. *Latitude*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 112-133, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/download/2281/P/0>. Acesso em: 20 set. 2025.

MAURO, P. Corruption and Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, Massachusetts, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2946696>. Acesso em: 20 set. 2025.

MATHUR, A.; SINGH, K. Foreign direct investment, corruption and democracy. *Applied Economics*, [S. l.], v. 45, n. 8, p. 991-1002, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00036846.2011.613786>. Acesso em: 13 out. 2025.

MO, P. H. Corruption and Economic Growth. *Journal of Comparative Economics*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 66-79, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0147596700917037>. Acesso em: 20 set. 2025.

NGAKOSSO, A.; OWONDA, F. Corruption and Growth in the Economic and Monetary Community of Central Africa (EMCCA): The Role of Democracy. *Theoretical Economics Letters*, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 858-870, 2021. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=111636>. Acesso em: 20 set. 2025.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEDAUGA, L. E.; PEDAUGA, L. D.; DELGADO-MÁRQUEZ, B. L. Relationships between corruption, political orientation, and income inequality: evidence from Latin America. *Applied Economics*, [S. l.], v. 49, n. 17, p. 1689-1705, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00036846.2016.1223830>. Acesso em: 13 out. 2025.

PEDOBINIK, B. et al. Influence of corruption on economic growth rate and foreign investment. *The European Physical Journal B*, [S. l.], v. 63, p. 547-550, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1140/epjb/e2008-00210-2>. Acesso em: 20 set. 2025.

ROCHA, L. A. et al. Corrupção e crescimento: os impactos da corrupção ponderados pelos diferentes graus de eficiência entre as firmas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 783-822, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/szd5mt9CftjKZHsh9RNTBjp/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2025.

ROCHA, S. H.; RAMOS, F. S. O impacto da eficiência da gestão municipal: indicadores e mensuração. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XVIII., 2010, Recife. *Anais [...]* Recife: UFPE, 2010.

ROSE-ACKERMAN, S. The Economics of Corruption. *Journal of Public Economics*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 187-203, 1975. Disponível em: <https://gpde.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/08/rose-ackerman1975-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

SAHA, S.; GOUNDER, R.; CAMPBELL, N. Democracy and corruption: a complex relationship. *Crime, Law and Social Change*, [S. l.], v. 61, p. 287-308, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10611-013-9506-2>. Acesso em: 20 set. 2025.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHERA, A.; DOSTI, B.; GRABOVA, P. Corruption impact on economic growth: an empirical analysis. *Journal of Economic Development, Management, It, Finance and Marketing*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 57-77, 2014. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/39b4398d3c177cf8334b14eed8fd28ca/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=2032030>. Acesso em: 20 set. 2025.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Corruption. *Quarterly Journal of Economics*, [S. l.], v. 108, p. 599-617, 1993. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/files/shleifer/files/corruption.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, P. H. C.; FERREIRA, M. O. Associações entre percepção de corrupção e crescimento econômico nos países da América do Sul: uma análise com variáveis instrumentais. *Espacio Abierto*, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 197-217, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12262987010/html/>. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, P. H. C.; JUSTO, W. R.; ROCHA, R. M. Inter-relação entre transparência pública, corrupção, variáveis socioeconômicas e políticas nos estados brasileiros no período de 2015 a 2016. *Espacio Abierto*, Maracaibo, v. 31, n. 1, p. 80-98, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12270216004/html/>. Acesso em: 20 set. 2025.

SOBRAL, E. F. M.; FERREIRA, M. O.; BESARRIA, C. N. Corrupção e os seus efeitos sobre a dinâmica do crescimento econômico regional: uma análise do caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XLIII., 2015, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: Anpec, 2015. p. 1-18. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_1/i6-491dee12742cac2c962bafbecf2d12aa.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SODRÉ, F. R. A.; RAMOS, F. S. Corrupção e pobreza: evidências a partir do programa de fiscalização por sorteios públicos da CGU. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 46., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpec, 2018. p. 1-16. Disponível em https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_1/i12-6f020d3db4b7abd937ffbd2b98f8e58.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. *Índice de Percepção da Corrupção* 2023. São Paulo: Transparência Internacional Brasil, 2024. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/ipc-indice-de-percepcao-da-corrupcao-2023>. Acesso em: 20 set. 2025.

UGUR, M.; DASGUPTA, N. *Evidence on the economic growth impacts of corruption in low-income countries and beyond*. London: University of London, 2011. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08ab3e5274a27b2000709/Corruption_impact_2011_Ugur_report.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

Conclusão

Neste livro, foram compartilhados os primeiros trabalhos do Observatório de Economia do Agreste Pernambucano. Sendo assim, esta obra representa o início de um caminho que esperamos ser longo.

Ao lançar olhares sobre a educação, percebeu-se que as desigualdades educacionais no Brasil são oriundas de desigualdades de percurso e de acesso. Elas podem ser constatadas através de vários indicadores, tais como analfabetismo, analfabetismo funcional, atraso escolar, abandono escolar, formação dos professores, conexão com a *internet* e outros. Ao colocar uma lupa sobre a questão da Economia dos Cuidados, foi possível notar que as desigualdades em educação também podem estar associadas a fatores culturais, que, muitas vezes, concentram as atividades de cuidado sobre as mulheres de forma desproporcional. Essas desigualdades afetam não apenas o desempenho educacional das pessoas, mas também o percurso escolhido, como é o caso de turmas com uma maior predominância de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em que há uma parcela relevante de alunos que escolhem o curso em virtude da baixa concorrência.

O olhar sobre a indústria destacou sua relevância para o crescimento e desenvolvimento nacional, sinalizando a importância de políticas públicas que estimulem a competitividade tanto interna quanto externa e que levem em consideração a dimensão e heterogeneidade do país. A necessidade dessas políticas pode ser percebida ao direcionarmos

o foco para o setor têxtil e de confecções do Nordeste, onde percebe-se que a abertura comercial, desde a década de 1990, parece não ter sido suficientemente explorada. Esse é, inclusive, um setor de grande empregabilidade, por meio do qual o comércio internacional pode trazer economias de escala, impactando a distribuição de renda; porém, para isso, faz-se necessária uma política de desenvolvimento de estado para o setor.

A vitivinicultura da região do Vale do Submédio São Francisco também foi foco do Observatório de Economia do Agreste Pernambucano, sendo essa uma indústria que, embora tenha uma trajetória de crescimento, tem encontrado certas limitações, a exemplo da carga tributária elevada, da necessidade de inovação e da dificuldade para o estabelecimento de articulações e parcerias. Nesse cenário, a integração da produção de vinhos com o enoturismo e o turismo do vinho se apresenta como um caminho promissor para o enfrentamento de alguns desses problemas.

Finalmente, também estiveram sob o foco do Observatório outros desafios contemporâneos, como a sustentabilidade ambiental, o emprego e a corrupção, temas que podem parecer distantes entre si em um primeiro momento. O tema da economia regenerativa destaca a importância de uma visão sistêmica que olhe a sociedade de uma maneira mais ampla, considerando a inter-relação de aspectos ambientais, sociais e culturais. As análises relativas ao emprego destacaram, como desafios, a qualidade dos trabalhos, a valorização dos salários e a proteção social dos trabalhadores. Em relação à corrupção, não há convergência na literatura sobre a relação entre corrupção e crescimento econômico; porém, as diferentes visões reconhecem os prejuízos que a corrupção pode causar. Nesse contexto, a corrupção e a busca por retornos imediatos podem se tornar uma barreira para o desenvolvimento de uma economia regenerativa, uma vez que

o alinhamento entre a transição econômica e o desenvolvimento social representa um grande desafio.

Sendo assim, concluímos esta obra com a certeza de que as discussões iniciadas nos capítulos não se encerram aqui e que ainda há muitos temas a serem aprofundados pelo Observatório, que, por sua vez, encontra-se imerso em uma sociedade na qual as formas de aprender, ensinar, produzir e consumir foram profundamente afetadas pelas mudanças tecnológicas e sociais.

Que venham os próximos capítulos!

Sobre os organizadores

Andreza Daniela Pontes Lucas

Doutora em Economia pela Università Cattolica Del Sacro Cuore de Milão e docente do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGEcon) e do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/6466149527667809



Orcid: orcid.org/0000-0002-3318-1325

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.



Lattes: lattes.cnpq.br/6635091311672811



Orcid: orcid.org/0000-0002-4696-0619

Sobre os autores

Alessandro Apolonio de Lima Júnior

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/3280338787839298



Orcid: orcid.org/0009-0007-9778-5412

Aline Conceição do Nascimento

Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/2913367055724831



Orcid: orcid.org/0009-0006-0551-933X

Aline Oliveira Silva

Mestranda em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEcon-CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/8210347001638353



Orcid: orcid.org/0009-0007-1310-6081

Andreza Daniela Pontes Lucas

Doutora em Economia pela Università Cattolica Del Sacro Cuore de Milão e docente do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGEcon) e do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/6466149527667809



Orcid: orcid.org/0000-0002-3318-1325

Caio Eduardo de Oliveira Ribas

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/3842743908442662



Orcid: orcid.org/0009-0004-7175-7200

Estêvão de Moraes Santos

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/6849189964963941



Orcid: orcid.org/0000-0001-9939-385X

Francielly de Lima Silva

Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/8811263099542293



Orcid: orcid.org/0009-0009-4526-3078

Gustavo Guilherme Lima da Silva

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/2208331288868728



Orcid: orcid.org/0009-0009-2848-6122

Helian Micael Lima Santos

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/0515430860543282



Orcid: orcid.org/0009-0001-1784-1434

Jackeline Bezerra de Lima

Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/9005389088859822



Orcid: orcid.org/0009-0009-7490-1219

José Felipe dos Santos de Andrade

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/3112441286317034



Orcid: orcid.org/0009-0005-3917-1071

Lucas de Siqueira Santos

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/8716006063300491



Orcid: orcid.org/0009-0001-6490-0820

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.



Lattes: lattes.cnpq.br/6635091311672811



Orcid: orcid.org/0000-0002-4696-0619

Maria Eduarda de Souza

Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/5390292456406856



Orcid: orcid.org/0009-0008-7904-3404

Maria Estefany da Silva

Graduanda em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/2800190279985613



Orcid: orcid.org/0009-0007-9294-9801

Matheus Fernando da Silva Fontes

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/6103732318324933



Orcid: orcid.org/0009-0003-4759-845X

Monaliza de Oliveira Ferreira

Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste (NG-CAA) da UFPE.



Lattes: lattes.cnpq.br/9080044005976853



Orcid: orcid.org/0000-0003-2748-8096

Ramon William Ferreira de Melo

Graduando em Economia no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE).



Lattes: lattes.cnpq.br/1933947761765563



Orcid: orcid.org/0009-0002-1744-6132

Sonia Rebouças da Silva Melo

Doutora em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE) e docente do Departamento de Economia Aplicada da Universidade Federal do Ceará (DEA-UFC).



Lattes: lattes.cnpq.br/3012933570669710



Orcid: orcid.org/0009-0008-1156-6639

Título Observatório de economia do Agreste pernambucano:
olhares sobre educação, indústria e sustentabilidade
no Brasil e no mundo

Organização Andreza Daniela Pontes Lucas
Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Formato E-book (PDF)

Tipografia Calluna (texto) e Comma Sans (títulos)

Desenvolvimento Editora UFPE



PROEXT
Programa de
Extensão

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20
Várzea, Recife-PE | CEP: 50740-530
Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

Av. Prof. Moraes Rego, 1235
Cidade Universitária, Recife-PE
CEP: 50670-901 | Fones: (81) 2126-8130/8132
proext@ufpe.br



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO